



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS LATINO-
AMERICANOS (PPG IELA)**

**IDENTIDADE CAMPONESA NO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES
DO BRASIL: PERSPECTIVAS DESDE A HISTÓRIA ORAL**

JEFERSON MARTINS VAZ

Foz do Iguaçu
2019



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS LATINO-
AMERICANOS (PPG IELA)**

**IDENTIDADE CAMPONESA NO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO
BRASIL: PERSPECTIVAS DESDE A HISTÓRIA ORAL**

JEFERSON MARTINS VAZ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos Latino-Americanos.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Eta Vieira

Foz do Iguaçu
2019

JEFERSON MARTINS VAZ

**IDENTIDADE CAMPONESA NO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO
BRASIL: PERSPECTIVAS DESDE A HISTÓRIA ORAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos Latino-Americanos.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dra. Maria Eta Vieira
(UNILA)

Prof. Dr. Gerson Galo Ledezma Meneses
(UNILA)

Prof. Dra. Marciane Maria Mendes
(UFFS)

Foz do Iguaçu, 08 de março de 2019.

Catálogo elaborado pela Biblioteca Latino-Americana
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA

V393i

Vaz, Jeferson Martins.

Identidade camponesa no Movimento dos pequenos agricultores do Brasil: perspectivas desde a história oral / Jeferson Martins Vaz. - Foz do Iguaçu, 2019.

125 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos.

Maria Eta Vieira.

1. Trabalhadores da agricultura - Brasil. 2. Identidade. 3. Camponato. I. Vieira, Maria Eta, Orient. II. Título.

CDU 323.3:63(81)-051

Dedico este trabalho a minha mãe Rosana Martins Vaz, mulher guerreira, meu maior exemplo de vida.

Dedico este trabalho em memória do nosso amigo Mijael.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço meus pais, Rosana Martins Vaz e Antonio dos Santos Vaz Filho pelo incondicional apoio;

Agradeço a minha professora orientadora Maria Eta Vieira, não somente pela constante orientação neste trabalho, mas sobretudo pela sua amizade e irrestrito apoio em todos os momentos desta etapa;

Agradeço aos professores Gerson Galo Ledezma Menezes, Cleusa Gomes Sousa, Senilde Guanês, Angela Maria de Souza, Maria Eta Vieira, Jorgelina Tallei, pela amizade e companheirismo, os(as) quais foram fundamentais para a minha permanência neste programa de Mestrado;

Agradeço aos professores da banca pela orientação e por prontamente terem aceito o convite para fazer parte da avaliação desta Dissertação;

Agradeço aos colegas de curso, com os(as) quais construí grandes amizades e compartilhei muitos momentos de aprendizagem neste processo de formação;

Agradeço às pessoas que contribuíram para este trabalho, em especial aos militantes do MPA, que auxiliaram na construção das entrevistas, assim como a organização do MPA que facilitou vários encontros, formações e trocas de experiências, processos fundamentais para a construção desta Dissertação;

Agradeço a oportunidade de cursar este programa de Mestrado em uma Universidade pública de qualidade, sabendo que nem todos têm essa possibilidade.

*“Eu sou apenas um rapaz latino-americano
Sem dinheiro no banco, sem parentes importantes e
vindo do interior
Mas trago, de cabeça, uma canção do rádio
Em que um antigo compósito baiano me dizia
Tudo é divino, tudo é maravilhoso (...)” **Belchior***

RESUMO

Neste trabalho pretendemos nos aprofundar na temática da identidade camponesa e do protagonismo do campesinato na América Latina, suas reivindicações e lutas contra as opressões do Estado e do capitalismo. Realizamos esta dissertação a partir da História Oral e das bibliografias específicas sobre a identidade camponesa do Movimento dos Pequenos Agricultores do Brasil (MPA). Nossos procedimentos metodológicos basearam-se em pesquisas de campo com abordagens qualitativas, por meio de observação participante, em que visitamos 7 municípios em 5 estados brasileiros (BA, CE, PE, PR e SE) junto à análise comparada das histórias de vida de agricultoras, agricultores e militantes do MPA. Propõe-se a discussão a partir das contribuições do MPA para história de luta dos camponeses na América Latina, sabendo que cada modelo de campesinato e de organização rural tem suas especificidades históricas, ligadas a seu próprio território. Esta pesquisa está condicionada à percepção identitária, social, política e cultural do campesinato, suas práticas culturais e seu discurso, tendo como objetivo o questionamento que, tradicionalmente tem se constituído nos campos do saber sobre a categoria e os fundamentos do campesinato, que incluem também, as redes de memória e seus eventuais processos de transformação, fragmentação e descontinuidade. Ao concluirmos este trabalho, vimos quão complexa se constituiu a discussão da identidade, e devemos perceber que esta aparece com formas e contextos distintos, mas que se somam na construção de um movimento social em prol do campesinato brasileiro.

Palavras-chave: Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, História Oral, Identidade, Campesinato.

RESUMEN

Dentro de este trabajo pretendimos profundizar la temática de la identidad campesina y el protagonismo del campesinado en América Latina, sus reivindicaciones y sus luchas contra las opresiones del Estado y del capitalismo. Escribimos esta disertación a partir de la Historia Oral y de las bibliografías específicas sobre la identidad campesina del Movimiento de los Pequeños Agricultores de Brasil (MPA). Nuestros procedimientos metodológicos se basaron en investigaciones de campo con abordajes cualitativos, por medio de observación participante, para eso visitamos 7 municipios en 5 estados brasileños (BA, CE, PE, PR e SE), con el análisis comparado de las historias de vida de campesinas y campesinos militantes del MPA. Se propone la discusión a partir de las contribuciones del MPA para la historia de lucha de los campesinos en América Latina, sabiendo que cada modelo de campesinado y de organización rural tiene sus especificidades históricas, atadas a su propio territorio. Esta pesquisa está condicionada a la percepción identitaria, social, política y cultural del campesinado, sus prácticas culturales y su discurso, teniendo como objetivo el cuestionamiento que, tradicionalmente se ha constituido en los campos del saber sobre la categoría y los fundamentos del campesinado, que incluyen también, las redes de memoria y sus eventuales procesos de transformación, fragmentación y discontinuidades. Al concluir este trabajo, miramos cuán compleja se constituyó la discusión de la identidad, y debemos percibir que esta aparece con formas y contextos distintos, pero que se suman en la construcción de un movimiento social en defensa del campesinado brasileño.

Palabras clave: Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, Historia Oral, Identidad, Campesinado.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Bandeira do Movimento dos Pequenos Agricultores.....	28
--	----

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Simbologia dos agricultores do MPA.....	28
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estrutura fundiária no Brasil em 2009.....	21
Tabela 2 – Visão sistêmica do Plano Camponês.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BA	Bahia
CE	Ceará
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CETA	Movimento dos Trabalhadores Acampados, Assentados e Quilombolas da Bahia
CLOC	Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC-Via Campesina)
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CUT-Rural	Central Única dos Trabalhadores, Departamento Rural
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DNTR-CUT	Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais
ES	Espírito Santo
FAG	Frente Agrária Gaúcha
FARSUL	Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul
FETRAF-Sul	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
FHC	Fernando Henrique Cardoso
ILAACH	Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História
ILACVN	Instituto Latino-Americano de Ciências da Vida e da Natureza
ILAESP	Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política
ILATT	Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos pelas Barragens
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem-Terra
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PE	Pernambuco
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PR	Paraná
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAFINHO	Pronaf investimento – Linha C
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RS	Rio Grande do Sul
SE	Sergipe
STTR	Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UAST	Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UFRPE)
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
VC	Via Campesina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 TRAJETÓRIA DO AUTOR	16
2 HISTÓRICO DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES	19
3 POTENCIALIDADES DA HISTÓRIA ORAL NA DISCUSSÃO DA IDENTIDADE CAMPONESA	30
3.1 POTENCIALIDADES DA HISTÓRIA ORAL	30
3.2 3.2 METODOLOGIAS E ALGUMAS QUESTÕES PRÁTICAS	36
4 MOVIMENTOS SOCIAIS E IDENTIDADE COLETIVA.....	40
4.1 IDENTIDADE CAMPONESA	44
4.2 MEMÓRIA COLETIVA	46
5 UMA ANÁLISE SEMIÓTICA	49
5.1 SIGNO, CONTEXTO E SIGNIFICADO.....	50
6 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISES DAS ENTREVISTAS	59
6.1 PERGUNTAS USADAS NAS ENTREVISTAS	61
6.2 ANÁLISES DAS ENTREVISTAS	62
6.3 ANÁLISE TEMÁTICA	71
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	95
ANEXOS.....	99

1 INTRODUÇÃO

O campo brasileiro é um espaço dinâmico, de diversas comunidades culturais, porém, ainda hoje é um espaço de constantes conflitos por terra, um espaço em que inúmeras organizações e movimentos sociais lutam em defesa do território e pela preservação de suas identidades culturais, como é o caso do movimento social que pesquisamos, o Movimento dos Pequenos Agricultores do Brasil (MPA).

Dentro da nossa pesquisa, buscamos observar como se constitui a identidade camponesa a partir dos relatos orais de militantes do MPA. Portanto, nossas análises percorrerão os caminhos teóricos da “identidade coletiva”, do “campesinato”, da “memória social”, dos “movimentos sociais”, assim como as metodologias da História Oral e da Semiótica.

Neste trabalho, analisaremos a identidade camponesa de militantes do Movimento dos Pequenos Agricultores do Brasil, movimento social que surge em 1996, no Rio Grande do Sul e que hoje atua em 19 estados brasileiros. Faremos isso a partir da metodologia da História Oral, que dará rumo a nossa pesquisa dentro dos campos instáveis das identidades, assim, traremos uma leitura desta identidade camponesa, que se moldou dentro da problemática da questão agrária do Brasil.

Utilizamos, portanto, os pressupostos da História Oral para a construção de fontes, das quais arquitetaremos esta discussão, tão atual e complexa entre a questão da identidade e do campesinato brasileiro.

Defendemos a atualidade e a pertinência da utilização do conceito de campesinato para a compreensão da realidade agrária na América Latina, baseado na análise histórica e de seu conteúdo sociopolítico e cultural. Nesse sentido, faz-se necessária uma breve análise do campesinato, como prática social e forma de vida, inserido e construído historicamente nos contextos rurais e que se refletem nas lutas dos movimentos sociais camponeses da América Latina.

Fundamentamos nossa análise, nas semelhanças e diferenças político-econômicas e culturais que caracterizam o campesinato das várias regiões latino-americanas, assim, buscamos reconhecer os saberes sobre e do campesinato, construídos e que circulam pelos territórios a partir do universo acadêmico e pelos movimentos sociais.

Ao iniciarmos neste assunto, estamos colocando a perspectiva que se pretendeu construir este trabalho, em que a defesa e a afirmação da identidade do

campesinato brasileiro é a linha central para entender como se constitui o MPA, enquanto movimento de resistência, contra as opressões do Estado e do Capitalismo.

Nesta dissertação, trabalhamos com a assertiva, no contexto atual, da vigência da categoria campesinato, que entendemos como um conjunto de diferentes técnicas que “foi se aperfeiçoando ao longo do tempo, até atingir um equilíbrio numa relação específica entre um grande número de atividades agrícolas e de criação animal” (SILVA, 2014, p. 23). E que busca a garantia continuada de reprodução social da família junto a posse sobre os recursos da natureza (CARVALHO, 2004), pois, “a reprodução social da unidade de produção camponesa não é movida pelo lucro, mas pela possibilidade crescente de melhoria das condições de vida e de trabalho da família” (SILVA, 2014, p. 53).

Assim, este trabalho se dá na determinação de contribuir para a definição de campesinato e dos sujeitos que se afirmam enquanto camponeses e camponesas neste país, sabendo que este campesinato que mencionamos está atuante muito mais nas lutas diárias, na prática social que nas definições teóricas.

Com base nos relatos das trajetórias de vida de militantes do MPA, constatamos esta identidade, que acreditamos se definir na luta pela terra, pela soberania do camponês e da camponesa na produção e na reprodução da vida no campo.

Da mesma forma, esta pesquisa está condicionada à percepção do processo de colonização deste território, pois não devemos olvidar essa ação cruel que formou a América. De tal modo, a colonização europeia deste território é um ponto específico de dominação, subjugação, extermínio, que deve ser analisado quando buscamos trabalhar com um objeto de pesquisa como a identidade camponesa. Pois este processo de conquista transformou profundamente esse território, onde um novo “padrão de poder” (o racismo) foi implantado sobre a América e suas populações.

A colonização desconsiderou “o outro”, as populações originárias que já estavam aqui, apenas isso já seria suficiente para não podemos simplesmente trazer moldes teóricos do campesinato europeu e encaixar sobre as populações latino-americanas.

Primeiramente para esta análise, para que possamos compreender melhor como se configurou esse “padrão de poder”, trazemos uma citação de Aníbal Quijano (2000) que amarra nossas ideias quando afirma que:

América se constituyó como el primer espacio/tiempo de un nuevo patrón de poder de vocación mundial y, de ese modo y por eso, como la primera identidad de la modernidad. Dos procesos históricos convergieron y se asociaron en la producción de dicho espacio/tiempo

y se establecieron como los dos ejes fundamentales del nuevo patrón de poder. De una parte, la codificación de las diferencias entre conquistadores y conquistados en la idea de raza, es decir, una supuesta diferente estructura biológica que ubicaba a los unos en situación natural de inferioridad respecto de los otros. Esa idea fue asumida por los conquistadores como el principal elemento constitutivo, fundante, de las relaciones de dominación que la conquista imponía. Sobre esa base, en consecuencia, fue clasificada la población de América, y del mundo después, en dicho nuevo patrón de poder. De otra parte, la articulación de todas las formas históricas de control del trabajo, de sus recursos y de sus productos, en torno del capital y del mercado mundial. (QUIJANO, 2000, p. 202)

Neste sentido, afirmamos que neste território vão surgir formas específicas de campesinato, dentro de suas territorialidades, que sofreram influências regionais e culturais dos povos originários, das populações negras que foram escravizados neste continente, assim como os imigrantes europeus, estes que também trouxeram consigo um imaginário singular de campesinato, o “colonato”.

Devido a esta complexidade teórica sobre o campesinato latino-americano, acreditamos que as abordagens sobre o campesinato aqui terão outra forma, em que as teorias clássicas eurocêntricas não seriam capazes de definir, pois devemos observar todas as particularidades históricas que moldaram os povos da América Latina.

Devemos perceber também, como o campesinato aqui teve e tem seu papel revolucionário, sendo protagonista de várias revoluções e revoltas como a Revolução Mexicana (1910), Revolução Cubana (1959), Revolução Sandinista (1979), o levante Zapatista (1994), no Brasil vários massacres aconteceram e marcaram para sempre a história do campo brasileiro.

Ninguém esquecerá jamais das cidadelas dizimadas de Canudos (1896-1897), do Contestado (1912-1916), do massacre de Eldorado dos Carajás (1996), os atentados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - (MST) em Quedas do Iguaçu (PR), promovidos pela empresa multinacional Araupel (1995, 1997, 2016)¹, e muitos outros casos de massacres, de assassinatos de inúmeros lutadores do povo, de lideranças e militantes, para defender os interesses do Estado capitalista.

Os conflitos rurais por terra no Brasil têm aumentado consideravelmente nestes últimos anos, os números dos atentados e dos assassinatos de integrantes de

¹ Estes são os anos dos casos mais emblemáticos, porém ocorreram vários outros casos de ameaças de morte e assassinatos contra agricultores da região. (Documentário no Youtube: “Giacomet Marodin - Uma História de Violência e Devastação” <<https://www.youtube.com/watch?v=c2ZUf-NJOIU>> Acesso em 20/05/2018.

movimentos sociais, de ativistas, de quilombolas e povos indígenas não param de crescer, segundo os dados apontados nos relatórios anuais de conflitos rurais, elaborado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT – 2016, 2017)².

Segundo estes dados, somente no ano de 2016 ocorreram 61 assassinatos (entre as vítimas, 16 jovens de 15 a 29 anos, 1 adolescente e 6 mulheres); 1.079 ocorrências de conflitos por terra (ações nas quais há algum tipo de violência: expulsão, despejo, assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, prisões); 172 conflitos pela água; ao todo (na soma de conflitos por terra, pela água e trabalhistas) são 1.536 conflitos no campo³.

Já no ano de 2017, os casos de assassinatos aumentaram para 71 e o total de conflitos rurais reduziu para 1.431⁴. Porém, segundo os dados apontados neste relatório, o número de assassinatos no ano de 2017 é o maior destes últimos 15 anos, perdendo apenas para o ano de 2003, quando ocorreram 73 assassinatos.

Entendemos que a luta pela terra é um problema que atinge grande parte da população do Brasil, e que este problema já vem de longa data, desde a colonização e da exploração do trabalho humano. Problema que não acontece somente neste país, pois na América Latina isso é um fato comum.

De certa forma, a luta das organizações e dos movimentos sociais tem alcançado alguns objetivos, como territórios reconhecidos e demarcados, assentamentos que se tornaram gigantes na luta destes movimentos sociais, o acesso a universidades públicas, cursos específicos criados para a população rural e programas sociais para pequenos agricultores familiares.

Acreditamos em afirmar, a importância de uma reforma agrária popular e na demarcação efetiva das terras indígenas, algo que de fato mudaria a realidade da maioria das populações do campo, mas sabemos que isso dependerá de muita luta dos pobres deste país.

Para melhor alcançar os objetivos propostos, organizamos esta pesquisa em sete capítulos. Além deste primeiro capítulo introdutório, no segundo capítulo, iniciamos o debate sobre o histórico do MPA, no qual trouxemos como se formou este movimento e quais foram os pressupostos para seu início; no terceiro capítulo, tratamos das questões

² Conflitos no Campo – Brasil 2016 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade - Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2016.

³ Ibidem, 2016, p.11

⁴ Conflitos no Campo – Brasil 2017 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade - Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2017.

teóricas sobre a História Oral, em que discutimos esta metodologia participativa e sua potencialidade epistemológica; no quarto capítulo, definimos as questões teóricas sobre os Movimentos Sociais, a Identidade Coletiva e a Memória Social; no quinto capítulo, traremos uma breve análise sobre a Semiótica; e no sexto capítulo, as entrevistas com os relatos de vida dos militantes e trabalhadores do MPA e as análises destes discursos; e no último capítulo as considerações finais, amarrando nossas discussões.

1.1 TRAJETÓRIA DO AUTOR

O contexto da problemática agrária no país marcou profundamente minha trajetória de vida pessoal e acadêmica. Sou o segundo filho de uma família de pequenos agricultores do interior do estado do Paraná. Meu pai, Antonio, herdou uma propriedade do meu avô no município de Goioxim, quando meus pais se casaram, se mudaram para lá.

A princípio, a localização dessa propriedade, estava distante de outras cidadezinhas, e custava muito trabalho para se deslocar dali para uma cidade ou um povoado, para alguma emergência ou para conseguir algum produto que faltava.

Tínhamos problemas também, para a questão do ensino escolar, ainda havia escolas rurais na década de 1990, porém a mais próxima da nossa casa oferecia somente ensino primário.

Ali ficamos morando por um bom tempo, até o ano 2000, em que minha irmã maior terminou o ensino primário. Devido à insistência de minha mãe, para que ela e eu continuássemos estudando, algo que ela sempre se arrepende de não ter tido como concluir na sua infância (devido a dificuldades de localização e a problemas econômicos da sua família), meus pais venderam essa propriedade, e compraram outra mais perto da cidade de Palmital-PR.

Diferentemente da outra propriedade, esta era mais próxima a uma escola rural com ensino médio, mas esta escola durou apenas dois anos mais, até ser fechada devido a sua precariedade, pois o Estado disponibilizava somente uma professora para todas as turmas e as turmas dividiam o mesmo espaço. Depois que foi fechada esta escola, tínhamos que nos deslocar até a cidade de Palmital para estudarmos.

Meu pai sempre esteve envolvido e interessado nos sindicatos e nas questões políticas, nos quais ele utilizava alguns recursos disponibilizados pela célula política, como aluguel de maquinários entre outros serviços para nossa propriedade.

Segundo meu pai, ele conheceu o MPA em uma reunião de preparação para o bloqueio da BR-277 em Guarapuava-PR, por volta de 2004. Nessa época eu tinha 10 anos, não entendia muito bem o que significava isso e geralmente estava preocupado com outras coisas.

Eu conheci o MPA em um evento que fui com meu pai em 2008, a Romaria da Terra, que foi promovida pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Não lembro de muita coisa desta passagem, mas o que lembro, é que haviam muitas pessoas de diversos movimentos sociais e regiões do estado do Paraná, foi um evento muito bonito. Foi por volta desse ano que meu pai começou a militar no MPA.

A partir deste momento, o Movimento começou a auxiliar no nosso município, levando agricultores para congressos e eventos sobre o campesinato e sobre a agroecologia, trazendo técnicos para o acompanhamento nas pequenas propriedades, incentivando a criação de campos de sementes crioula e auxiliando em outros projetos sociais.

Hoje, meu pai está ainda mais vinculado ao Movimento, participando da coordenação estadual e nacional do MPA.

Graças ao MPA, a nossa vinculação nas lutas sociais e ao esforço de meus pais, hoje em nossa propriedade temos uma casa conquistada pelos projetos sociais dos governos de esquerda (Lula e Dilma); foram realizados plantio de sementes crioulas, que é o patrimônio de cada camponês e camponesa, assim hoje temos nossas próprias sementes; faz cerca de 5 anos que essa propriedade é certificada como orgânica; e hoje meus pais têm orgulho de serem camponeses (uma identidade forjada na luta), de buscarem os ideais de sustentabilidade, de diversificação, de proteção do território camponês.

Devido ao contato que meu pai e nossa família criamos com o MPA do nosso estado, participamos de vários eventos como a Jornada da Agroecologia, que acontece anualmente no estado do Paraná; eu e minhas irmãs fomos a acampamentos de jovens do MPA, como também a outros eventos de jovens de movimentos sociais da região, como o MST; participamos também de feiras, atos políticos, marchas e eventos de formação política do MPA. Foi a partir destes momentos que tive o contato direto com essa realidade social do campesinato brasileiro.

Por participar do MPA, fui em 2011 ao Acampamento Latino-americano de Jovens do Campo⁵, neste evento fui representando o coletivo de jovens do meu estado. Foi nesse acampamento de jovens, que tive meu primeiro contato com a realidade agrária latino-americana, foi meu primeiro momento “latino-americano”.

Nesse mesmo evento, conheci muitas pessoas de diversos lugares, dentre elas algumas que faziam o curso de História da América Latina, porém cursavam no México ou na capital da Argentina. A respeito do que estas pessoas mencionaram sobre este curso, somado ao conjunto das experiências sociais que tive dentro do MPA, cresceu em mim uma vontade para cursar História da América Latina, tanta que no mesmo ano fiz o ENEM e no ano seguinte, procurei o curso pelas universidades do país, por coincidência a encontrei

⁵ Este evento foi organizado pela CLOC e a Via Campesina, junto a vários movimentos sociais do campo latino-americano.

UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana), me inscrevi e passei no processo seletivo.

Mesmo cursando o curso História - América Latina na UNILA, não deixei a militância, mas diminui minhas tarefas enquanto ao Movimento. Assim no meu processo de formação da UNILA, continuei participando de eventos de movimentos sociais, encontros sobre o campesinato e a agroecologia, como também frequentava grupos de discussão agrária na Universidade.

Logo após terminar o Curso de História, ingressei no Programa de Pós-Graduação IELA, para desenvolver esta pesquisa sobre o tema da identidade do campesinato brasileiro, a partir do MPA. Na UNILA, também tive a oportunidade de conhecer alguns procedimentos metodológicos de pesquisa, entre eles a História Oral, que se mostrou como um meio bastante adequado para o tipo de pesquisa que estou realizando. Como também, para viabilizar uma aproximação mais efetiva entre o mundo acadêmico e as comunidades com as quais realizamos este trabalho.

2 HISTÓRICO DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES

Para este debate, nos aprofundamos no histórico do Movimento dos Pequenos Agricultores, assim, buscamos em relatos, bibliografias, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, observar como foi o início deste Movimento, quais foram os pressupostos que fizeram que este movimento social se tornasse nacional e como se configurava a pequena agricultura na época de seu surgimento.

Como o MPA se afirma enquanto um movimento camponês, iremos construir uma breve análise histórica sobre o campesinato brasileiro, para melhor entendimento dos processos históricos que fizeram surgir o MPA.

Primeiramente, observa-se que, desde a colonização e posteriormente na formação deste Estado Nação, as organizações dos pobres do campo foram protagonistas de várias revoltas e levantes, porém sempre foram dizimadas e excluídas, como exemplos a Revolta dos Malês (1835), a Revolta da Balaiada (1838-1841), o Cangaço sertanejo a partir do final do século XIX, a guerra de Canudos (1896-1897) na Bahia, a guerra do Contestado (1912-1916) na região Sul do país, das Ligas Camponesas (1945-1947) e inúmeras outras.

Levando em consideração que no Brasil, após cinco séculos de colonização europeia, mesmo com a conformação de um Estado Nacional, a estrutura agrária continua a mesma, pois nunca houve uma reforma agrária popular, desse modo, não foi realizada a redistribuição democrática das terras devolutas⁶ e improdutivas para as populações pobres. Isso interfere fortemente na luta pelo território pelas organizações camponesas contemporâneas, assim: “Essa realidade cruel é a face da barbárie que a modernidade gera no Brasil.” (CARVALHO, 2004, p.164-5)

Um ponto muito importante que devemos trazer à discussão sobre esta questão da propriedade, seria em relação à Lei de Terras de 1850⁷, esta que significou um “tiro no pé” dos pobres, pois a partir desta lei os camponeses somente poderiam adquirir terras a partir de compra e venda, ou doação do Estado, além do preço altíssimo que foi

⁶ “O Brasil possui uma área territorial de 850,2 milhões de hectares. Desta área total, as unidades de conservação ambiental ocupavam no final do ano de 2003, aproximadamente 102,1 milhões de hectares, as terras indígenas 128,5 milhões de hectares, e área total dos imóveis cadastrados no INCRA aproximadamente 420,4 milhões de hectares. Portanto, a soma total destas áreas dá um total de 651,0 milhões de hectares, o que quer dizer que há ainda no Brasil aproximadamente 199,2 milhões de hectares de terras devolutas.” (CARVALHO, 2004, p. 38)

⁷ Lei de Terras é a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, está foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil.

estabelecido para as propriedades. Sendo assim, com esta lei, a terra no Brasil se transformou em uma mercadoria. (IBIDEM, 2004, p.168)

Vale lembrar também, que esta Lei de Terras junto da abolição da escravidão são dois dos processos que auxiliaram na implantação do Estado Nacional. Em que, por um lado, a Lei de Terras significou a instituição de propriedade privada, por outro lado, o fim da escravidão significou uma mudança no regime de trabalho, pois o escravismo é a estrutura fundamental do império para o mantimento do latifúndio colonial⁸.

Outro processo que deve ser discutido quando estamos trabalhando com o histórico do MPA, é a Revolução Verde⁹, esta que foi um dos projetos capitalista que nas décadas de 1960 e 1970 promoveu várias transformações no campo brasileiro, devido às políticas neoliberais. Esse processo tinha por objetivo modernizar e industrializar o campo, algo que provocou modificações nos modelos de produção e nas técnicas agrícolas. (MAZOYER, ROUDART, 2010)

Para termos um panorama da estrutura agrária brasileira após todos estes processos históricos colocados anteriormente, assim como, para comprovar o argumento que não houve ainda uma reforma agrária popular no país, constatando a situação atual da pequena agricultura, iremos expor e problematizar a tabela da estrutura fundiária dos imóveis rurais do Brasil, disponibilizada pelo INCRA em 2009, em que podemos ter uma breve noção de como estão distribuídas as áreas das propriedades rurais e o número de imóveis destas áreas.

⁸ Sérgio B. de Holanda, na obra "Raízes do Brasil" afirma, neste sentido (em relação aos escravos negros), "que a presença do negro representou sempre fator obrigatório no desenvolvimento dos latifúndios coloniais". (p.48)

⁹ "O advento da Revolução Verde trouxe a centralidade da venda de insumos e mecanismos, dos pacotes tecnológicos, a certas empresas multinacionais, para fixar o agricultor nas dívidas e nas novas técnicas introduzidas no campo. Também trouxe a modernização específica para a educação, formando profissionais e incentivando agrônomos e técnicos a dominarem os modos de produção baseados na produção em larga escala." (VAZ, 2016)

Tabela 1 – Estrutura fundiária no Brasil em 2009¹⁰:

Estratos de área total (ha)	Imóveis		Área total		Área média (ha)
	nº de imóveis	%	Em ha	%	
Até 10	1.744.540	33,7	8.215.337	1,4	4,7
De 10 a 25	1.316.237	25,4	21.345.232	3,7	16,2
De 25 a 50	814.138	15,7	28.563.707	5	35,1
De 50 a 100	578.783	11,2	40.096.597	7	69,3
De 100 a 500	563.346	10,9	116.156.530	20,3	206,2
De 500 a 1.000	85.305	1,6	59.299.370	10,4	695,1
De 1.000 a 2.000	40.046	0,8	55.269.002	9,7	1.380,1
Mais de 2.000	39.250	0,8	242.795.145	42,5	6.185,9
Total	5.181.645	100	571.740.919	100	110,3

Fonte: INCRA. Sistema Nacional de Cadastro Rural (BRASIL. MDA, 2011 apud Dossiê ABRASCO¹¹, 2015, p.171)

A partir desta tabela da estrutura fundiária dos territórios e dos imóveis rurais, podemos verificar que: 5% dos imóveis rurais (do latifúndio) detêm cerca de 60% do território e 74% dos imóveis (pequenas propriedades) possuem cerca de 10% do território nacional.

Temos claro o nível de desigualdade da distribuição das propriedades rurais neste país e é necessário estar atentos sobre uma questão desta tabela fundiária, a mais atual disponibilizada pelo INCRA, assim ela não está totalmente atualizada. Isso indica claramente o interesse do Estado em ocultar a estrutura agrária brasileira e seus dados precisos.

Assim, chegamos a atual conjuntura do campo brasileiro, em que no final do século XX a pequena agricultura tem sérios problemas com a expropriação dos seus territórios, ainda mais dentro de um Estado capitalista caótico, no qual estes problemas se agravaram mais ainda após 21 anos da ditadura civil-militar (1964-1985) e após a Revolução Verde.

Sabemos que a organização dos(as) trabalhadores(as) é uma estratégia necessária para garantir seus direitos dentro de uma democracia, mas, quando essa organização não atende este objetivo, quando ela se volta contra os trabalhadores, assim como fez o movimento sindical ¹² (CUT), faz-se necessário organizar-se em outras instâncias.

¹⁰ Situação em março de 2009; o INCRA excluiu 273.849 imóveis rurais com dados inconsistentes.

¹¹ CARNEIRO, Fernando Ferreira (Org.) Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde / Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

¹² (GÖRGEN, 1998, p.10)

Dessa forma, em que há novas perspectivas e demandas sociais e de organicidade, vemos que o modelo de luta dos movimentos sociais se torna uma das estratégias de defesa e de resistência desses grupos sociais.

Nesse sentido, temos o surgimento de movimentos sociais do campo, organizações rurais e órgãos ligados à igreja católica a partir do final da década de 1950, como as Ligas Camponesas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o MPA, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Pastoral da Juventude Rural (PJR), a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), entre outros.

Entrando especificamente na história do MPA, temos as primeiras ações concretas enquanto organização, que aconteceram no estado do Rio Grande do Sul, onde o problema dos pequenos agricultores se tornou ainda maior, devido a uma grande estiagem que estava atingindo o sul brasileiro, esta abala mais ainda a condição já miserável destes trabalhadores. (GÖRGEN, 1998, p.15)

No período do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), marcado por políticas neoliberais, em que os trabalhadores pobres sem o apoio do governo não teriam como se manter no campo, pois estes não tinham a possibilidade de desenvolver uma agricultura em pequena escala, já que não tinham benefícios para a produção e o escoamento dos seus produtos, isso os impedia em competir com as grandes potências mundiais onde havia apoio para essa agricultura. E que segundo Görgen (1998), o movimento sindical já não dava respostas concretas, o que agravava ainda mais a situação desses agricultores.

Essas políticas neoliberais do governo FHC tinham como função contribuir para a expulsão desses pequenos agricultores e agricultoras, para serem escravizados em algum emprego na cidade. Mantendo intacto o território do latifúndio e auxiliando para o pleno desenvolvimento do agronegócio e da empresa capitalista da monocultura.

Dentre as fontes documentais que estamos utilizando, está a bibliografia de um militante que hoje faz parte da coordenação do MPA, Frei Sérgio Antônio Görgen, intelectual orgânico e militante das lutas sociais. Nesta obra "A resistência dos pequenos gigantes: a luta e a organização dos pequenos agricultores" (1998), ele relata com riqueza de detalhes, como iniciou-se o MPA. Nesta obra, Görgen comenta que no início do MPA, devido à estiagem e aos problemas da pequena agricultura, em 1996 foi organizado um

acampamento de luta na região de Palmeira das Missões-RS, onde, segundo ele a organização e a preparação para os acampamentos se deram inicialmente porque:

Um grupo de dirigentes sindicais em vários Estados do País, sentindo esta pressão das bases e a falta de respostas efetivas do conjunto do Movimento Sindical, assumiu uma nova postura e retomou o trabalho de base entre os pequenos agricultores, em vista de lutas concretas. (...) O primeiro resultado desta nova postura apareceu no Rio Grande do Sul, com a Mobilização da Seca reivindicando um Crédito de Manutenção Familiar para as famílias de pequenos agricultores atingidos pela brutal estiagem do final de 1995. (...) A mobilização da Seca iniciou-se na região de Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul, no dia 15 de janeiro, de acordo com a programação inicial, e nas demais regiões do Estado no dia 21 de janeiro, por causa do recuo dos dirigentes e da falta de preparação das bases. (GÖRGEN, 1998, p.10)

Essa mobilização derivou das ações concretas de base, de alguns dirigentes vinculados ao Sindicato de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul e à Central Única dos Trabalhadores. A massa de agricultores que se mobilizaram nestes acampamentos, reivindicava ações emergenciais para aliviar a situação das famílias destes agricultores do estado, pois estes tinham perdido suas produções e muitos já não tinham alimentos para suas famílias e menos ainda para manter seus animais.

Segundo o fragmento do texto de Görgen, as reivindicações dos acampamentos eram referentes à concessão de crédito para a agricultura familiar, entre outras demandas citadas abaixo.

Decidiu-se por realizar mobilizações de massa exigindo do governo: Crédito de Manutenção Familiar de R\$ 1.500,00 por família; Anistia das dívidas do custeio agrícola da safra 95/96; Liberação de milho-consumo dos estoques da Conab em sistema troca-troca para alimentação dos animais; Anistia das sementes cedidas em sistema troca-troca pelo Governo do Estado; Linha de crédito subsidiado para recuperar a capacidade produtiva da agricultura familiar. (IBIDEM, 1998, p. 15)

Ao todo, nestes acampamentos apontados por Görgen, se reuniram em torno de 30 mil pessoas, dentre movimentos sociais, grupos políticos e sindicais e uma multidão de agricultores e agricultoras. A partir disso podemos ter uma noção de como estava a crise e a calamidade que enfrentavam os pequenos agricultores e agricultoras do campo brasileiro. Segundo Görgen:

No dia 15 de janeiro, mais de 5.000 pessoas estavam instalando barracos na beira da estrada federal em Sarandi/RS, chegando a mais de 9.000 pessoas no final de semana. Em seguida, iniciou-se o bloqueio da rodovia por algumas horas durante o dia e iniciaram-se as negociações em Brasília e Porto Alegre. Na semana seguinte, a

população no acampamento de Sarandi aumentou para 16.000 pessoas e outros acampamentos iniciaram em Erechim (5.000 pessoas), Lagoa Vermelha (4.000 pessoas), Santo Angelo (500 pessoas), Júlio de Castilhos (1.500 pessoas), Pelotas (500 pessoas), Encruzilhada do Sul (500 pessoas) e Porto Alegre (500 pessoas). A população total mobilizada beirou a 30.000 pessoas. (IBIDEM, 1998, p. 16-7)

Além do acampamento em Sarandi, foram organizados acampamentos em outros municípios do estado, como também se realizaram vigílias, bloqueio nas rodovias, manifestações em Porto Alegre no Ministério da Fazenda, para acelerar as negociações (IBIDEM, 1998).

Algo que se mostrou interessante para nossa análise, foi o apoio inicial dos prefeitos, vereadores e pequenos comerciantes de vários municípios rio-grandenses, o que para Görgen, “isto revela o nível da crise vivida pelos pequenos municípios, completamente dependentes da economia agrícola” (IBIDEM, 1998, p. 19).

As análises de Célio Valdemar Cadoná (2004), mostram que as manifestações dos agricultores angustiados com a falta de resposta dos governos estadual e federal¹³, ocorreram em cinco acampamentos, onde o núcleo central se fixou à margem da principal rodovia de Sarandi (BR-386), onde segundo Cadoná:

Quem esteve à frente do protesto foram lideranças sindicais, religiosos(as), alguns sacerdotes e lideranças de Igrejas, todos ligados à Pastoral da Terra. Outras entidades e representantes de pequenos agricultores, que sentiram o esgotamento de ações anteriores e que resolveram adotar algumas das práticas do MST, entre elas, trancamento de rodovias, marchas, passeatas, acampamentos, ocupação de prédios públicos, etc. O protesto durou três semanas e, no auge da ação, havia em torno de trinta mil pessoas, mobilizadas por cerca de quarenta sindicatos “autênticos” (...). Nos dias de acampamento, tomou-se a decisão de formar pequenos grupos, diante das dificuldades de coordenação e para dar melhor encaminhamento nas decisões, bem como partilhar os resultados das discussões dos grupos nas assembleias diárias. Esta experiência de organização foi fundamental para, mais tarde, realizar o trabalho de nucleação nas comunidades. Estas novas formas de organizar-se, no fundo, traduziam as formas de organização das CEBs, dos grupos de reflexão das comunidades e o jeito de trabalhar nos acampamentos e assentamentos do MST. Estas experiências foram fundamentais, pois imprimiram o “jeito e a cara do MPA” (CADONÁ, 2004, p. 98)

¹³ Nesse período na administração política do Estado estava o governador Antônio Brito (RS), o ministro da agricultura era Arlindo Porto, e como já mencionamos, era o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Sabemos que nesses acampamentos, o MPA ainda não tinha surgido, mas o que ficou claro é que as instâncias sindicais e de organização da época já não atendiam as necessidades desta massa de trabalhadores rurais.

E mesmo o MST, enquanto movimento social de luta por terra, não abrangeria a forma de luta que se necessitava e com a qual nasce o MPA. Pois as manifestações tinham por objetivo a efetivação de programas de investimento para os agricultores que já tinham terra, para mantê-los no campo, garantindo o futuro das suas gerações.

Segundo César Augusto Da Ros (2006), as mobilizações da seca proporcionaram o surgimento de um novo agente político no campo que iria levantar discussões sobre a situação do sindicalismo rural. Segundo Da Ros:

Essa mobilização dos pequenos agricultores pode ser considerada como o evento que marcaria a fundação do MPA como um novo agente político no campo. Esse processo de constituição de um novo movimento ocorreu ao longo do ano de 1996, quando se realizaram muitas discussões sobre a situação e os rumos do sindicalismo rural e da agricultura brasileira. Nessas discussões se chegou a um diagnóstico de que dentro do atual modelo de desenvolvimento econômico não havia mais lugar para a agricultura familiar e que o movimento sindical estava despreparado para enfrentar essa nova realidade. (DA ROS, 2006, p. 187)

A partir destes relatos, temos uma noção da crise passada pela pequena agricultura dessa época, mas devemos ter sempre em conta o porquê de estar dessa forma, que segundo Cadoná (2004), Da Ros (2006), Görgen (1998), Picolotto (2011), esse processo de precarização da pequena agricultura deriva das políticas neoliberais dos governos de FHC e Collor. Políticas que tinham a função de expandir a exportação e a importação, modernizando o latifúndio brasileiro, que já vinha sofrendo um processo de modernização a partir de 1960 com a Revolução Verde.

Essa rápida modernização conservadora no setor agrícola não tinha interesse na pequena agricultura, algo que segundo Cadoná (2004), vai se refletir nos Acampamentos da Seca de 1996 e na criação do MPA, portanto:

(...) o surgimento do Movimento é a expressão de contradições e de interesses sociais não atendidos e não contemplados pelas políticas agrícolas neoliberais. Ele surge, segundo Grzybowski (1987), como resistência ao processo econômico e político que provocou a rápida modernização da agricultura e que não levou em conta as realidades sociais e históricas de nosso povo. Neste sentido, ele mostra o “caráter

antidemocrático e antiecológico do desenvolvimento” proposto pelo capitalismo internacional. (CADONÁ, 2004, p. 105)

Na análise de Picolotto (2011) um trecho de uma entrevista concedida por Romário Rossetto, coordenador do MPA no Rio Grande do Sul, no ano de 2010, em que este afirma que, com as manifestações da seca de 1996 a pequena agricultura ganhou bem mais que linhas de crédito, pois:

(...) foi a partir do acampamento que surgiu a ideia de organizar os agricultores pela base, surgiu a ideia de criação do MPA. E por que mais um movimento? O movimento sindical estava em um refluxo e não atendia mais à necessidade organizativa dos trabalhadores. As pautas eram muito genéricas, longas, e, portanto, não concreta. Nós achávamos que a pauta deveria ser enxuta, concreta e para discutir com os agricultores, a sociedade e o governo. O MPA teve uma participação decisiva para a criação do PRONAF, juntamente com outras organizações. Foi um programa criado e que depois melhorou. Há vários públicos na agricultura camponesa. Foi criado o Pronafinho para os agricultores mais empobrecidos. A nossa prioridade, do MPA, nosso público está nessa grande maioria dos agricultores empobrecidos. Lutamos contra o modelo agrícola implantado há tantos anos que não beneficia a agricultura camponesa. Esta sempre leva as migalhas. (PICOLOTTO, 2011, p. 202)

Portanto, esta é a história do nascimento do MPA, movimento que surge na emergência de uma organização popular, que atendesse os interesses dos pequenos agricultores, que lutasse em favor do campesinato, assim, o Movimento consolida-se em 1996 e não parou de crescer. Ao analisar o histórico do MPA, disponibilizado no site do movimento do Espírito Santo, estado onde o Movimento começa a ser organizado a partir de 1998, verificamos que:

O MPA surgiu em 1996, no Rio Grande do Sul, quando inúmeras famílias camponesas foram atingidas por uma forte seca, que destruiu grande parte de sua produção agrícola. Diante desse fato, muitas famílias passaram a mobilizar-se por melhores condições de vida no campo, tendo em vista que o modelo de produção vigente no país priorizava as grandes monoculturas para exportação, deixando à margem dos investimentos públicos os camponeses que produziam alimentos diversificados em suas pequenas propriedades. No mesmo período, famílias camponesas de Rondônia, Espírito Santo e Santa Catarina já discutiam uma forma diferente de se organizar, uma vez que as representações sindicais do momento não davam respostas as necessidades do campesinato (...). No ES, o MPA começa a ser organizado em 1998, inicialmente no município de São Gabriel da

Palha, envolvendo também famílias camponesas de Vila Valério, Águia Branca e São Mateus.¹⁴

Vale ressaltar que esta forma de mobilização é espelhada na luta do Movimento Sem Terra, que nessa época, era conhecido como Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER)¹⁵. Inclusive, movimentos sociais como o MASTER e a CPT auxiliaram para a criação do MPA.

Acreditamos que a primeira palavra de ordem das mobilizações de 1996, exemplifique a luta e a aflição em que surge este movimento social, assim como suas necessidades enquanto ao crédito: “Faça chuva, sol ou vento, queremos mil e quinhentos”¹⁶.

As primeiras lutas destes pequenos agricultores e agricultoras enquanto MPA, foram em busca de crédito subsidiado para a agricultura familiar; do Seguro Rural; de benefícios para a saúde e da previdência para estes trabalhadores (GÖRGEN, 1998, p. 47). E o primeiro encontro nacional do MPA ocorre no mês de dezembro de 1997.

O MPA nasce com algumas características que marcam seu início enquanto movimento social, estas particularidades são as ações coletivas que ocorreram dentro dos processos reivindicatórios, das quais: “lutas de massa; organização de base; formação política, ideológica e técnica; bandeiras simples, claras e objetivas” (GÖRGEN, 1998, p. 46-7).

O MPA, hoje atua em 19 estados brasileiros, como movimento de massa, busca resgatar os princípios do campesinato, reivindicando as necessidades deste modelo defendido.

O MPA em uma relação dialética, busca a organização com estes agricultores e agricultoras, trazendo incentivos, fazendo formações, trabalhando a luta de massa e a formação de base, para que estes permaneçam no campo, produzindo alimentos saudáveis, em uma produção sustentável em harmonia com a terra. Em síntese, seria isso que move o MPA, o ideal camponês.

Trazemos também a bandeira do Movimento, que também carrega uma simbologia dos camponeses, pois nesta bandeira há os elementos principais da vida do campesinato, a semente, as multidões em marcha, a terra, o trabalho e um horizonte comum. Podemos observar isso na bandeira do MPA, a seguir:

¹⁴ Site do MPA de Espírito Santo. Disponível em: <<https://mpabrasiles.wordpress.com/nossa-historia/>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2019.

¹⁵ Hoje é conhecido como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

¹⁶ Informação retirada do site do MPA. Disponível em: <<http://www.mpabrazil.org.br/>> Acesso dia 10 de fevereiro de 2019.

Figura 1: Bandeira do Movimento dos Pequenos Agricultores



Fonte: Imagem retirada do site do MPA. Disponível em: <<http://www.mpabrasil.org.br/>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2019.

Observamos também na imagem retirada na Escola Camponesa de Memória e na Escola de Formação de Jovens Brigadistas do MPA, promovidas pelo MPA em Salvador na Bahia, nos dias 29 de março a 07 de abril de 2017:

Fotografia 1: Simbologia dos agricultores do MPA.



Fonte: o próprio autor.

Sobre a questão da simbologia do movimento, também podemos apontar as sementes, o chapéu de palha e os instrumentos musicais. Ou seja, isso indica que o Movimento tem um trabalho bem amplo, em que se busca muito mais que uma permanência da pequena agricultura no campo, sendo também papel do movimento o resgate cultural e o trabalho ecológico.

Portanto, seria esta a história do Movimento dos Pequenos Agricultores do Brasil.

A seguir entraremos nas análises específicas sobre a História Oral e sua potencialidade para a nossa pesquisa.

3 POTENCIALIDADES DA HISTÓRIA ORAL NA DISCUSSÃO DA IDENTIDADE CAMPONESA

Neste capítulo, propomos realizar um debate teórico e metodológico com o tema da História Oral, para que após, possamos demonstrar a prática desta metodologia, utilizando entrevistas que realizamos com militantes do MPA.

Pretendemos, desse modo, construir análises teóricas e metodológicas sobre a História Oral, sua relevância no mundo acadêmico, como ela pode ser trabalhada dentro da perspectiva dos Movimentos Sociais e quais são suas particularidades na questão da pesquisa e da produção de relatos orais.

A partir deste debate que propomos neste capítulo, através da análise teórica e metodológica da produção das fontes orais, pretendemos também colaborar para a construção de um caminho metodológico da História Oral.

3.1 POTENCIALIDADES DA HISTÓRIA ORAL

A História Oral se tornou muito importante na América Latina, nos finais do século XX, para a pesquisa histórica, pois incluiu novas possibilidades de pesquisas, em que não mais somente os “grandes acontecimentos” da História Positivista eram importantes para análise.

Com este espaço novo conquistado para a produção de historiografias, a partir dos pressupostos da História Oral, novas discussões entraram em cena, como a história de vida de sujeitos excluídos pela historiografia clássica, sobretudo trabalhadores pobres, negros, indígenas, mulheres, operários, exilados, parte formadora da sociedade cuja voz não interessava à História.

Desde sua origem até boa parte do século XX, a disciplina Histórica escreveu o que necessitava o Estado, a modernidade capitalista, os poderes coloniais, as elites nacionais, para legitimar e fixar sua dominação. Como também implantou uma “política de esquecimento”¹⁷ da presença histórica dos povos subalternos, negando a estes seu carácter de sujeitos históricos.

A História Oral veio para dar maior comprometimento e uma aproximação do trabalho do historiador com a realidade de vida da sociedade, porque o objetivo é

¹⁷ (CARRILLO, 2005, p. 3)

contribuir com outro foco da história, que geralmente não é contado nos livros da “história oficial”. Pois, como nos relata Vich e Zavala (2004),

Si la historia como discurso oficial ha tenido una pretensión universalista y generalmente etnocéntrica, los historiadores orales llegaron al mundo académico para contribuir a desestabilizar tales presupuestos y proporcionar una imagen de la historia enunciada desde los márgenes. (...) la historia oral visibiliza la producción de todo un conjunto de saberes locales a los que históricamente se les ha prestado poca atención a efectos de la construcción de un poder letrado que ha estado destinado a asumir el control de la memoria. (VICH; ZAVALA, 2004, p. 96-7)

Entendemos por História Oral a produção de um discurso sobre o passado e/ou o presente, que assume a introdução de novos sujeitos e suas histórias de vida, que está comprometida com um importante conhecimento histórico, baseado nas condições cotidianas no âmbito das experiências sociais. Assim, a História Oral se interessa pelo conjunto de significados produzidos socialmente em relação com os demais. (VICH; ZAVALA, 2004, p. 89)

Neste sentido, sabemos que a disciplina Histórica não é uma verdade absoluta, nosso papel enquanto historiadores, cientistas sociais, não é construir uma visão única dos acontecimentos, e sim, entender que há várias formas de trabalhar com estes acontecimentos. Pois a História não é neutra, ela tem uma pretensão, uma intencionalidade, e o papel do historiador é admitir essa intencionalidade e assumir seu papel enquanto intelectual.

A socióloga e ativista boliviana, Silvia Rivera Cusicanqui, de origem Aymara, colabora para a construção metodológica da História Oral. Ela nos da sua contribuição em relação ao exercício da História Oral e o papel do historiador, que pode ser considerado, de maneira errônea, como passivo, em que o pesquisador não exerce nenhuma influência na entrevista, já que seu trabalho seria somente de ligar o gravador e transcrever os testemunhos. Para ela:

Esta vulgarización de la práctica de la historia oral es moneda corriente en muchas ONG que practican una suerte de “populismo” retrospectivo, donde la memoria de viejas sumisiones se canaliza hacia un discurso del lamento. De este modo, la pasividad encubre manipulaciones más sutiles, que refuerzan nuevos diagramas de poder. A contrapelo de esta tendencia, nuestro trabajo de historia oral ha sido más humilde y ambicioso a la vez. En un único libro, hemos plasmado con Zulema Lehm la experiencia de cinco años de escucha activa, densa y llena de meandros y altibajos —también de traumas y

dolores revividos—, que nos fue enfrentando a la posibilidad de ser interpeladas, cuestionadas y transformadas, no sólo en nuestra comprensión teórica de las cosas, sino en el sentido vital de la experiencia intersubjetiva. (RIVERA CUSICANQUI, 2012, p. 16)

A História Oral nos auxilia nesse processo de pesquisa, a partir do contato que temos com sua prática, pois os relatos construídos são reconstruções coletivas e seletivas da memória. Afirmamos isso por nosso caso se tratar de entrevistas gravadas a partir de um direcionamento da pesquisa, por parte do pesquisador e também do entrevistado. Assim como, entendemos que toda (re)construção da memória do entrevistado não é puramente individual, e sim coletivamente vivenciada e memorada em seu meio social.

Considerado um dos pioneiros da História Oral no Brasil, José Carlos Bom Meihy (2002), afirma que o uso da memória, dentro desta metodologia, se caracteriza como “memórias coletivas”, pois todo relato a partir de um fato, carrega vários artifícios e características de construção social, das influências diárias, das “imigrações culturais”, e é nisso que é baseado o discurso. (VAZ, 2016)

Neste sentido, segundo Meihy:

Memórias são lembranças organizadas dentro de uma lógica subjetiva que seleciona e articula elementos que nem sempre correspondem aos fatos concretos, objetivos e materiais. (...) para a história oral, a memória individual só tem sentido em função de sua inscrição no conjunto social das demais memórias. Ela não existe além da biologia como fenômeno socialmente autônomo. Com isso, afirma-se que toda memória tem índices sociais que a justificam. É sobre a relação entre o ser individual e o mundo que se organizam as lembranças e os processos que relevam ou não o significado do repertório de lembranças armazenadas. (...) Mais do que a soma das memórias individuais, a memória coletiva é um fenômeno construído pela força de fatores externos que circunstanciam um determinado grupo, marcando sua identidade. (BOM MEIHY, 2002, p. 54-5)

Trabalhando com a questão das memórias coletivas, vemos que estas não são homogêneas e tampouco as utilizaremos para produzir um reflexo verdadeiro do passado. Já que a memória não é um objeto e nem um simples armazenamento e recuperação de informações sobre o passado, ela não pode ser resgatada.

Estamos buscando com a História Oral a produção coletiva, criativa e seletiva das memórias sociais, que operam através de uma dialética da lembrança e do esquecimento, uma construção, elaboração e seleção de fatos e impressões.

Portanto com estas memórias, um dos sentidos que mais nos interessam, são os “rastros” de colonização, subordinação, alienação, como também os vestígios da subalternização dentro da questão da identidade. Assim como Carrillo nos afirma:

Dado que la memoria social alimenta los sentidos de pertenencia de los subalternos, así como su visión de su presente y de su futuro, su control ha sido una preocupación tanto de las élites dominantes como de los movimientos y actores que pretenden impulsar sus proyectos de sociedad alternativos. (CARRILLO, 2005, p. 5)

Neste sentido, é a partir desta visão que se tem sobre o passado e sobre seu presente que os grupos subalternizados buscam a construção de uma sociedade alternativa. Como também, através destes relatos produzidos com a História Oral que se visibilizam os aspectos de subordinação, exploração e dominação.

Tendo em vista esta nova forma de trabalhar com o relato, Rivera Cusicanqui assegura que a História Oral é muito mais que uma metodologia “participativa” ou de “ação”, já que ela assume também um processo de aprendizagem coletivo (tanto para o investigador(a) como para o interlocutor(a), a partir de um “pacto de confiança”, pois,

(...) al recuperar el estatuto cognoscitivo de la experiencia humana, el proceso de sistematización asume la forma de una síntesis dialéctica entre dos (o más) polos activos de reflexión y conceptualización, ya no entre un “ego cognoscente” y un “otro pasivo”, sino entre dos sujetos que reflexionan juntos sobre su experiencia y sobre la visión que cada uno tiene del otro. Con ello se generan las condiciones para un “pacto de confianza” (cf. Ferrarotti), de innegable valor metodológico, que permite la generación de narrativas autobiográficas en cuyo proceso la conciencia se va transformando: superando lo meramente acontecido para descubrir lo significativo, aquello que marca al sujeto como un ser activo y moralmente comprometido con su entorno social. (RIVERA CUSICANQUI, 2006, p. 21)

Portanto, neste processo de conversação da entrevista, há uma aprendizagem mútua, em que participam de uma reconstrução e sistematização da memória e ambos os sujeitos produzem conhecimentos. Tendo a noção do direcionamento do assunto, como também do relato como forma de recriar o passado, compreender o presente e construir um futuro.

Neste processo descrito por Rivera Cusicanqui, ela não se opõe a investigação-participativa (investigação-ação), acreditando que esta pode ser considerada um primeiro passo para o processo de descolonização intelectual. Mignolo (2002),

utilizando o argumento de Rivera Cusicanqui, define o limite da investigação-participativa fazendo uma comparação com o potencial epistêmico da História Oral, em que este limite

reside en el hecho de que la investigadora o el investigador tiene todavía la prioridad en la decisión de los temas a estudiar y los problemas a explorar y la prerrogativa de decidir la orientación de la acción y las modalidades de participación. (...) El potencial epistémico de la historia oral, en cambio, se distingue de la razón instrumental y del método de las ciencias sociales, de la oralidad como nuevas fuentes de estudios históricos pero siempre dentro de las normas disciplinarias, y se distingue también de la investigación-acción, la cual puede considerarse como un primer paso en el proceso de descolonización intelectual. (MIGNOLO, 2002, p. 07-8)

A limitação da investigação-ação que Rivera Cusicanqui relata, se encontra em duas ordens de fenômenos: uma de natureza epistemológica, a qual se reproduz uma “assimetria do sujeito-objeto”, assim, uma valorização de necessidades e demandas de setores populares, formulando metas coletivas, porém isso feito fora destes setores, que pouco tem a ver com a realidade destes grupos; e a ordem teórica, nesta, Rivera Cusicanqui se reflete à crítica sobre a teoria marxista das “classes sociais”, e critica a busca da tradução do vivido em situações homogêneas sociais e culturais, que são inexistentes nos países da América Latina, devido à permanência das estruturas coloniais de dominação e discriminação. (RIVERA CUSICANQUI, 2006, p. 17-8)

A crítica que Rivera Cusicanqui faz em relação ao método das Ciências Sociais, remete à estrutura presente na sociedade que vivemos, que é a ordem colonial. Isso também se reflete no trabalho realizado pelos pesquisadores que centram suas discussões nas teorias dominantes de certa homogeneidade social, em que segundo ela, estes estão sendo reprodutores inconscientes desta ordem.

Neste sentido, ao pensar em términos homogêneos, como por exemplo, pensar as sociedades indígenas como camponesas, estarão negando sua identidade, oprimindo e as excluindo, reforçando essa opressão colonial do conhecimento. Neste processo de atribuição de outras identidades, impondo modificações na “autopercepção” indígena, estes se convertem em cúmplices do etnocídio. (IBIDEM, 2006 p. 20)

Por mais que aparente que isso geralmente não ocorre no Brasil, estaríamos nos iludindo, pois, esse argumento parte do pressuposto de que a comunidade camponesa não tem os mesmos direitos que as comunidades culturais ou os povos originários. Ou seja, esse argumento reforça o etnocídio, colocando esses grupos reféns da competição desigual do capitalismo.

Portanto, uma das tarefas das Ciências Sociais hoje, no trabalho com as sociedades subalternizadas, é perceber que o potencial epistemológico da História Oral (re)ordena a relação “sujeito de conhecimento/sujeitos a conhecer e compreender” (MIGNOLO, 2002). Como também a tradição oral não é somente uma fonte para a historiografia, ela é uma produção de conhecimento (MIGNOLO, 2002 p. 08).

Acreditamos que haja outros mundos possíveis distante do discurso do capitalismo globalizado e desta ordem colonial. Pois o passado não é uma propriedade dos historiadores, e sim uma produção coletiva e “(...) debemos convocar los pasados “invisibilizados” por el discurso hegemónico. En particular, el de las luchas y experiencias de resistencia de los subalternos de ayer, para potenciar las alternativas del hoy y del mañana.” (CARRILLO, 2005, p. 09)

Segundo esses pressupostos, o papel da História Oral é buscar a democratização das condições do saber historiográfico, pois ao nosso ver, todo sujeito é capaz de produzir um conhecimento histórico.

Outro fator fundamental da História Oral segundo Mignolo, é que seu potencial epistemológico conduz ao reconhecimento do papel da diferença como fundação da cidadania, isso é, reconhecer as sociedades como “pluriculturais”, sociedades que reclamam seus direitos retirados há mais de cinco séculos de colonialismo e de capitalismo. (MIGNOLO, 2002, p. 10)

Temos clareza do papel da História Oral e de sua potencialidade, pois é a partir de uma nova epistemologia que esta metodologia vem sendo trabalhada, já que ela avançou muito com o contato e com a produção de conhecimento dos povos subalternos e marginais da sociedade.

Há dois processos que devemos ter em conta, questão para a qual Mignolo (2002) nos alerta, em relação à “geopolítica do conhecimento” e às estruturas coloniais de produção do conhecimento (colonialidade global). Este autor afirma que estes dois processos caminham juntos, por um lado, a colonialidade global que continua o projeto da modernidade, colonizando e subordinando conhecimentos e, por outro lado, a geopolítica do conhecimento continuará o projeto de descolonização intelectual e epistêmica. Desse modo, segundo Mignolo:

la geopolítica del conocimiento es un proyecto con dos caras. Una es la descripción y análisis de la configuración colonial del saber y, por lo tanto, poner de relieve la colonialidad del saber. La otra es la de incrustar nuestra propia producción y transformación de conocimientos

en la lucha epistémica que la geopolítica del conocimiento presupone. No sería productivo asumir que la geopolítica del conocimiento es un objeto de estudio, pero que nuestra manera de estudiarlo esta fuera de esa geopolítica, en algún lugar imparcial, no contaminado por la configuración del mundo moderno/colonial. (MIGNOLO, 2002, p. 13)

Ao afirmar a importância desta metodologia, entramos em temas mais profundos, como a potencialidade epistemológica da História Oral. E nisso acreditamos estar corretos, pois quando vemos as debilidades das Ciências Sociais devido às suas teorias presas à colonialidade do conhecimento que, em geral não conseguem alcançar suas pretensões em responder os problemas sociais latino-americanos, devemos adentrar nestes espaços e formular questões práticas e teóricas que consigam responder nossos anseios.

Neste próximo item, pretendemos analisar algumas questões práticas e metodológicas que possam nos ajudar em nosso trabalho com a História Oral.

3.2 METODOLOGIAS E ALGUMAS QUESTÕES PRÁTICAS

Trataremos, aqui, de questões práticas e técnicas de aplicação de entrevistas, de como faremos a abordagem dos relatos nos processos de construção do texto e como trabalharemos com o texto transcrito.

Devemos ter clareza que analisaremos mais de uma opção de método para este trabalho. Assim, entraremos em algumas discussões práticas e com exemplos, para melhor escolhermos o que mais se encaixa com o que desejamos construir.

No que se refere à produção de relatos, Rivera Cusicanqui (2012) nos mostra uma solução que pode ser fundamental na construção de relatos orais. Em um artigo sobre sua entrada no mundo da sociologia da imagem e da montagem audiovisual, na busca de reconstruir a realidade, ela crê que esta:

se reconstruye por las mutuas resonancias que crea el montaje entre imágenes diversas, a las que extrae nuevos significados por una especie de tratamiento de shock. Esto no es nada nuevo, ya lo había propuesto Einsestein como un metalenguaje del montaje, sumamente conceptual, pero cuya fuerza y eficacia sólo pueden medirse en la práctica, por el impacto sensorial, emotivo e intelectual que provoca en los espectadores. La arquitectura del montaje podrá ser todo lo conceptual que se quiera, pero es un armazón que no se ve, no se nota, y es esto lo que a mí me gusta del cine, lo que no se hace explícito pero conmociona, golpea y transforma al espectador. (RIVERA CUSICANQUI, 2012 p. 17)

Neste trecho de seu artigo a autora nos transmite a noção de uma metodologia que abrange o audiovisual, em que a construção destes relatos não se dá somente com um gravador de áudio, mas pode ser trabalhado também com filmagens o que nos viabiliza um leque maior de opções e resultados do trabalho com História Oral, sendo possível o resultado final ser um documentário audiovisual.

Da mesma forma, a autora propõe que a força e a eficácia do trabalho da montagem audiovisual se dão a partir do impacto sensorial, emotivo e intelectual, já que ela valoriza como essa forma de produção do conhecimento pode influenciar o espectador.

Isso pode ser pensado também na produção de História Oral, pois é uma possibilidade utilizar destes impactos para construir relatos mais ricos com fragmentos emocionais, pois desta forma exploraríamos outros aspectos dos relatos orais. Neste sentido, há alguns pesquisadores que não concordam com esta técnica, como Bom Meihy (2002) que afirma que as entrevistas devem ser realizadas em espaços amenos, que não causem choques emocionais nos entrevistados, porém estamos mais de acordo com o argumento de Rivera Cusicanqui (2012).

Outro ponto para o qual Rivera Cusicanqui nos alerta é referente à participação ativa das comunidades e os movimentos investigados, em todas as fases da produção da História Oral. Pois ela acredita que se descobrirá uma complexidade e riqueza de pensamentos e visões da história e nos aproximaremos de uma desalienação e descolonização da História. (RIVERA CUSICANQUI, 2006, p. 22)

Nesse sentido, deve se pensar na questão dos acordos coletivos, estes que devem ser decididos conjuntamente com a equipe de pesquisa e com a comunidade, grupo ou movimento que se deseja pesquisar. Devendo-se pensar as razões e as problemáticas para a realização da pesquisa que vão articular a reconstrução histórica.

Tanto as decisões mais importantes do processo investigativo, quanto as ações operativas devem ser assumidas por todos. Sobre o que queremos investigar; porque e para que; com quem; desde onde e como interpretar; como e a quem socializar os resultados. (CARRILLO, 2005, p. 09-10)

Há um exemplo que podemos colocar que, muito nos inspira na construção do nosso trabalho com a História Oral. Falamos da obra “La Fuerza de la Gente” de Lorenzo Muelas Hurtado (2005), com a colaboração de Martha L. Urdaneta Franco. Esta obra é um

texto autobiográfico que discute a instituição da *terrajería*¹⁸ e o surgimento das lutas dos movimentos indígenas do século XX, em Guambía, na Colômbia.

Um dos elementos que chamam nossa atenção nesta obra é a autoria do trabalho apresentado como um texto de Lorenzo, um dirigente indígena guambiano, que relata o que ele e sua família sofreram com o duro processo da *terrajería* até sua juventude. A pesquisadora Martha, aparece como colaboradora da obra, dando uma nova amplitude sobre o papel de investigador(a).

Este relato se construiu da seguinte forma:

(...) la fuente principal de información para este texto fue el testimonio oral. Pero decidimos buscar otras fuentes, fuentes de blancos, fuentes escritas, que nos permitieran ubicar la historia del misak, de los guambianos, en un contexto temporal con medidas. Fue así como, siempre juntos, comenzamos a consultar archivos: el Archivo General de la Nación, el Archivo Central del Cauca, el de las Cortes de la Nación, el de la Parroquia de Silvia, la Registraduría de Silvia, el INCORA, y hasta un pequeño archivo de documentos y de prensa que tienen las hermanas de Lorenzo. (...)

El texto final quedó dividido en dos grandes partes, en las cuales el narrador es Lorenzo. Los relatos suyos son la columna vertebral del mismo, mientras que las narraciones de las demás personas fueron editadas e incluidas como citas, excepto algunas que se incorporaron de manera continua casi en su totalidad, en apartes subtítulos ‘los recuerdos de fulano de tal’ o ‘zutano habla sobre tal cosa’. Cuando hubo necesidad de hacer aclaraciones adicionales, introduje notas a pie de página. (HURTADO, 2005, p. 22-23)

Portanto, vemos que este texto de História Oral não se orientou somente em relatos, pois partiu para o uso de outros materiais para apoiar o texto, contextualizando e situando melhor as informações fornecidas nos relatos. Como também, a construção dos relatos foi realizada coletivamente, por vários sujeitos que, também pertenciam a Guambía e participaram de alguma forma da vida de Lorenzo e/ou do processo de *terrajería*.

Uma das questões principais do trabalho da História Oral, que devemos ter em conta, é: o que se busca com nossa pesquisa dentro da história de determinado grupo ou movimento?

¹⁸ “La *terrajería* es un sistema de trabajo algo similar al arrendamiento agrícola, mediante el cual un hacendado hace uso gratis del trabajo indígena, a cambio de la cesión de un pequeño lote de terreno dentro de la hacienda. Pero la gran diferencia entre el arrendamiento y la *terrajería* es que ésta última se adelanta sobre un territorio que originalmente pertenecía a la comunidad indígena, y que le fue usurpado por una cadena de terratenientes, quedando entonces sus dueños legítimos “como *terrajeros* de los robadores de la tierra”. (HURTADO, 2005 p. 21-22)

Uma resposta interessante quem nos dá é Carrillo: aprender o passado, aprender do passado; reconhecer quem somos desde nosso próprio reconhecimento; fortalecer nossos vínculos e sentidos de pertencimento desde a lembrança; construir o futuro desde a memória; comunicar outros as aprendizagens ganhadas; melhorar nossa prática desde sua reconstrução e interpretação. (CARRILLO, 2005, p. 09)

Nesse sentido, vemos que esta resposta dada por Carrillo, complementa várias análises e citações expostas neste capítulo, e acreditamos ser este um caminho viável para o trabalho com a História Oral e da produção de conhecimento das comunidades invisibilizadas.

Outro ponto que Meihy (2002) e Carrillo (2005), nos orientam, em relação ao método do uso de um plano de trabalho, este:

(...) que servirá como guía para la acción. Allí debe precisarse la justificación, las preguntas objeto de la RCH¹⁹, las fuentes y técnicas de recolección, así como los procedimientos de análisis, interpretación y socialización; también debe quedar claras las responsabilidades, los tiempos y los recursos para su realización. (CARRILLO, 2005, p. 10)

Neste plano de trabalho devem estar contidas todas as informações iniciais para começar a construção de relatos, obviamente é a partir deste plano de trabalho que vamos estar construindo nossas primeiras análises de todo processo, e sem dúvida, estarmos nos aperfeiçoando em nossas pesquisas.

Tendo em vista estas questões práticas sobre a produção da História Oral, trabalharemos no último capítulo com as definições específicas de como as entrevistas foram realizadas, com as informações sobre os entrevistados e as análises sobre a identidade a partir dos relatos de vida, que seria o resultado de todo este processo.

Antes, iremos fazer algumas considerações sobre os conceitos de “Movimento Social”, “Memória Social” e “Identidade Coletiva”, pois estes são os alicerces teóricos que construiremos nossas análises nos capítulos seguintes.

¹⁹ Reconstrucción Colectiva de la Historia.

4 MOVIMENTOS SOCIAIS E IDENTIDADE COLETIVA

No sentido das formulações e das análises que estamos construindo sobre o MPA, devemos ter em conta a definição teórica de “movimentos sociais”, mesmo que seja uma mera definição de conceito, pois já colocamos em que momento histórico surge este Movimento e quais são suas lutas e reivindicações.

Temos a prerrogativa de que os movimentos sociais do campo, assim como o MPA, têm sua construção histórica baseada nas suas lutas diárias de resistência e sobrevivência dentro de cada território, das reivindicações coletivas por políticas públicas e por direitos sociais.

Estes movimentos têm como objeto unificador da luta o seu processo histórico. Afirmamos isso baseado nos fatos que fizeram com que surgisse o MPA, igualmente o MAB e o MST.

Para entrarmos nas afirmações conceituais sobre “movimento social”, temos uma definição construída pela socióloga Maria da Glória Gohn, em que ela trabalha com este conceito em uma subdivisão, definidas em três frentes de ações, porém, estas subdivisões não se configuram em formas excludentes, pois os movimentos sociais geralmente atuam em mais de uma dessas frentes segundo a autora. Portanto, estas subdivisões estão assim dispostas por Gohn:

Primeira: movimentos identitários que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos, e, mais recentemente, culturais. São movimentos de segmentos sociais excluídos, usualmente pertencentes às camadas populares (mas não exclusivamente). Podem-se incluir, nesse formato, as lutas das mulheres, dos afrodescendentes, dos índios, dos grupos geracionais (jovens, idosos), grupos portadores de necessidades especiais, grupos de imigrantes sob a perspectiva de direitos, especialmente dos novos direitos culturais construídos a partir de princípios territoriais (nacionalidade, Estado, local), e de pertencimentos identitários coletivos (um dado grupo social, língua, raça, religião etc.). Segunda: movimentos de luta por melhores condições de vida e de trabalho, no meio urbano e no rural, que demandam acesso e condições para terra, moradia, alimentação, educação, saúde, transportes, lazer, emprego, salário etc. Terceira: movimentos globais ou globalizantes, como o Fórum Social Mundial (ver Munõz, 2008). São lutas que atuam em redes sociopolíticas e culturais, via fóruns, plenárias, colegiados, conselhos etc. Essas lutas são também responsáveis pela articulação e globalização de muitos movimentos sociais locais, regionais, nacionais ou transnacionais. (GOHN, 2008, p. 439-40)

Tendo essa construção, apresentamos na análise da historiadora Hebe Matos, uma complementação para nossa formulação teórica, devido ao seu argumento de que para se trabalhar com o tema “movimentos sociais”, temos que problematizar dois temas-chave: a construção de identidades e a agência social na história (MATTOS, 2012, p. 95).

Mattos afirma também, que as identidades coletivas foram produzidas recentemente, pois a partir “dos anos 80 e da crise dos paradigmas estruturalistas, as abordagens historiográficas sobre o social tenderam, predominantemente, a enfatizar as identidades coletivas como processos dinâmicos, sobretudo socioculturais” (MATTOS, 2012, p. 95).

Da mesma maneira que Gohn, também nos auxilia nessa questão, pois segundo ela, neste século XXI novos sujeitos entram em cena, como os movimentos “anti” ou “alterglobalização”, suas lutas e resistências se internacionalizam rapidamente, pois “ (...) novos conflitos sociais eclodiram, abrangendo diferentes temáticas que vão da biodiversidade, lutas e demandas étnicas, até as lutas religiosas de diferentes seitas e crenças.” (GOHN, 2008, p. 440)

Boaventura de Souza Santos tem uma análise semelhante, em que afirma que nos últimos trinta anos, as lutas que mais avançaram foram protagonizadas por grupos sociais, como indígenas, camponeses, afrodescendentes, grevistas e desempregados, onde segundo ele, a presença destes movimentos na história não foi prevista pela teoria crítica eurocêntrica. Santos afirma que estes grupos:

Se organizaron muchas veces según formas (movimientos sociales, comunidades eclesiales de base, piquetes, autogobierno, organizaciones económicas populares) muy distintas de las privilegiadas por la teoría: el partido y el sindicato. No habitan los centros urbanos industriales sino lugares remotos en las alturas de los Andes o en llanuras de la selva amazónica. Expresan sus luchas muchas veces en sus lenguas nacionales y no en ninguna de las lenguas coloniales en que fue redactada la teoría crítica. Y cuando sus demandas y aspiraciones son traducidas en las lenguas coloniales, no emergen los términos familiares de socialismo, derechos humanos, democracia o desarrollo, sino dignidad, respeto, territorio, autogobierno, el buen vivir, la Madre tierra. (SANTOS, 2011, p. 26)

Com estes aportes teóricos, ao olharmos para a América Latina em busca dos movimentos sociais camponeses, vemos que os processos de formação desses movimentos são bastante similares, em relação ao histórico de lutas camponesas em defesa dos seus territórios e das suas identidades culturais, em resistência as opressões

colonialistas, aos poderes nacionais e aos meios massacrantes de produção, assim, são estes os processos históricos que deram base discursiva e social para a formação destes movimentos sociais.

Podemos observar isso, por exemplo, no Movimento Zapatista no México, este que tem na revolução (1913-1917) um marco importantíssimo para compreender a nova forma de campesinato que surge ali. A partir deste momento revolucionário, em que povos indígenas e camponeses organizados, junto a Emiliano Zapata (1879-1919), “o mais puro dos líderes da revolução, o mais leal à causa dos pobres, o mais fervoroso em sua vontade de redenção social” (GALEANO, 2015, p. 175), apoiados no Plano Ayala²⁰ e após muita luta, conquistam a Reforma Agrária e a devolução das terras dos camponeses e indígenas em 1917.

O revolucionário Emiliano Zapata e do Plano Ayala, tornam-se um símbolo de luta que dá sequência para a criação do *Ejército Zapatista de Liberación Nacional* (EZLN) e do *Movimiento Zapatista*. A partir da *Primera Declaración De La Selva Lacandona* (1993), o EZLN (uma auto-organização indígena e camponesa de estrutura militar) diz basta à guerra genocida e ao contra os povos do campo e afirma a defesa dos territórios camponeses e indígenas, assim declarada ao povo do México:

nosotros, hombres y mujeres íntegros y libres, estamos conscientes de que la guerra que declaramos es una medida última pero justa. Los dictadores están aplicando una guerra genocida no declarada contra nuestros pueblos desde hace muchos años, por lo que pedimos tu participación decidida apoyando este plan del pueblo mexicano de luchar por trabajo, tierra, techo, alimentación, salud, educación, independencia, libertad, democracia, justicia y paz. Declaramos que no dejaremos de pelear hasta lograr el cumplimiento de estas demandas básicas de nuestro pueblo, formando un gobierno de nuestro país, libre y democrático.²¹

Contribuindo para esse pensamento, temos a análise de Sidney Tarrow (1997) sobre a teoria da ação coletiva, que nos dá um marco geral para a compreensão dos movimentos sociais, assim como dos ciclos de protesto e revoluções que ocorreram

²⁰ “O Plano de Ayala é a ata de nascimento do zapatismo. Tornou-se um símbolo venerado, a exemplo da Sagrada Escritura, tendo como lema “Liberdade, Justiça e Lei”. Foi a primeira bandeira do experimento mais notável e mais discutido de reforma agrária na América Latina. A principal característica do Plano é sua recorrência à história do país, mais especificamente à Constituição de 1857 com suas famosas Leis da Reforma, exigindo a devolução das terras expropriadas dos indígenas e dos camponeses.” (RAMPINELLI, 2011, p. 97-98)

²¹Primera Declaración De La Selva Lacandona (1993). Declaraciones de la Selva Lacandona: México, junio de 2005.

nos dois últimos séculos. Segundo Tarrow (1997), o poder dos movimentos sociais se dá a partir do momento em que os cidadãos percebem que a união lhes dá poder para enfrentar as elites, o Estado e seus antagonistas sociais.

Por sua vez, os movimentos sociais se organizam no momento em que surgem oportunidades políticas para a intervenção dos agentes sociais que precisam dessas condições. Portanto, o papel dos movimentos sociais, seria criar, coordenar e manter essa interação.

Tarrow (1997) afirma que as propriedades empíricas de um movimento social seriam: desafios coletivos; objetivos comuns; a potencialização da solidariedade; e a manutenção da ação coletiva. Afirma que a melhor forma de definir movimentos sociais seria “(...) como desafíos colectivos planteados por personas que comparten objetivos comunes y solidaridad en una interacción mantenida con las élites, los oponentes y las autoridades. ” (TARROW, 1997, p. 21)

Para Tarrow (1997), os movimentos sociais atraem os agentes de ação coletiva, em que encontram em suas bases redes sociais e símbolos culturais que os identifica e os une para a luta:

Estos movimientos atraen al agente a la acción colectiva por medio de repertorios conocidos de enfrentamiento e introducen innovaciones en torno a sus márgenes. En su base se encuentran las redes sociales y los símbolos culturales a través de los cuales se estructuran las relaciones sociales. El mecanismo por el que los movimientos, desencadenados por los incentivos que crean las citadas oportunidades políticas, superan los obstáculos que se oponen a la acción colectiva y mantienen su interacción con sus antagonistas y con el estado consiste en una combinación de formas de enfrentamiento convencionales basadas en las redes sociales y el marco cultural. (IBIDEM, 1997, p. 17-18)

Outro ponto que devemos aclarar, seria em relação à sociedade, em que esta não é um corpo orgânico e homogêneo, que funciona em plena normalidade, por isso os movimentos sociais nunca devem ser considerados como patologias da sociedade e sim produtos das desigualdades sociais, raciais, étnicas, nacionais, religiosas, sexuais, de gênero, etc. Assim, afirmamos que os movimentos sociais fazem parte dos organismos das sociedades.

A partir desses pontos que levantamos sobre o tema “movimentos sociais”, temos entendido que o MPA é um movimento de resistência – entendendo que resistência pressupõe um saber sobre o poder, “(...) pois é por meio dele, do saber, que o sujeito se

‘empodera’ ” (SCHILLING, 2010, p. 147) –, em que com a defesa da identidade camponesa busca reafirmar seus direitos, defender seus territórios e difundir seu projeto social para o campo brasileiro.

No próximo item, iremos trabalhar com um conceito que já mencionamos bastante neste trabalho, mas que ainda não chegamos a uma definição. Assim, devemos agora entrar nas definições conceituais sobre a identidade coletiva.

4.1 IDENTIDADE CAMPONESA

Quando definimos a problemática desta dissertação na identidade coletiva de um movimento social, temos claro a emergência em definir o conceito de identidade, e de certa forma, atualizá-lo. Pois, dentro deste trabalho estamos fazendo um esforço para visualizar esses processos históricos e dinâmicos com outras perspectivas metodológicas e epistêmicas. Por isso pretendemos que este trabalho em si seja original, epistêmica e metodologicamente.

Nesse sentido, temos a assertiva de que a identidade coletiva de um movimento social, tende a se formar na perspectiva de resistência à opressão para um segmento único da sociedade. Ou seja, são grupos sociais que afirmados em uma ou mais identidades coletivas, reivindicam seus direitos e os materializam em pautas e lutas.

Vich e Zavala (2004) afirmam que, a teoria crítica contemporânea auxilia neste pensamento sobre a identidade, a partir da afirmação de que:

tanto las relaciones sociales como las identidades de los sujetos son socialmente construidas, tienen un carácter inestable y cambian (o pueden cambiar) constantemente. En ese sentido, la performance se entiende como el espacio encargado de dramatizar tales características y de revelar las posibilidades de agencia de los sujetos en la constitución del mundo social: ella nos permite visibilizar los procesos de constitución de las identidades en sus múltiples negociaciones frente al poder. (VICH; ZAVALA, 2004, p. 12/13)

As identidades assim como as relações sociais são construções sociais, por isso seu caráter instável e dinâmico, de tal modo, devemos observar as identidades a partir dos processos de negociações frente ao poder, pois é a partir desses processos que podemos responder às constantes mudanças.

Outro caso interessante que também é refletido na questão da identidade negra, analisada por Fanon (2008) na obra “Pele Negra Máscaras Brancas”, em que a

identidade de uma pessoa estaria relacionada ao reconhecimento e à imposição. Neste sentido, Fanon afirma que:

O homem só é humano na medida em que ele quer se impor a um outro homem, a fim de ser reconhecido. Enquanto ele não é efetivamente reconhecido pelo outro, é este outro que permanece o tema de sua ação. É deste outro, do reconhecimento por este outro que dependem seu valor e sua realidade humana. É neste outro que se condensa o sentido de sua vida. (FANON, 2008, p. 180)

Causamos essa discussão por buscarmos questionar o papel da identidade em cada sujeito ou grupo social, e a partir dessas análises almejamos trazer outras particularidades desta questão. Pois em certa forma, poderíamos dizer que a construção da identidade de um movimento camponês como o MPA por exemplo, tem a defesa da identidade na intenção de se impor ao Estado, para serem reconhecidos seus direitos, seus territórios, suas culturas, suas demandas e todas as suas construções históricas.

Outro aspecto sobre a questão da identidade camponesa que estamos pesquisando, se refere ao surgimento recente das discussões sobre as identidades coletivas, já mencionado por Mattos (2012). Pois, devemos ter em conta que o campesinato como identidade é uma construção social recente, assim, Bogo (2008) nos esclarece melhor essa afirmação nesta citação:

As palavras “camponês” e “campesinato” são das mais recentes no vocabulário brasileiro, aí chegadas pelo caminho da importação política. Introduzidas em definitivo pelas esquerdas há pouco mais de duas décadas, procuraram dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários pontos do país. Nos anos cinquenta. Antes disso, um trabalhador parecido, que na Europa e em outros países da América latina é classificado como camponês, tinha aqui denominações próprias, específicas até em cada região. Mas é bem verdade que, embora o conceito tenha se generalizado não conseguiu suprimir as identificações regionais dos grupos sociais. (MARTINS, 1983 apud BOGO, 2008, p. 41)

Este seria um dos principais questionamentos pelo qual estamos pesquisando a identidade camponesa do MPA. Pois como Bogo afirma, o campesinato no Brasil é uma construção recente que ainda não suprimiu as identidades regionais, e que acreditamos ainda estarem presentes nos discursos que analisaremos.

Trazendo novamente um pensamento de Mignolo, para melhor expressar nossas inquietações, vemos na discussão sobre a identidade em política, uma alternativa para fundamentarmos melhor nossa discussão. Mignolo faz uma distinção entre a “política

de identidade” e “identidade em política”, afirmando que a política de identidade “se baseia na suposição de que as identidades são aspectos essenciais dos indivíduos, que podem levar à intolerância, e de que nas políticas identitárias posições fundamentalistas são sempre um perigo. ” (MIGNOLO, 2008, p. 289)

Segundo o mesmo autor, porém, a identidade em política seria uma opção descolonial, em que seria possível gerar a discussão desconstrucionista do papel fundante do discurso europeu moderno e capitalista sobre a identidade. Segundo Mignolo:

(...) a identidade em política é crucial para a opção descolonial, uma vez que, sem a construção de teorias políticas e a organização de ações políticas fundamentadas em identidades que foram alocadas (por exemplo, não havia índios nos continentes americanos até a chegada dos espanhóis; e não havia negros até o começo do comércio massivo de escravos no Atlântico) por discursos imperiais (nas seis línguas da modernidade europeia – inglês, francês e alemão após o Iluminismo; e italiano, espanhol e português durante o Renascimento), pode não ser possível desnaturalizar a construção racial e imperial da identidade no mundo moderno em uma economia capitalista. As identidades construídas pelos discursos europeus modernos eram raciais (isto é, a matriz racial colonial) e patriarcais. (MIGNOLO, 2008, p. 289-90)

Neste sentido, traremos dois aspectos da identidade refletidos nos argumentos que estamos construindo: o primeiro seria o papel do discurso europeu que em contato com “o outro”, os povos originários da América e os negros do continente Africano, em que foram geradas concepções de identidades racializadas; e o outro aspecto se refere ao que Mattos (2012) afirma, sobre o recente surgimento da discussão da identidade coletiva, que de certa forma não está desassociada ao primeiro aspecto, sendo também racializada, mas não somente, pois são diversas discussões identitárias que atualmente também estão surgindo, como identidades de gênero, de sexo, de classe etc.

Esse era o ponto ao qual queríamos chegar, em que refletindo sobre a identidade camponesa, conseguimos trilhar um caminho teórico onde vemos as semelhanças com a realidade deste Movimento social.

Com estas afirmações até agora, entraremos em outro campo do conhecimento, que também se correlaciona com os movimentos sociais e as identidades coletivas, neste sentido, iremos construir algumas análises sobre a Memória, tão importante para este debate assim como para o MPA.

4.2 MEMÓRIA COLETIVA

Considerando os subcapítulos anteriores, temos na questão da Memória Coletiva uma ligação entre os Movimentos Sociais e a Identidade Coletiva. Pois, segundo nosso pensamento, também é através da memória coletiva, que se manifestam os históricos dos movimentos sociais.

Ao retomarmos o capítulo sobre a potencialidade da História Oral, temos que os relatos orais são “arquivos” das memórias, e que seriam através destes relatos que estaríamos construindo nossas análises. Portanto, ao trazermos estas justificativas, devemos buscar definições teóricas mais adequadas ao nosso trabalho.

Primeiramente, trabalhamos com a citação de Bom Meihy (2002), que já utilizamos no capítulo sobre a potencialidade da História Oral, pois esta análise se tornou um aporte importante para discutirmos o conceito de memórias. Ele afirma que memórias: “são lembranças organizadas dentro de uma lógica subjetiva”, que elas podem ser individuais ou coletivas, porém a memória individual somente terá sentido em função do seu uso no conjunto social das demais memórias. Bom Meihy (2002) também afirma que a memória coletiva é mais do que a soma das memórias individuais, sendo um fenômeno construído por fatores externos que circunstanciam determinados grupos e marcam suas identidades. (BOM MEIHY, 2002, p. 54-5)

Com esta definição dada sobre a memória, devemos frisar que nosso trabalho se embasará sobre a memória coletiva. Pois, como estamos construindo análises sobre os processos históricos de grupos sociais ligados a uma identidade coletiva, a busca de uma memória individual se torna obsoleta.

Estamos certos de que a memória não é um simples armazenamento e recuperação de dados sobre o passado, mas um processo de construção ativa de significados sobre o passado

(...) construido social y culturalmente, el cual opera a través de una dialéctica de recuerdo y el olvido; por tanto, la memoria colectiva es creativa y selectiva, más que informar sobre el pasado lo interpreta desde las lógicas culturales y los requerimientos de los sujetos del presente. (CARRILLO, 2005, p. 4-5)

Assim sendo, seria importante afirmar que a memória se constrói com a lembrança, mas também com o esquecimento, Motta (2012) contribui para esse pensamento, em que ela afirma que:

(...) o processo de construção de memórias implica escolhas entre os fatos do passado que, por alguma razão, determinado grupo considera que devam ser lembrados/rememorados; e, ao fazer escolhas, o grupo também sublima, oculta ou esquece outros fatos. Tal aspecto é de fundamental importância para delinear a relação entre passado e a história do tempo presente. (MOTTA, 2012, p. 25)

Poderíamos concluir, então que mais que uma dialética sobre a lembrança e o esquecimento, pois há um processo criativo do nosso imaginário trabalhando com os arquivos da memória.

Na obra “A Memória Coletiva” de Maurice Halbwachs (1877-1945) cuja primeira edição foi publicada após a sua morte, Halbwachs nos esclarece essa questão fazendo análise das imagens das nossas lembranças:

Freqüentemente, é verdade, tais imagens, que nos são impostas pelo nosso meio, modificam a impressão que possamos ter guardado de um fato antigo, de uma pessoa outrora conhecida. Pode ser que essas imagens reproduzam mal o passado, e que o elemento ou a parcela de lembrança que se achava primeiramente em nosso espírito, seja sua expressão mais exata: para algumas lembranças reais junta-se assim uma massa compacta de lembranças fictícias. Inversamente, pode acontecer que os depoimentos de outros sejam os únicos exatos, e que eles corrijam e reorientem nossa lembrança, ao mesmo tempo que incorporem-se a ela. Num e noutro caso, se as imagens se fundem tão intimamente com as lembranças, e se elas parecem emprestar a estas sua substância, é que nossa memória não é uma tábua rasa, e que nos sentimos capazes, por nossas próprias forças, de perceber, como num espelho turvo, alguns traços e alguns contornos (talvez ilusórios) que nos devolveriam a imagem do passado. (HALBWACHS, 1990, p. 28)

Com estes argumentos, afirmamos a importância desta discussão para edificar nossas análises nesta dissertação, pois nossos interesses se encontram nas construções coletivas da memória, estas que vão definir as identidades coletivas, selecionando os fatos históricos a serem rememorados. Assim:

Los colectivos sociales posee un conjunto de estrategias, prácticas y dispositivos para actualizar su experiencia histórica pretérita según las exigencias del presente; a partir de una dialéctica de recuerdo y olvido, los pueblos construyen sus propias narrativas y representaciones del pasado que les permiten dar coherencia a su devenir colectivo, a la vez que alimenta sus sentidos de pertenencia y organizan sus saberes, creencias y prácticas. A este proceso de construcción de sentido histórico y de identidad colectiva es lo que llamamos memoria(s) colectiva(s). (CARRILLO, 2005, p. 4)

Para finalizarmos nossa análise, temos essa constatação necessária, em que a memória coletiva é indispensável na construção identitária de um coletivo social, em que as narrativas, as representações, os saberes e as práticas são reforçadas, lembradas e reinventadas constantemente no tempo presente, e esse é o veio edificante que unifica este coletivo e conferem um sentido particular.

Para o próximo capítulo, buscaremos entrar nas reflexões sobre a Semiótica e sua função dentro das nossas discussões, pois vemos a necessidade de se trabalhar com outras perspectivas de pesquisa e análise.

Este diálogo dentro da academia é extremamente necessário na formação de profissionais que adotem uma perspectiva interdisciplinar, e que com isso, adquiram múltiplos instrumentos de análise, e categorias de observação de situações de vida de grupos e de comunidades, que levantando a discussão da identidade, do discurso e do poder, sistematizem e construam pensamentos críticos em relação ao papel do campesinato na agricultura e seus problemas culturais e sociais nos territórios latino-americanos.

5 UMA ANÁLISE SEMIÓTICA

Ao iniciarmos este capítulo, buscamos entrar em contato com a Semiótica, pela necessidade de trabalhar com as análises dos discursos dentro dos relatos orais, produzidos através da História Oral. Neste sentido, não queremos aqui nos rendermos a simples ponderações teóricas sobre o tema, como tampouco iremos entrar em contato com todos os aspectos teóricos da Semiótica.

O motivo de optarmos pela Semiótica se justifica pela necessidade de não trabalharmos com julgamentos prematuros sobre os relatos orais, por isso iremos nos aprofundar nesse universo teórico, explorando suas potencialidades para as análises de discurso.

Estamos almejando com os relatos orais, como já afirmamos, trabalhar com a questão principal desta dissertação: a identidade camponesa dos(as) militantes do MPA. Assim, será imprescindível a análise Semiótica, não somente no intuito de encontrar os significados do signo “identidade” para os(as) entrevistados(as), mas também para as análises dos discursos construídos.

Tendo em vista o que entendemos por identidade, assim como os militantes as definem e o que o movimento afirma enquanto identidade camponesa, iremos fazer uma análise comparativa dos discursos que são construídos pelos(as) militantes do MPA. Pois acreditamos que a análise do discurso assim como a construção da memória coletiva, devem ser pensadas também a partir da Semiótica.

A produção dessa reflexão sobre a Semiótica se baseia na necessidade de entrarmos no campo das análises sobre a linguagem e o discurso, pois assim pretendemos problematizar os contextos e as afirmações desta produção, assim como, contribuir na reflexão dos campos de estudo da Semiótica.

Temos a prerrogativa que, para os movimentos sociais assim como o MPA, o auto reconhecimento, a identidade camponesa, a partir do contexto local e das vivências dos militantes, carrega em si um significado coletivo, baseado nos contextos e nas formas de abstração do conhecimento desse coletivo. Assim, essa identidade pode ser única, mas ao mesmo tempo não se traduz em uma identidade homogênea²². Portanto; dentro da análise Semiótica, veremos as significações da identidade camponesa pelos(as) militantes entrevistados(as).

²² Não afirmamos que esta identidade não representa o campesinato, somente estamos dizendo que as significações de identidade não coincidem em todos os militantes do MPA.

Como já mencionamos, o conceito de campesinato chega a este continente, porém é apropriado e ressignificado com uma nova cara, se adaptando com novas técnicas pelo contato com a cultura indígena, com as culturas negras, com o contato com a terra e a biodiversidade de solos, animais e plantas aqui existentes, assim como, a partir das lutas de resistências contra o colonialismo e o capitalismo, que ficaram marcadas em sua história.

Acreditamos que o continente americano tem o campesinato de forma distinta, devido ao contato com os povos originários, ao processo colonialista, ao escravismo, portanto, não podemos esquecer as raízes que influenciaram a forma do campesinato que temos.

Bogo (2008) nos auxilia nesta afirmação sobre a diversidade do campesinato, em que não haveria uma única cultura camponesa, sabendo que atualmente esses grupos não são isolados, têm contato com outras comunidades culturais, são influenciados diariamente pelos meios de comunicação, pela instalação das empresas capitalistas. Segundo Bogo:

(...) no Brasil, pela sua diversidade, não há “uma única cultura camponesa”, cada grupo social com esta origem, que habita o meio rural, dependendo da localização, etnia, forma organizativa, religião etc. se apresenta, no todo ou em parte, diferenciadamente. (...) porque a identidade também, na atualidade, seja pelos meios de comunicação, instalação das empresas capitalistas por quase todos os recantos da terra e a penetração do mercado leva influências urbanas aos habitantes desse “mundo” camponês, não isolado do todo, mas, como representação de variadas características históricas e atuais (...). Os camponeses não constituem uma sociedade à parte, uma classe arreada ou um modo de produção próprio, geralmente são vítimas das inovações e das transformações que mexem com seu modo de produzir a existência; fazem parte do mesmo modo de produção em vigor e, buscam através das formas variadas de produção, maneiras de resistirem às transformações, forçados por elementos externos. (BOGO, 2008, p. 41)

Assim, o campesinato aqui tem cara mestiça, tem raízes do escravismo, tem uma estrutura agrária colonial que foi inserida sem a aprovação dos povos originários, que foram expulsos de suas terras, tomados de sua cultura, tidos como primitivos, subordinados a um deus católico, a um deus econômico e hoje ainda são expulsos de suas terras pela ampliação do território dos grandes latifundiários.

5.1 SIGNO, CONTEXTO E SIGNIFICADO

Para entrarmos diretamente nas definições de Semiótica, usaremos uma citação de Barthes (2006), semiólogo que se tornou uma influência significativa nos estudos da Linguística e da Semiótica. Segundo ele:

“(...) a Lingüística não é uma parte, mesmo privilegiada, da ciência geral dos signos: a Semiologia é que é uma parte da Lingüística; mais precisamente, a parte que se encarregaria das grandes unidades significantes do discurso. (BARTHES, 2006, p. 12)

Tendo claro que a Semiótica seria então a ciência geral dos signos, responsável pelas unidades significantes do discurso, sendo o signo o significante somado ao significado (BARTHES, 2006).

Enfatizamos que este referencial teórico que estamos abordando, não se mostra tão conveniente, devido ao método estruturalista em relação ao sistema linguístico (a Língua), assim, não se torna uma fonte privilegiada, como diria Rivera Cusicanqui²³, porém, se torna interessante por ser “(...) una práctica teórica, estética y ética que no reconozca fronteras entre la creación artística y la reflexión conceptual y política. (RIVERA CUSICANQUI, 2015, p. 27)

O filósofo Bakhtin (2006) também faz uma crítica à visão dualista da fala e da língua, afirmando que ambas estão inseridas dentro da filosofia da linguagem como um processo de interação verbal, a enunciação. Segundo ele:

O problema da explicitação do objeto real da filosofia da linguagem está longe de ser resolvido. Toda vez que procuramos delimitar o objeto de pesquisa, remetê-lo a um complexo objetivo, material, compacto, bem definido e observável, nós perdemos a própria essência do objeto estudado, sua natureza semiótica e ideológica. Se isolarmos o som enquanto fenômeno puramente acústico, perderemos a linguagem como objeto específico. O som concerne totalmente à competência dos físicos. Se ligarmos o processo fisiológico da produção do som ao processo de percepção sonora, nem por isso estaremos nos aproximando de nosso objetivo. Se associarmos a atividade mental (os signos interiores) do locutor e do ouvinte, estaremos em presença de dois processos psicofísicos ocorrendo em dois sujeitos psicofisiologicamente diferentes e de um único complexo sonoro físico realizando-se na natureza segundo as leis da física. A linguagem, como objeto específico, ainda não a teremos encontrado. (BAKHTIN, 2006, p. 69)

²³ Rivera Cusicanqui, afirma que Barthes se tornou uma das suas referências inspiradoras para a “sociología de la imagen en un otro sentido.” (RIVERA CUSICANQUI, 2015, p. 27)

Neste sentido, não se desassociam na análise dos signos, a fala dentro de uma língua específica, entre o locutor e o ouvinte, pois se separarmos a língua enquanto objeto abstrato, perderíamos o seu sentido ideológico e semiótico. Bakhtin (2006) afirma que não se pode estudar separadamente os signos sem seu valor ideológico e semiótico, pois os signos são produtos da interação dos indivíduos, neste sentido:

(...) a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. A palavra dirige-se a um interlocutor: ela é função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc.). Não pode haver interlocutor abstrato; não teríamos linguagem comum com tal interlocutor, nem no sentido próprio nem no figurado. (BAKHTIN, 2006, p. 114)

Segundo Bakhtin (2006), há uma importância muito grande da palavra em função do interlocutor, pois toda palavra dentro da enunciação tem duas faces, ela é determinada tanto por quem a fala como para quem se dirige, ela é um produto de interação entre o locutor e o ouvinte.

Neste sentido, é através da fala que um sujeito se define ao outro, em relação a coletividade, ou seja, a palavra aqui é vista como uma ponte entre o locutor e os outros (BAKHTIN, 2006, p. 115).

Outro ponto interessante que Bakhtin expressa nesta citação, é em relação à percepção do outro na interação verbal e no estudo semiótico, ou seja, o signo é uma produção mútua, em que sua propagação depende do locutor e do ouvinte.

Outra questão que deve ser levada em consideração para nossa análise, referente à Semiótica dos signos dentro do discurso, refere-se à contextualização, pois "(...) o sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto, de fato há tantos significados possíveis quantos contextos" (IBIDEM, 2006, p.107/108).

Percebemos, dentro das nossas pesquisas e de nossas vivências que um signo por si não tem um significado fixo, único, estrutural em toda a nossa língua, aqui caberia para a análise o contexto de cada signo, dentro dos discursos. Como também, tocaria a nós perceber que, para a compreensão de um signo, é necessária a aproximação de um signo junto a outros signos já conhecidos, uma relação de natureza Semiótica (IBIDEM, 2006, p.32).

Argumentamos isso, principalmente por ser nosso objeto de pesquisa tratar da identidade dos militantes de um movimento social rural de luta de massa, pertencente a um território invadido e colonizado, em que as suas raízes, suas origens se misturam em lutas históricas de resistências culturais e modernizações.

Nesse sentido, deve-se levar em consideração para a análise Semiótica, esse contexto que reflete nas mentalidades dos indivíduos que lançam o discurso. Além da interação verbal trabalhada nas entrevistas produzidas, como foi afirmado no capítulo 3 dessa dissertação, sobre as potencialidades da História Oral, o pesquisador exerce influência direta na fala do entrevistado.

Ainda dentro do processo da percepção contextual das palavras, temos uma citação de Rivera Cusicanqui, que é importante para nossa análise, e que deve ser percebida nas difusões dos discursos, de forma semiótica, epistêmica e intersubjetiva, nos referimos ao processo da colonialidade, que ainda permanece nas mentalidades e nas práticas do estado e dos indivíduos que ali vivem.

Pois se o signo também é uma imagem mental da linguagem, temos que ter em conta a colonização como contexto, assim como a colonialidade nas mentes de quem nos referimos. Rivera Cusicanqui expressa muito bem quando afirma que:

Hay en el colonialismo una función muy peculiar para las palabras: las palabras no designan, sino encubren, y esto es particularmente evidente en la fase republicana, cuando se tuvieron que adoptar ideologías igualitarias y al mismo tiempo escamotear los derechos ciudadanos a una mayoría de la población. De este modo, las palabras se convirtieron en un registro ficcional, plagado de eufemismos que velan la realidad en lugar de designarla. (RIVERA CUSICANQUI, 2010, p.19)

Temos, portanto, outra função ideológica e Semiótica para as palavras, que na própria formação do Estado, como o Brasil, com suas leis, sua história oficial, seriam um registro ficcional e isto é fruto do contexto que colocamos em debate.

Esse é um problema que ocorre desde a colonização, quando com o processo de conquista nasce a concepção de raça, pois é no contato com o “outro”²⁴ (os povos originários deste continente) e com sua negação, que o colonizador se constrói uma raça mais evoluída, civilizada e munida do perdão divino de seu deus.

²⁴ “Não há uma descoberta da América. Esta nasce ontologicamente sob o signo do encobrimento, da negação do Outro, da ocultação da miríade de outridades aqui presentes”. (LISBOA, 2014, p.503)

Podemos usar uma citação que Lisboa (2014) retoma de Quijano, para melhor descrevermos este processo colonialista:

Assim, bestializados, calibalizados, naturalizados, despojados de todos os referenciais de humanidade (língua, economia, religião ...), são identificados atavicamente, por suas comuns características fenóticas (cor de pele, cabelo, olhos, nariz). Nasce nesta época a percepção de que as diferenças entre os homens são decorrentes especialmente da cor da pele, à qual será associada o conceito de raça. Transformados em selvagens, em raça inferior, não civilizada, surge, com a conquista da América, a forma moderna de racismo: a identificação racial que minoriza o outro e naturaliza as desigualdades. (QUIJANO, 2000 apud LISBOA, 2014, p. 504)

Com este exemplo, podemos nos aprofundar mais ainda na questão Semiótica, já que uma identidade como signo, como exemplos: “índios” ou “negros”, são termos generalizantes de vários grupos sociais, várias etnias, assim, vemos outra potencialidade para estes signos: encobrir, esconder, não dizer, assim como diria Rivera Cusicanqui, “Los discursos se convirtieron en formas de no decir.” (RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 20)

Quijano também contribui neste pensamento em relação à identidade racial, que é imposta aos povos originários da América, assim como aos povos trazidos da África para serem escravizados. Segundo Quijano:

La formación de relaciones sociales fundadas en dicha idea, produjo en América identidades sociales históricamente nuevas: indios, negros y mestizos y redefinió otras. Así términos como español y portugués, más tarde europeo, que hasta entonces indicaban solamente procedencia geográfica o país de origen, desde entonces cobraron también, en referencia a las nuevas identidades, una connotación racial. Y en la medida en que las relaciones sociales que estaban configurándose eran relaciones de dominación, tales identidades fueron asociadas a las jerarquías, lugares y roles sociales correspondientes, como constitutivas de ellas y, en consecuencia, al patrón de dominación colonial que se imponía. En otros términos, raza e identidad racial fueron establecidas como instrumentos de clasificación social básica de la población. (...). La historia es, sin embargo, muy distinta. Por un lado, en el momento en que los ibéricos conquistaron, nombraron y colonizaron América (cuya región norte o Norte América, colonizarán los británicos un siglo más tarde), hallaron un gran número de diferentes pueblos, cada uno con su propia historia, lenguaje, descubrimientos y productos culturales, memoria e identidad. Son conocidos los nombres de los más desarrollados y sofisticados de ellos: aztecas, mayas, chimús, aymaras, incas, chibchas, etc. Trescientos años más tarde todos ellos quedaban reunidos en una sola identidad: indios. Esta nueva identidad era racial, colonial y

negativa. Así también sucedió con las gentes traídas forzosamente desde la futura África como esclavas: ashantis, yorubas, zulús, congos, bacongos, etc. En el lapso de trescientos años, todos ellos no eran ya sino negros. (QUIJANO, 2000, p. 202-220-221)

Nesse processo de imposição identitária, temos que ter em conta que os povos indígenas não devem ser considerados em términos de uma identidade rígida, porém, tampouco podem ser invisibilizados no discurso da hibridação (RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 06).

Outra questão sobre a identidade, seria em relação aos seus perigos, ou seja, não se deve usar o processo de identidade para se inferiorizar o outro ou se ocultar, pois “A luta não é por igualdade entre as raças, mas contra a própria idéia de raças”. (LISBOA, 2014, p. 521)

Por isso, temos que ter claro outro posicionamento que Lisboa nos alerta sobre as palavras, estas “(...) são elementos vivos, complexos, nascem e colapsam, cuja evolução expressa (ou oculta) sonhos, histórias, poderes, guerras semânticas” (IBIDEM, 2014, p. 514).

Isso vale também em relação às identidades, assim como para o sistema linguístico, pois este também se mostra complexo, as palavras também nascem, ganham novos significados e também colapsam.

Sobre a complexidade dos signos, temos a denominação do território que chamamos América, nome dado em homenagem ao colonizador italiano Vespúcio, uma imposição de um processo colonialista que ainda permanece como natural.

Dentro do continente americano surge também divisões sociais e geopolíticas, torna-se mais claro quando adicionamos o termo Latina à América, que segundo Lisboa (2014), tem a função de designar a bipolaridade entre a América Saxônica e a América pobre, essa divisão não é simplesmente espacial ou de diferenças culturais, mas que corresponde às diferenças coloniais constituídas nas relações de poder, impostas pela história imperial do ocidente, que tem o papel de esconder a grande diversidade existente para dar continuidade ao processo colonizador de redenção e submissão das raças consideradas inferiores (IBIDEM, 2014, p. 510-511-512)

Este tema já foi abordado anteriormente, quando mencionamos a “geopolítica do conhecimento” de Mignolo (2002), em que existe uma “divisão” global do conhecimento, divisão entre “norte e sul”. Rivera Cusicanqui (2010) também tem um

posicionamento sobre este processo, em que propõe realizar uma “economia política” do conhecimento, assim:

(...) en lugar de una geopolítica del conocimiento yo plantearía la tarea de realizar una “economía política” del conocimiento. No sólo porque la “geopolítica del conocimiento” de signo anticolonial es una noción que no se lleva a la práctica, y que más bien se contradice a través de gestos de recolonización de los imaginarios y las mentes de la intelectualidad del sur. También porque es necesario salir de la esfera de las superestructuras y desmenuzar las estrategias económicas y los mecanismos materiales que operan detrás de los discursos. El discurso postcolonial en América del Norte no sólo es una economía de ideas, también es una economía de salarios, comodidades y privilegios, así como una certificadora de valores, a través de la concesión de títulos, becas, maestrías, invitaciones a la docencia y oportunidades de publicación. Por razones obvias, y a medida que se agudiza la crisis de las universidades públicas en América Latina, el tipo de estructura que hemos descrito se presta muy bien al ejercicio del clientelismo como modo de dominación colonial. A través del juego del quién cita a quién, se estructuran jerarquías y acabamos teniendo que comer, regurgitado, el pensamiento descolonizador que las poblaciones e intelectuales indígenas de Bolivia, Perú y Ecuador habíamos producido independientemente. Y este proceso se inició en los años 1970 –el trabajo de Pablo González Casanovas, casi nunca citado, sobre “el colonialismo interno” se publicó en 1969– cuando Mignolo y Quijano estaban todavía militando en el marxismo positivista y en la visión lineal de la historia. (RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 65-6)

O termo América Latina pode ser interpretado como parte dos resquícios do colonialismo. Mesmo assim, independente desta visão, temos em movimentos sócias, em universidades como a UNILA, em outros(as) autores(as), que aplicam do termo como forma de apropriação, integração, construção de identidades coletivas. Lisboa (2014) nos propõe uma solução para resolver este impasse, quando propõe a alteração do termo América Latina para:

“(...) Abya Yala, vocábulo provindo da língua Kuna – onde significa terra de vida, terra madura – nação indígena que atualmente vive no litoral do Panamá (...). Se a colonização perpetuou a perda de significados e o domínio epistêmico, renomear não é uma questão vulgar de vocabulário, mas um momento da imprescindível desobediência epistêmica, um passo preciso para a descolonização.” (LISBOA, 2014, p. 516-519)

Neste sentido, dos signos “América Latina”, vemos como as palavras são vivas, podem ter vários significados e a substituição destas tem uma função dentro de cada

contexto, neste caso, a substituição destes termos refere-se a uma “desobediência epistêmica”, que seria parte do processo de descolonização mental.

Outra questão da Semiótica que temos como exemplo, vem de Rivera Cusicanqui, que se identifica como *ch'ixi*, termo aymara que ela usa para substituir o signo de mestiça, pois considera a palavra mestiça um hibridismo, em que seria uma junção de coisas que formariam uma outra. Nas palavras dela:

O *ch'ixi* constitui assim uma imagem poderosa para pensar a coexistência de elementos heterogêneos que não aspiram a fusão e tampouco produzem um novo termino, superante e englobante (...). Por eso, me considero *ch'ixi*, y considero a ésta la traducción más adecuada de la mezcla abigarrada que somos las y los llamados mestizas y mestizos. La palabra *ch'ixi* tiene diversas connotaciones: es un color producto de la yuxtaposición, en pequeños puntos o manchas, de dos colores opuestos o contrastados: el blanco y el negro, el rojo y el verde, etc. Es ese gris jaspeado resultante de la mezcla imperceptible del blanco y el negro, que se confunden para la percepción sin nunca mezclarse del todo. La noción *ch'ixi*, como muchas otras (*allqa*, *ayni*) obedece a la idea aymara de algo que es y no es a la vez, es decir, a la lógica del tercero incluido. Un color gris *ch'ixi* es blanco y no es blanco a la vez, es blanco y también es negro, su contrario. (RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 07-69)

Observamos neste exemplo quão importante pode ser a análise da Semiótica, mas que ao mesmo tempo, ela serve para mostrar que não pode se prender em teorias estruturais, generalizantes e fixas, como já foi dito, a linguagem é um produto vivo, complexo e dinâmico, assim o significado dos signos também.

Quando entramos em contato com a Semiótica não tínhamos vislumbrado essa complexidade, agora temos a noção de como cada língua é um mundo, assim como Fanon nos relata que: “Falar uma língua é assumir um mundo, uma cultura” (FANON, 2008 p. 49/50). Em outra passagem Fanon retoma esse pensamento, em que “a descolonização introduz uma nova linguagem. ” (FANON, 1961-1968, p. 26 apud LISBOA, 2014, p. 514)

Assim, para compreender esse raciocínio, Lisboa (2014) nos descreve que o final do colonialismo se configurou sobre o “signo de violência”, sendo o primeiro passo para a descolonização, porém não eliminou a “intersubjetividade” dos envolvidos na relação colonial, responsável pelas profundas marcas no corpo e na linguagem.

Sendo assim, a descolonização é também “epistêmica, psicanalítica e semiótica”, pela superação da subalternidade a partir da “crítica das palavras, pela gramática e reestabelecimento dos significados” (LISBOA, 2014, p. 506).

Catherine Walsh nos alerta sobre a diferença entre os processos de descolonização das mentes e entre a decolonialidade, em que a última implicaria uma transformação das estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade que ainda permanecem. (WALSH, 2005, p. 10)

A partir desse entendimento semiótico que acabamos de explicitar, todo termo, todo conceito seria um signo que carrega um significado conforme o contexto em que ele está inserido.

Dessa forma, o trabalho do historiador nas análises conceituais, buscando uma transformação do conhecimento a partir de uma nova epistemologia, modifica amplamente o sentido e a estrutura da linguagem, já que a descolonização introduz outra linguagem, outra forma de ver o mundo. Neste sentido, o papel da Semiótica também é contextualizar, reestabelecer os significados e salientar as mudanças estruturais dos signos e do conhecimento.

No caso do campesinato, vemos este como um signo, um conceito, uma identidade, uma ideologia e também uma prática social de produção de alimentos e de reprodução da vida.

Quando estamos buscando na Semiótica a interpretação dos signos, temos consciência de que ao estudarmos um conceito tão amplo e discutido quanto o campesinato, estamos entrando em um universo de diversas definições e significações. Cabe a nós, entender como este signo, que reflete a luta e a história do MPA sendo a própria identidade do Movimento, tem um significado fundamental na vida dos(as) seus(as) militantes.

Cientes da importância da Semiótica na nossa dissertação, trataremos em seguida das entrevistas, explicitando o modo como foram confeccionadas e como foi realizado o processo de transcrição e transcrição.

Na sequência, trataremos dos processos de análises e questionamentos do papel da identidade dentro dos discursos construídos com/pelos(as) os(as) militantes do MPA.

6 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISES DAS ENTREVISTAS

Neste capítulo, queremos provocar o debate da identidade dentro da produção de conhecimento da História Oral, buscando problematizar a identidade camponesa a partir dos relatos orais e da análise dos discursos de militantes do MPA. Considerando a importância de seus relatos na construção da memória e da identidade coletiva.

Decidimos utilizar a metodologia da História Oral por muitos motivos, que já foram elencados nos capítulos anteriores, e também, devido ao fato de que nosso objeto de estudo ser um tema atual, em que há uma complexidade teórica nas definições sobre o “campeinato” e “movimentos sociais”, ao mesmo tempo que, as identidades coletivas e os movimentos sociais ainda estão tão marginalizados dentro do discurso do Estado.

As abordagens feitas na nossa pesquisa através da História Oral, foram basicamente de conversas informais, com o auxílio de um gravador de áudio e com o plano de trabalho semiestruturado, confeccionado anteriormente às entrevistas.

Durante o período desta pesquisa, percorremos 7 municípios de 5 estados brasileiros (BA, CE, PE, PR e SE). Foram recolhidos os relatos de 5 militantes em Salvador (BA), destas 5 entrevistas foi realizada uma segunda fase com uma militante em Fortaleza (CE) e uma em Serra Talhada (PE).

Nos estados de Sergipe e do Paraná, foram realizados acompanhamentos e atividades junto ao MPA e à Caravana Nacional de Luta Camponesa Clodomir de Moraes²⁵, assim como o recolhimento de informações bibliográficas sobre o Movimento.

Nesta fotografia abaixo, retirada do grupo de militantes na “Escola Camponesa da Memória” do MPA²⁶, em Salvador na Bahia, no ano de 2017, podemos observar, além da diversidade desse grupo de jovens, também algumas simbologias resgatadas pelo Movimento, como sementes, chapéus de palha, instrumentos musicais. Do mesmo modo, podemos relatar uma atividade deste evento, em que estivemos com Iara

²⁵ A Caravana Nacional de Luta Camponesa Clodomir de Moraes é um projeto popular da juventude do MPA, em que um grupo de jovens militantes do movimento estão percorrendo as comunidades do MPA pelo Brasil e produzindo conhecimento, espalhando as ações do MPA; construindo debates sobre a atualidade da cultura camponesa do país; discutindo sobre os problemas atuais do campo; sobre a crise política que paira sobre o território nacional; sobre a permanência dos jovens no campo e os motivos que fazem estes saírem do interior; sobre moradia camponesa; projetos do movimento entre outros debates atuais.

²⁶ Neste evento foram produzidas 4 das entrevistas que serão utilizadas nesta dissertação.

Chavier e Carlos Augusto Marighella, filhos de Carlos Marighella²⁷. Assim, vemos como o MPA busca trabalhar e demonstrar para estes jovens a história de líderes do povo:



Como já mencionamos anteriormente, a minha participação dentro do MPA facilitou nosso trabalho de pesquisa, assim como a interação com os(as) entrevistados(as) e os temas abordados. A escolha dos(as) entrevistados(as) não foi aleatória, pois buscamos incluir várias pessoas de realidades regionais e sociais distintas.

Temos clareza que é a partir das perguntas e das intervenções que estamos contribuindo e direcionando a entrevista. Pois através da metodologia de História Oral, entendemos que o processo de entrevistas é uma construção de ambos os participantes, tanto do entrevistado como do pesquisador. No momento que se faz uma pergunta, se propõe falar de um tema, a pergunta direciona o raciocínio e a resposta. Assim apresentamos as perguntas que usamos como base para as entrevistas:

²⁷ Homenagem a Carlos Marighella, Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/2017/04/13435/Carlos-Mariguella-e-homenageado-pela-Escola-Camponesa-de-Memoria.html>> Acesso em 10 de fevereiro de 2019.

6.1 PERGUNTAS USADAS NAS ENTREVISTAS

- 1- Informações pessoais, cidade e estado de origem, vinculação com o MPA, atuação dentro do Movimento?
- 2- Quais foram seus primeiros contatos com a luta dos movimentos sociais e pela terra?
- 3- Qual foi o seu primeiro contato com o MPA? O que é o MPA para você?
- 4- O que é esse campesinato afirmado pelo MPA?
- 5- Qual a importância do MPA para a organização dos camponeses?
- 6- Qual é a importância do MPA para você, para sua comunidade, para sua família e para região que você vive hoje?
- 7- Além da sua região, o que você vê que o MPA trouxe de bom para o Brasil, em uma perspectiva nacional, você tem alguns exemplos sobre isso?
- 8- Quais são as implantações que este Movimento tem em sua região, o que ele trouxe de melhorias concretas e de projetos?
- 9- O que o MPA afirma? Qual que são os campos de luta desse Movimento?
- 10- Qual é seu papel dentro da organização do MPA?
- 11- Você vê o MPA como uma solução para os problemas do campesinato e da agricultura?
- 12- Você tem pretensão de voltar ou permanecer no campo? Qual que é sua perspectiva futura?
- 13- Como o MPA luta por políticas públicas e como este Movimento se relaciona com os governantes?
- 14- Quais são os posicionamentos do MPA a partir dos fatos políticos no país, como o golpe a democracia do governo Dilma, com a reforma trabalhista, a retirada de direitos e suas repercussões para as massas? Como o MPA da sua região tem atuado?
- 15- Você teria mais alguma contribuição para a entrevista, há algo que você queira falar sobre o Movimento?

Com estas perguntas se propôs um relato biográfico dos(as) militantes do MPA, em que ao mesmo tempo, buscamos enfatizar as experiências vivenciadas junto ao MPA ou em função deste.

Buscamos observar nos relatos as trajetórias de vida e os processos vivenciados pelos(as) militantes, assim como suas origens, suas vinculações com movimentos sociais, com o campesinato. Também, buscamos questionar sobre o MPA em relação as suas ações concretas, sobre o acesso às políticas públicas e como o MPA e suas lideranças se manejam com os governantes.

As entrevistas foram gravadas em áudio, transcritas literalmente e passaram por um processo de transcrição²⁸, assim, construímos o documento da História Oral. Além das análises que faremos das entrevistas, iremos anexar as entrevistas na íntegra ao final da dissertação.

Antes de entrarmos nas análises das entrevistas, devemos esclarecer que devido à situação política atual do Brasil, decidimos por usar nomes fictícios para a proteção destes(as) militantes do MPA.

6.2 ANÁLISES DAS ENTREVISTAS

Primeiramente, levantaremos os pontos que consideramos fundamentais para a discussão da identidade camponesa do MPA, cientes de que entraremos em debate com as metodologias, os temas e os conceitos abordados nesta dissertação.

Tendo as prerrogativas já adicionadas sobre a História Oral, sobre a Semiótica, sobre a “identidade coletiva”, sobre os “movimentos sociais” e a “memória”, veremos como os(as) militantes do MPA trabalham com a questão da identidade coletiva e como isso se reflete em suas histórias, suas lutas, e suas projeções para o campo e o campesinato brasileiro.

Começaremos nossas análises apresentando os(as) militantes do Movimento com seus dados de origem e de suas famílias, para contextualizarmos melhor nossas discussões. Assim, nesse primeiro momento iremos somente levantar algumas questões chave a partir dos relatos.

Vamos começar com João, um jovem de 24 anos, que atualmente está morando com sua família em sua comunidade, no norte do estado da Bahia. No trecho a seguir, ele nos relata sua origem e como sempre esteve envolvido em conflitos rurais, pois ele descende de uma comunidade indígena, e que até o nome do seu município “Itatinga da Serra”, remetia a uma palavra da língua da sua etnia.

Me chamo João, sou da comunidade de Sapé, do município Antônio Gonçalves, situada na região norte da Bahia. É uma comunidade na qual no processo histórico foi negada nossa cultura. Somos descendentes dos Cariri Payayá, nação dos povos indígenas que habitavam aquela região, e antigamente o nome da cidade Antônio Gonçalves era Itinga da Serra, que significa pela língua dos Cariri

²⁸ Processo descrito por Meihy (2002), em que há uma edição e “transformação” do texto transcrito, colocando informações e ajustando para melhor compreensão do leitor.

Payayá “água branca que desce da serra”. E ali o que aconteceu foi que no processo de emancipação política, foi retirado o nome da cidade, e também foram retirados vários direitos do povo e nosso enquanto camponeses. Eu vim dessa comunidade de Sapé, que é conhecida hoje como Barragem do Aipim, porque também foi construída uma barragem no governo de Paulo Solto, onde vários povos morreram resistindo nesse lugar, pois o povo não queria aquela barragem, um padre de lá morreu porque não queria a inundação daquela área, esse era um povo que lutava pelos lugares onde o rio corria, e a barragem não iria beneficiar a todos, e principalmente ao povo da comunidade, já que não tinham água encanada. (João, 2017)

Nesta passagem, além de identificar o processo colonialista moderno de imposição cultural e política sofrido pela sua comunidade com a emancipação política e a construção da barragem do Aipim, vale também remeter à questão semiótica do antigo nome do município.

No capítulo teórico sobre a Semiótica, construído anteriormente nesta dissertação, verificamos neste exemplo o poder de dominação do Estado a partir da retirada de um termo construído regionalmente, com um significado coletivo que remetia à geografia do município, e quanto a importância deste fato ainda permanece na memória de João, que dentro de sua visão de mundo, tem essa noção da apropriação cultural.

Faz-se necessário, nesse momento, trazer novamente o pensamento de Rivera Cusicanqui (2010, p.19), em que há nas palavras uma função peculiar, pois estas também velam, ocultam uma realidade, uma construção histórica regional da comunidade.

Ao questionarmos como João conheceu o MPA e a luta dos movimentos sociais do campo ele afirma que:

(...) entrei no MPA através do meu histórico, pois eu sempre fui ativo, a procurar muito sobre mim, sobre meu processo histórico, sobre quem sou de verdade. Desde os 7 anos que eu faço música. A música é uma das coisas que eu sempre gostei. Minha avó sempre foi de terreiro, meu irmão batia tambor de couro, e dentro do terreiro eu via muitas coisas que podia avançar junto à procura das minhas raízes, dos meus ancestrais, um destes incentivos foi de minha avó. Meu pai morreu quando eu tinha 11 anos de idade, isso foi em 2005. Minha mãe ficou com 9 filhos pra criar, e aí como é que uma mulher pobre, camponesa, com as condições de vida muito precárias, conseguiria sobreviver? Além disso, alguns familiares do meu pai, que tinham alguns pedaços de terra, venderam as terras do meu pai e não falaram nada pra gente. A gente foi saber logo depois, mas sem condições financeiras de pagar advogado não adiantou nada.

Eu fui crescendo, sempre dedicado aos estudos, participando de concursos musicais na escola, e também logo ganhei um curso de música que foi no Festival Anual da Canção Estudantil (FACE). Isso me incentivou mais ainda com as minhas músicas. Logo depois eu

comecei a fazer teatro, de 2009 a 2010. Eu via que o teatro foi uma das portas que me fez enxergar várias saídas. Do teatro conheci a companheira Izabel do MPA, ela é lá de onde eu moro. Também tinha um grupo de jovens lá na comunidade que eram da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), que está relacionada a igreja e a sociedade, só que dentro desse grupo eu via que a igreja não enxergava e que algumas igrejas não enxergam o meio popular, e eu via que ainda estava faltando algo dentro de mim, e eu, enquanto camponês tinha que buscar mais e mais sobre minha história. Então dentro do PJMP, eu cantava na igreja, ia para as marchas, romarias, aí uma vez nós fomos convidados a ir pra uma marcha aqui em Salvador, do “Fórum Baiano de Agricultura Familiar”, e ali a primeira marcha que eu fui, eu vi várias bandeiras de luta, de vários povos, mas quando eu vi uma bandeira com nome MPA, Movimento dos Pequenos Agricultores, um povo negro cantando “Negro Nagô”, a partir daquele momento eu chorei e olhei pra aquela bandeira, e eu disse é isso que está faltando dentro de mim, esse Movimento é o que me representa e é o que o meu pai sempre me falava, de me reconhecer, de nunca me esquecer de quem eu era, então foi a partir dali que me interessei pelo MPA. (João, 2017)

Neste trecho, o que queremos evidenciar são os processos históricos de João e o que chamou sua atenção pelo Movimento dos Pequenos Agricultores. Nestes relatos, fragmentos da memória, também se constroem e reconstroem os aspectos identitários e culturais, como a valorização do papel da avó de João, que frequentava um terreiro de Candomblé, assim como, a reação de encanto e identificação por ouvir a canção “Negro Nagô”, algo que segundo seu relato, serviu para ele se entender, se reconhecer.

A letra da canção “Negro Nagô”, sem dúvida, uma letra símbolo de protesto e de resistência:

Eu vou tocar minha viola, eu sou um negro cantador.

O negro canta deita e rola, lá na senzala do Senhor.

Dança aí negro nagô

Tem que acabar com esta história de negro ser inferior.

O negro é gente e quer escola, quer dançar samba e ser doutor.

Dança aí negro nagô

O negro mora em palafita, não é culpa dele não senhor.

A culpa é da abolição que veio e não o libertou.

Dança aí negro nagô

Vou botar fogo no engenho aonde o negro apanhou.

O negro é gente como o outro, quer ter carinho e ter amor.

(Letra: Pastoral da Juventude)

Devemos destacar também dentro deste relato de João (2017), a vontade de conhecer mais sobre sua cultura, sua identidade, pois segundo ele isso sempre foi uma busca constante, que lhe influenciou a participar de vários espaços de formação coletiva, como descreveu anteriormente.

Utilizaremos também os relatos²⁹ da jovem Maria, de 23 anos, que atualmente reside em Serra Talhada, devido ao curso de Enfermagem que realiza na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UAST-UFRPE). Maria também afirma que sua infância foi marcada por questões de luta por território.

Me chamo Maria, tenho 23 anos, sou de uma comunidade quilombola do sertão central de Pernambuco, mas atualmente estou morando na região do Pajeú onde faço o curso de Enfermagem, em que estou sétimo período.

Acredito que desde minha infância estou na luta pela terra, porque nasci em um assentamento, assim desde que eu me lembro eu já luto por terra. O assentamento onde eu morava era do MST, porém, minha família foi uma das primeiras famílias de base do MPA em Pernambuco, e participou da construção do Movimento na região, mas ativamente no MPA eu comecei aos meus 12 anos, mas assim, acho que na verdade, atuo diretamente já faz uns 9 anos. Nós conhecemos o MPA através de seu Luiz, ele é de Pernambuco e mora na fronteira com Piauí, foi ele quem apresentou o movimento no meu município e daí foi crescendo. (Maria, 2017)

Ao revisar a questão da identidade, vemos nestes dois relatos as afirmações de identidades raciais e étnicas, no caso de João (2017) e Maria (2017) afirmam suas raízes indígenas e quilombolas.

Neste trecho da entrevista, podemos observar como Maria conheceu o MPA, assim como, sua descrição do contato com os movimentos sociais, pois ela nasce em um assentamento do MST, neste sentido, vemos também que sua família tem um papel significativo nas suas escolhas.

Outra militante e dirigente do MPA de quem utilizaremos os relatos³⁰ é Joana (23 anos). Ela, assim como João, mora na Bahia, porém Joana faz o curso de Serviço Social da Terra em Caucaia no Ceará. Quando perguntamos a ela suas origens, ela nos relatou o seguinte:

²⁹ Realizamos duas fases de entrevistas com Maria, uma em 31 de março de 2017 e outra em 25 de julho de 2018.

³⁰ Com Joana também realizamos duas fases de entrevistas uma, em 07 de abril de 2017 e outra, em 25 de julho de 2018.

Meu nome é Joana, sou de uma comunidade chamada Tigre, do município de Caém, que fica lá no centro norte da Bahia. É um município pequeno, uma comunidade pequena, mas em termos de organização, de organicidade, não dá muito trabalho, porque é um povo que consegue se articular, consegue conciliar a rotina diária, sabe separar o que é de demanda individual e de coletividade, por isso nessa questão da organização a gente não tem muita dificuldade e isso graças a inserção do Movimento, a partir do MPA foi que a gente conseguiu garantir essa organicidade, assim não temos muita dificuldade para se reunir enquanto comunidade.

Sou de um território que ainda não foi demarcado, mas a história da minha família é a seguinte, somos descendentes de quilombolas e de indígenas, as vezes nossos traços e características físicas se misturam um pouco, assim, minha família é uma família de negros indígenas. Temos uma cultura tradicional que, não sei se você conhece, o Caruru, já ouviu falar? É samba né, uma cultura que dentro de um festejo fazem oferendas para uma certa imagem, uma divindade. Minha família é católica e bastante conservadora, ainda aprisionada nessa questão do cristianismo, por isso ainda não consegui levar o debate do MPA e dessa liberdade cultural para dentro de casa. Ainda são pessoas muito alienadas, e creio que vai depender de muita caminhada para se libertar dessa doutrina que carregam tradicionalmente. Minha família não tem muito vínculo com o Movimento, mas me apoiam sempre, me incentivam por mais que me bata aquela tristeza, ainda bem que tenho esse apoio, por mais que não participem das atividades, por dificuldades de saúde, mas me incentivam. (Joana, 2017)

Neste trecho, ao observarmos sobre suas origens, vemos que ela afirma o seu processo identitário e que, dentro da disputa pelo território na sua comunidade, ela também afirma sua identidade quilombola e indígena. Além de demonstrar que dentro da sua família ela percebe um conservadorismo por conta do cristianismo.

Quando trabalhamos com a questão da identidade, percebemos como ela é uma construção social, dinâmica, instável em que um indivíduo pode carregar várias identidades consigo, devido às constantes “negociações” frente ao poder, descritos por Vich e Zavala (2004, p. 12/13). Da mesma forma que percebemos nestas citações até o momento, que as identidades negra e indígena são construídas a partir da colonização e do eurocentrismo, como descreve Mignolo (2008, p. 289-90).

Ao ser questionada sobre a vinculação de Joana com os movimentos sociais e com o MPA, ela afirma que:

Lá onde a gente mora, eu e minha família, somos praticamente comodatários, quando você mora na terra que não é sua, pois moramos na terra da minha avó. O MPA chegou na comunidade por volta de 2004, graças a um padre que levou o debate do Movimento e desafiou a comunidade a participar de uma primeira reunião que

houve. Nessa ocasião foram meu irmão e uma prima minha os primeiros a participarem deste debate, foram, gostaram e trouxeram propostas. A primeira proposta foi a luta pela água encanada, porque a nossa comunidade lá sobrevive dos barreiros, de tanques e tal, essa questão do armazenamento da natureza mesmo. Foi nessa reunião que trouxeram informações que era para nossa primeira mobilização, para reivindicar o fim da falta da água, com esse debate a comunidade se animou, o padre tinha uma facilidade boa de lidar com a comunidade, de mobilizar, incentivar bem as pessoas, sensibilizar para ir em busca dos seus direitos. Sobre o movimento, o padre nos disse que a gente tinha que se organizar, que era importante, o movimento como esse era uma porta se abrindo para nós, que era para nos inserir, que daí poderia melhorar a nossa situação. Nessa primeira vez, foram os dois, na segunda vez, foram mais quatro. Daí em diante, a comunidade foi se rendendo, tanto que de 2004 para cá, a comunidade toda está dentro do movimento, toda e totalmente. (Joana, 2017)

Desde a formação do MPA no Rio Grande do Sul, algumas organizações e representantes religiosos sempre estiveram em contato com o Movimento, como é o caso da CPT, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), entre outras. No relato de Joana, observamos outro exemplo dessa relação, pois quem difundiu a ideia de mobilizações junto ao movimento social foi o padre da sua comunidade.

Também utilizaremos o relato de Antônio, um jovem de 23 anos, que mora no município de Alagoa Nova na Paraíba, como fato quase comum das entrevistas, sua infância também esteve marcada por conflitos de terras. Nas palavras dele:

Me chamo Antônio, moro no município de Alagoa Nova da Paraíba, onde atualmente estou realizando uma graduação em História. Sou do interior paraibano, em uma comunidade em que aconteceu um processo de reforma territorial, uma divisão das terras de um grande engenho de cana de açúcar. Minha família sempre morou em terras de engenho, eles trabalhavam para os donos de um engenho obviamente, aí em 1987 aconteceu uma espécie de reforma, em que o sindicato local reivindicou o direito de terra aos trabalhadores e, conforme a quantidade de anos trabalhados foram divididas as terras para cada trabalhador. Meu pai e minha mãe que trabalhavam ali há mais de 30 anos e acabaram adquirindo esse pedaço de terra onde nós vivemos, onde eu nasci e moro até hoje. Não tenho certeza absoluta o porquê se deu essa partilha, mas acho que é fruto das lutas das Ligas Camponesas que começaram no final dos anos 1950, lá no eixo Paraíba e Pernambuco. Porém em Alagoa Nova, isso veio acontecer já na segunda metade da década de 1980, entendesse?! Nessa época, foi um advogado que foi em busca do sindicato, pois ele estava fazendo um trabalho lá nessa área, não sei se ele tinha conhecimento das Ligas Camponesas e tal, sei que ele lutou, reivindicou e aconteceu justamente isso. (Antônio, 2017).

Tendo em conta o processo desta reforma territorial relatada por Antônio (2017), além de sua família ser de trabalhadores de engenho, que participaram desse processo de redistribuição de terras, vemos que estas memórias moldaram seu imaginário e o conduziram para algumas lutas e inquietações.

Observamos isso mais claramente quando questionamos sua vinculação com as lutas sociais e o seu primeiro contato com o MPA, em que ele responde que:

Quando eu fui crescendo, foi quando eu tive muito contato com associações, já que na minha comunidade, depois foram implantadas algumas associações de moradores e que a ideia era justamente incentivar a produção em suas propriedades, porque quando eles dividiram as terras, os trabalhadores ainda continuaram trabalhando para o engenho. Antes, eles não poderiam produzir na terra que era do engenho, caso quisessem produzir, tinham que arrendar ou pagar foro, o foro é tipo um aluguel (...). Assim, quando estes trabalhadores adquiriram a terra, eles ainda continuaram trabalhando no engenho, mesmo já tendo suas terras. Por isso, foram criadas associações, acho que foi em 1987 mesmo, e nesses grupos aconteciam mutirões, pois se tinha uma boa quantidade de gente para isso, assim eles trabalhavam na terra de cada um. Porém com o tempo, o que me provocou a repensar em me envolver com essas associações, foi a questão do êxodo na minha região, isso me desesperava, porque lá nesses 30 anos, acho que não resta mais de um terço da galera que tinha antes. Tinha um pessoal que adquiriu sua terra naquela época e vendeu, sei lá, foi pra cidade, nos últimos 20 anos em que tenho observado, tendo em vista também que este êxodo não aconteceu só na minha comunidade, mas em várias, a cidade nesses 20 anos cresceu muito devido a essa migração, algo assustador, e junto a isso veio um monte de problemas sociais. Eu, mesmo moleque, sei lá com 13, 14 anos, eu era envolvido com a igreja, lá tive a oportunidade de ver muito isso, com os catequistas visitava as comunidades e os bairros e eu comecei a perceber aquilo, em que toda a galera que estava na periferia da cidade, nos cantos mais brutos mesmo, era a galera que veio do sítio, e eu ficava me perguntando o que aconteceu para essa galera estar saindo de lá. Então minha cisma era justamente isso, eu ficava pensando que se o sítio todo for pra cidade então quem é que vai produzir os alimentos? Ainda muito leigo na época, não é a mesma cabeça que tenho hoje, mas isso me provocava, aí me envolvi com uma associação em que tive algumas divergências. Hoje, acredito que esse êxodo seja também culpa da corrupção de algumas associações, porque algumas destas funcionavam da seguinte forma, algumas pessoas que adquiriram terra e fizeram sua associação com seus vizinhos, faziam com que os outros membros desta associação auxiliassem mais algumas pessoas que outras, logo se o presidente da associação era de tal família, os membros trabalhavam em função desta família. Aconteceu muito isso, pois nesta associação que me envolvi, aquela comunidade trabalhava em forma de espiral em torno da família do presidente e o que você vê hoje depois de 30 anos, pessoas que eram iguais, que trabalhavam no engenho, em que era todo mundo igual, e por que 30 anos depois uma família ascendeu completamente e algumas pessoas estão ainda miseráveis? Lá eu vi

isso 'nu e cru' mesmo, lá dentro o presidente era filho do fundador, mas antes dele ser presidente, foi a irmã dele, antes da irmã dele foi a mãe, que sucedeu o pai. Nos mutirões aconteceram muitas coisas também, tive divergências lá e acabei indo para outras associações, em que a ideia justamente de manter o homem do campo no campo e despertar a juventude para permanecer lá. Eu falo como jovem do campo também, pois somos educados a quando fazer 18 anos sair para cidade ou para o sudeste do Brasil, hoje ainda rola muito isso no Nordeste, de que trabalhar no sítio não tem condição, somos educados a não ter interesse. Eu ficava muito preocupado com estas questões, por isso eu fui para outras associações que trabalham de uma forma bem diferente, hoje estou em duas, na verdade, uma, de produtores rurais e outra, só de jovens do campo. A associação de produtores rurais, como a maioria das associações, está muito envelhecida, ou seja, você não vê jovens, por isso tem uma só para jovens, hoje essa associação de jovens virou uma base do MPA.

O meu contato com o MPA surgiu a partir dessa associação, ainda faz pouco tempo que estou nela, mas foi dessa associação de jovens que tive meu primeiro contato. Hoje, estamos fazendo um trabalho com técnicas de desenvolvimento no campo para tentar manter essa galera no campo e, junto as técnicas de desenvolvimento, que acabam sendo atraentes para esse pessoal, trabalhamos com oficinas de música, para unir o útil ao agradável e despertar o interesse desses jovens pelo campo. Eu acho que em 6 meses que estamos realizando esse trabalho, já estamos tendo um resultado muito bom, porque com os jovens que você conversava há 6 meses atrás não tinham o mínimo interesse de permanecer no sítio, agora tem muitos que já têm, valorizam esse contato, entendem esse cuidado em estar mantendo os jovens no campo e isso tem sido muito gratificante. Estamos ainda com a oficina de violão, mas iremos fazer a oficina de teatro assim que voltarmos pra lá, iremos visitar as escolas, as associações rurais, para discutir sobre o êxodo rural mesmo, a única pena é que ainda é muita coisa para poucas pessoas, porque muitas dessas pessoas da minha região acabaram perdendo a fé nas associações, justamente por causa do motivo que eu te falei antes, de centralizar o poder, pois isso é muito perigoso, mas na medida que os resultados estão vindo a gente está conquistando novas pessoas. (Antônio, 2017)

A vinculação de Antônio (2017) com as lutas sociais é derivada de vários processos, pelo histórico de sua infância, pelas lembranças de sua família que sempre trabalhou no engenho, pela influência da reforma territorial da sua comunidade que teve um papel significativo, já que nasceu posterior a esse processo, também pela inquietação com a exclusão do pobre do campo a partir do êxodo rural, pela corrupção das associações, entre outros processos descritos em seu relato.

Observamos também que é a partir desta conquista desse território, que se concretizam várias associações rurais, algo que provocou alguns questionamentos em Antônio (2017) sobre as formas de organização das associações rurais de sua região.

Da mesma forma, notamos em seus relatos, que sua vinculação com o MPA se dá pela necessidade de outra forma de organização, visto que ele declara que as associações rurais tinham vários problemas quanto à organização e privilégios. Soma-se também a sua preocupação com o êxodo rural de sua região, isso de certa forma faz com que ele se interesse mais por estas questões do campo, o que faz com que ele busque nas associações rurais resultados para suas indignações.

Outro militante de quem utilizaremos o relato é Marcos (22 anos), que tem sua residência na cidade de Panambi (RS). Atualmente ele tem trabalhado na Caravana Nacional de Luta Clodomir de Moraes, junto ao MPA, caravana que anda percorrendo e realizando trabalhos nas comunidades do MPA pelo Brasil. Nas suas palavras:

Meu nome é Marcos, tenho 22 anos, sou de uma cidade do noroeste gaúcho, chamada Panambi, ela tem por característica principal a colonização de alemães. É uma cidade que tem boa parte da sua economia baseada no agronegócio, e outra parte bem significativa em empresas do polo metal mecânico.

Na rua da cidade em que nasci, era bem engraçado, porque no meu bairro tinha uma empresa de um lado da rua e do outro lado era uma lavoura e um potreiro, uma cidadezinha do interior mesmo. Nessa cidade, meus pais moravam desde que eu nasci, só que eles eram do campo, cresceram e se criaram no campo e, no êxodo rural dos anos 1980 eles foram pra cidade. Eu estudei em uma escola do interior, na linha Brasil chamada Herlon Fauliber, e fiquei até a 4 série lá. Depois nos mudamos dessa rua e fomos para um bairro com mais moradores, mais vizinhos. Eu lembro que neste bairro tinha muitos terrenos baldios e meu pai, como não tinha abandonado os laços com a terra, pedia licença para os donos dessas terras e plantava mandioca, milho, abóbora, melancia, feijão, essas coisas. (Marcos, 2018)

Neste trecho da entrevista, devemos esclarecer que no Movimento há também militantes que não residem no campo e que sua vinculação ao MPA se dá por processos políticos diversos, como é o caso de Marcos (2018), que, mesmo morando em uma cidadezinha pequena no Rio Grande do Sul, afirma que a origem dos seus pais vem do campo e nunca perderam os laços com a terra, já que mesmo depois de estar morando na cidade, seu pai não deixou de cultivar a terra.

Ao perguntar para Marcos (2018) sobre o motivo que levou seu envolvimento com os movimentos sociais e com o MPA, ele me afirma que:

O primeiro contato que tive com os movimentos sociais, foi quando entrei na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), do campus Frederico Wesfalen, para cursar jornalismo. Meu ingresso à essa universidade foi através do REUNI (Reestruturação e Expansão das

Universidades Federais), então eu já venho de uma geração de jovens que tiveram acesso à universidade pública, né? Eu faço parte desse bum de jovens que foram para as universidades públicas no Brasil. Logo quando eu entrei na universidade, comecei a fazer parte do DCE, que é o diretório central dos estudantes, esse diretório tinha um viés mais de esquerda, vinculado aos movimentos sociais.

No ano de 2016, quando ocupamos o prédio da TV da cidade, para não passar no Congresso a PEC-55, que é a PEC do congelamento dos gastos públicos por 20 anos, nessa ocasião o MPA foi um grande parceiro nosso, cedeu a alimentação, uma alimentação maravilhosa, melhor inclusive que a do apartamento em que eu morava. O MPA ajudou inclusive nos debates mais políticos, para nós entendermos o que significava esse golpe no Brasil, né, pois a gente já tinha uma construção disso, mas não tinha a didática necessária para passar para os outros estudantes, assim, a partir do MPA, que conseguimos repercutir essa construção. Na verdade, eu tive outros contatos com o MPA, pois fui com este Movimento para o III Acampamento da Juventude do Levante Popular da Juventude, em Belo Horizonte, porém o vínculo político com o Movimento aumentou mesmo na ocupação da universidade.

Depois disso, o MPA me convidou para algumas formações, eu fui e acabei gostando. A direção estadual do MPA me convidou para a Escola da Memória que aconteceu no ano passado (2017), aqui em Salvador, e eu vim participar, aqui fiquei sabendo sobre a Caravana, aí solicitei ao meu dirigente estadual uma resposta sobre minha possível participação na Caravana, ele me falou que tudo bem, assim entrei na Caravana. (Marcos, 2018)

Ratificamos a constatação que já observamos em outros momentos durante esta dissertação que a identidade camponesa também é um “campo de luta”, defendido e afirmado por aqueles que entendem o processo e o significado de se ter uma identidade e de se defender o campesinato brasileiro. Pois, a opressão para um segmento único da sociedade faz com que apareça as inúmeras diferenças ideológicas, culturais, processos de formação mental dos indivíduos.

O caso de Marcos (2018) comprova este argumento. Pois de certa forma, devido a seu processo histórico em que ele cresceu com a valorização do campo por sua família, tendo seu pai como exemplo de alguém que nunca abandonou o campo, e com o contato que Marcos teve com a universidade e os grupos de esquerda, fez com que ele se visse atraído pelo Movimento.

Portanto, como já afirmamos, a construção do MPA se deu a partir do contato com uma massa que não se via representada pelas estruturas de poder, e suas afirmações para uma identidade camponesa se configuram em um caminho viável para aqueles que lutam pelo seu território e por condições de se manter no campo.

Tendo apresentado os(as) coautores(as) deste capítulo e os primeiros contatos que estas pessoas tiveram com as lutas sociais e com o MPA, iremos nos aprofundar nos temas específicos de nossa pesquisa.

6.3 ANÁLISE TEMÁTICA

Neste subcapítulo, realizaremos as análises específicas sobre as afirmações identitárias de militantes do MPA. Buscaremos os relatos em que apareçam a autoafirmação e analisaremos como se define essa identidade.

Primeiramente, trabalharemos com o relato de Marcos (2018), quem afirma que um dos principais papéis do Movimento é afirmar a classe camponesa, pois acredita que a partir da afirmação e do reconhecimento enquanto classe a sociedade entende a importância da luta organizada. Segundo ele:

Hoje acredito que os movimentos populares como um todo, são muito importantes porque vêm de demandas concretas da sociedade, e os camponeses sempre foram desassistidos das políticas públicas para o campo né. Nesse sentido, eu acho que o Movimento dos Pequenos Agricultores vem afirmar a classe camponesa e isso é seu papel principal e mais importante, pois uma vez que a classe se reconhece enquanto classe, ela entende a importância da luta organizada, e o Movimento dos Pequenos Agricultores tem um método organizativo muito interessante, que vale a pena se prestar atenção, inclusive isso convém para outros movimentos sociais. Por isso, eu acho que o Movimento dos Pequenos Agricultores é conhecido no Brasil todo por ser um movimento com um método organizativo que dá muito certo. (...)

Acredito que a identidade do homem e da mulher do campo é uma construção bastante profunda, né? Porque na maioria das pessoas que moram nos centros urbanos e eram do interior, ainda permanece essa identidade. Para mim, a principal característica dos camponeses e das camponesas, é viver no campo, produzir sua riqueza, seus alimentos e bens de consumo, a partir do trabalho na terra, e que têm na comercialização dos alimentos, uma produção de renda para complementar sua subsistência. (Marcos, 2018)

Observamos que a perspectiva que Marcos (2018) aponta, em que a identidade camponesa é uma construção profunda, que ainda permanece nas pessoas que saíram do campo e foram morar nas cidades. Assim como, afirma que a principal característica dos camponeses é viver no campo e retirar seu sustento da terra, tendo a comercialização do excedente para completar sua subsistência.

Maria (2017) contribuindo para o nosso debate, afirma a importância do MPA para a libertação do campesinato brasileiro, da mesma forma que define sua

identidade e sua paixão pelo campo, em que ela diz que não está vivendo atualmente devido ao curso que está realizando, porém irá voltar para não sair mais. Segundo ela:

Eu vejo hoje que a luta do MPA é em função da libertação do campesinato brasileiro, mas também que vai de cada um isso se vai abraçar a causa ou não, o Movimento é uma ferramenta, que nos dá meios, vai de você querer permanecer lá ou não com os espaços que ele te dá.

Hoje eu sou coordenadora estadual do MPA e me considero uma camponesa, foi a roça que me criou, desde que eu me entendo por gente eu planto eu colho, então é meu amor, minha paixão. No momento, estou vivendo na cidade devido a meus estudos e quero me formar, mas eu quero trabalhar na zona rural, eu não pretendo sair de lá não. (Maria, 2017)

Referente às discussões que estamos propondo a partir da identidade, esse relato da Maria seria uma comprovação, pois ela nasceu no campo, como ela mesmo afirmou, nasceu em um acampamento do MST, viveu em uma comunidade quilombola, assim, sempre esteve envolvida em áreas de resistência territorial, cultural, ambientes e conhecimentos que significam para ela um laço de pertencimento, de auto identificação.

Para Maria, a partir do MPA e de suas lutas, o Movimento se torna uma “ferramenta” para a libertação do campesinato brasileiro.

No caso de Joana (2017), identificamos uma observação interessante em relação à importância que o MPA significa em sua vida, segundo ela:

Hoje, eu vejo que o Movimento foi uma das melhores coisas que me aconteceu na vida, porque graças a ele hoje estou bem, estou inserida na universidade, faço esse curso de Serviço Social da Terra, pelo PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), que é uma parceria da universidade com os movimentos sociais, por isso pra mim é enriquecedor, pois imagine uma camponesa sem condição nenhuma para se manter na universidade conseguir esse vínculo lá, então em poucas palavras resumiria o Movimento como uma porta que se abriu na minha vida, para me despertar e despertar outros jovens a se inserirem e também buscarem essa reivindicação por direitos, não parar no tempo, mesmo porque a luta é árdua, é graúda, mas a gente se somando com os demais se fortalece, fica grande, que a ideia é essa, pequenos em movimento mas gigantes de produção.

O Movimento tem essa facilidade de me mover interiormente, você se sente sensibilizada, pronta para fazer a revolução amanhã, cada encontro que a gente participa é uma inspiração a mais. Eu criei com o Movimento uma paixão que só está me servindo como fortalecimento, né? Mas assim, o meu apego principal com ele, para além de tudo isso que nós conversamos é o seguinte, ele é diverso e suas lutas são diversificadas, não está somente nessa questão do

campesinato, ele dialoga com diversas outras partes que nós precisamos estar sempre melhorando, como no caso essa questão do resgate cultural, que é um desafio muito grande nas comunidades. O Movimento levou esse debate para a nossa comunidade e já conseguimos fazer com que algumas famílias preservem nossa cultura, que nossa cultura é natural dos nossos antepassados e que a gente precisa reviver isso, fortalecer, até porque se não os futuros jovens que irão surgir não saberão que nossa cultura existiu algum dia. (Joana, 2017)

A partir deste relato observamos quão importante se tornou o MPA para Joana e sua comunidade, e como neste relato, o valor do resgate cultural da sua comunidade se torna uma justificativa para o despertar das ações coletivas, das reivindicações por direitos sociais e a demarcação dos territórios da sua comunidade cultural.

Nesta citação da entrevista, o que devemos analisar é que, enquanto Joana se declara camponesa, militante do MPA, inserida em um curso universitário de Serviço Social da Terra, ela não nega suas origens indígena e quilombola, afirmadas anteriormente.

Isso comprova nosso argumento teórico, construído nesta dissertação, de que a identidade enquanto construção coletiva é dinâmica, e os indivíduos geralmente possuem identidades diversas, que são moldadas nas “negociações frente ao poder”³¹, com as questões de resistência e afirmações culturais.

No caso de Antônio (2017), observamos que a identidade aparece também como um processo de indignação, pelo descaso do campo e a desvalorização do campesinato, em que o MPA teria a missão de promover esse resgate cultural dos(as) camponeses(as) e de ser uma organização que atenda os interesses dos(as) pequenos(as) agricultores(as). Portanto:

Para mim, o MPA como o próprio nome já diz, né? Movimento dos Pequenos Agricultores, é o trabalho destes pequenos agricultores nas questões como a agroecologia, pois com o resgate desse conhecimento, o MPA busca a permanência da família camponesa no campo, cultivando o campo, vivendo do campo e de forma saudável e com todos os seus direitos garantidos. A questão dos direitos que são roubados dos pequenos é uma das coisas que incomoda demais, pois somos a galera que alimenta todo mundo e a que menos é valorizada, digamos assim. É até um tempo atrás, alguns amigos meus se sentiam envergonhados por dizer que eram do campo, eu penso assim: sou eu quem planto, quem produz alimento para a cidade e aí eu quem sou menos valorizado, porquê? A vida dessas pessoas depende de mim, dos trabalhadores do campo, e isso acontece com muita gente.

³¹ (Vich; Zavala, 2004, p. 12-13)

Faz pouco tempo que o MPA chegou na minha comunidade, mas já vem tendo bons resultados. Antes, a galera dizia que não tinha chance de viver no campo, então o jeito que tinha era se filiando em associações, só que aí a associação não dava a assistência que se precisava, alguns sindicatos não sei nem para que servem, então acabou alimentando a falta de fé e aumentando o êxodo. Só que agora vindo esse Movimento, vindo as escolas de brigadistas, as escolas sobre essa questão de memórias de luta, a valorização do camponês, isso é essencial pra nós, como também com a questão das políticas públicas. Meu município é pequeno com cerca de 20 mil habitantes e sua organização política está meio que a do século XIX ainda, pois o vereador que está hoje, há 40 anos atrás era o avô dele quem era o vereador, mas a consciência política do povo já está mudando, ainda somos educados a não gostar de política, mas a política engloba tudo, a questão social, a saúde, de uma pessoa estar se preocupando com a outra, por exemplo eu poderia produzir alimento com veneno só pela questão de dinheiro, mas o MPA busca conscientizar isso, que o camponês tem que fazer chegar o alimento saudável no consumidor e não só pelo dinheiro, pois nos preocupamos também com o consumidor. (Antônio, 2017)

Observamos também a significação dessa identidade para Antônio (2017), pois ele relatou que alguns amigos seus tinham vergonha de ser do campo, já para ele, não há por que ter vergonha, pois são os camponeses que plantam e que alimentam essa nação.

Antônio (2017) relata a responsabilidade ética do Movimento, pois, segundo ele, o MPA conscientiza para a produção de alimentos saudáveis e não somente em relação ao lucro do alimento enquanto produto.

João (2017) também colabora para a percepção da identidade do campesinato ao afirmar que não nega sua identidade camponesa, não nega que é negro, que desde cedo viveu e trabalhou na roça e que seu pai e sua mãe foram grandes influências para definir sua identidade. Segundo ele:

Tenho alguns parentes meus que são assentados pelo Movimento dos Acampados, Assentados e Quilombolas da Bahia (CETA), que é um movimento de quilombolas e assentados, trabalhadores rurais aqui no estado da Bahia, mas eles não estão muito apegados ao MPA. Algumas pessoas da minha família em si não participam do MPA, por conta de questões familiares mesmo, dos trabalhos, mas eu estou tentando trazer muitas pessoas da minha família pra dentro dessa organização. Minha família é associada a sindicatos, associação, então daí também tenho um pouco desse acúmulo, dessa experiência enquanto sindicato, associações. Desde cedo trabalhei na roça, não nego que sou pobre, negro, camponês, e meu pai foi uma pessoa que me estimulou muito sempre, minha mãe também. Quando a gente não tinha energia e a única água que tinha era do riacho, que não era encanada, mas água de qualidade mesmo. Como a gente não tinha energia usávamos os candeeiros, e as vezes eu ficava sozinho mais meu pai na roça, e ele me chamava pra cama que ele dormia,

começava me falar: “meu filho é isso mesmo, nós enquanto camponeses, nós enquanto povo da roça não podemos negar a nossa história e onde você for, nunca negue quem você é”, então isso também fez com que eu entrasse e engajassemos nessa luta.

O MPA é um movimento camponês, que devido ao seu processo histórico, nasceu no Rio Grande do Sul, mas depois que veio pra Bahia, é uma organização que busca o melhor pra dentro das comunidades, basta as comunidades enxergarem, pois o MPA é um movimento que busca melhorar a vida da classe camponesa e dos camponeses. Do momento que eu entrei no MPA eu não me vejo mais fora. Enquanto movimento camponês, é um movimento que resgata o histórico de lutas e nossa identidade, por isso o MPA pra mim é minha vida é a minha identidade. Sabe, é inexplicável a gente dizer isso, mas o MPA é um movimento que nos dá forças para nos assumirmos enquanto camponeses, nós que sempre fomos massacrados pelo nosso histórico. O MPA é um movimento de massa, que está dentro da comunidade, para que as comunidades se ergam e não baixem a cabeça. Esse Movimento vem muito nesse sentido da identidade, de assumir de verdade quem somos e o que queremos, e nós como camponeses, enquanto comunidade, o que queremos é terra, trabalho e justiça. Terra por que? Porque as nossas terras foram roubadas; trabalho por que? Porque a gente trabalha na roça, mas é um trabalho desvalorizado, queremos que nosso trabalho garanta nossa dignidade e a nossa sobrevivência, as vezes tem projetos que atendem às demandas da cidade, mas dentro das comunidades não tem; e justiça, porque queremos justiça pelo nosso povo, pelo sangue derramado nas nossas comunidades, e pelo sangue derramado das nossas famílias, nossos camponeses. (João, 2017)

As afirmações de João (2017) sobre a identidade camponesa comprovam nossas análises, em que esta identidade é construída coletivamente, derivada de vários processos históricos, sendo uma forma de resistência, de reivindicações, de resgatar a dignidade destas comunidades e de buscar paz e justiça para o campo e o campesinato brasileiro.

Então, assim podemos afirmar que uma identidade tem sim a influência da condição histórica e territorial, mas que isso não delimita um grupo social para que nas “negociações frente ao poder” escolham o caminho que desejam trilhar e nem como isso irá acontecer. Assim a identidade não pode ser prevista, definida ou afirmada por aqueles que não estão neste meio.

Portanto, para nossa discussão temos as afirmações identitárias destes(as) jovens, que também já no capítulo anterior, nos inícios das entrevistas, afirmaram suas identidades e de suas comunidades. Como é caso quase comum nestes trechos até agora, em que a luta por território e a defesa da identidade cultural marcaram a infância destes(as) jovens. Como também iniciou estes(as) para a luta organizada.

Podemos perceber isso na fala de João (2017), em que ele descreve o movimento de resistência dos povos de sua comunidade contra os ataques cometidos pelo Estado, tanto na emancipação política do município quanto na construção da barragem, em que houve resistência e pessoas morreram defendendo o lugar em que corria o rio, segundo ele.

Em outro trecho da entrevista de João (2017), em que se manifestam elementos identitários em seu relato, temos uma passagem marcante para exemplificarmos como o campesinato brasileiro e as populações são tão marginalizadas e reféns da justiça brasileira, esta que tem cor, gênero e classe social. Assim apresentaremos esse exemplo da história de João (2017):

Meu pai e minha mãe sempre foram camponeses, minha família sempre foi da roça, a gente tinha nosso pedacinho de terra, mas só que em alguns momentos da vida, nesse tempo de seca do sertão, não é tudo que sempre dá e nem tudo sempre a gente tinha para poder alimentar o nosso povo. Antes de eu nascer, meu pai e minha mãe sempre tiveram algumas dificuldades. Meu pai além de trabalhar na roça mais minha mãe, ele trabalhou pra alguns fazendeiros, como a gente diz, “dia de macaco”, por que era um dia aqui e outro acolá, pra suprir as necessidades da família. Era uma das coisas que meu pai sempre fazia, aí uma vez meu pai fez uma empreita para um fazendeiro, e depois quando meu pai foi cobrar o dinheiro ao fazendeiro, ele inventou uma desculpa e disse que não iria dar o dinheiro todo ao meu pai, porque meu pai não tinha feito o trabalho todo, mas na verdade, meu pai tinha feito, né? Essa história, os fazendeiros inventam pra querer pisar mesmo na gente, porque nós sempre fomos oprimidos no decorrer da nossa história. E aí, uns poucos dias depois, meu pai, minha mãe, meus irmãos e minhas irmãs estavam trabalhando na roça, e a nossa casa, como se sabe, antigamente a uns 20, 25 anos atrás, a gente tinha casa e a casa não tinha fechadura, era amarrada com cordas essas coisas e tal, casa de taipa. E uma das coisas que aconteceu foi que ficou um irmão meu de 4 anos dormindo numa cama de vara, a casa era um pouco distante, meu pai mais minha mãe escutaram um tiro, meus irmãos também escutaram, meu pai viu que foi na direção da casa – eu ainda não era nascido, mas minha mãe estava grávida de mim. É quando meu pai mais minha mãe chegou na casa, viram que meu irmão de 4 anos estava morto, foi assassinado. E aí em meu pai e minha mãe começou a cair a ficha do porquê ocorreu aquilo, começaram a procurar a justiça, mas procuraram, investigaram, mandaram intimação pra esse fazendeiro, mandaram intimação pra fulano, pra outros, mas o que aconteceu foi que, como a gente já sabe, né? Sempre a justiça está do lado dos que se dizem imponderados por conta da questão financeira. Meu pai e minha mãe não tiveram condição de pagar advogado e essas coisas na época, então o que aconteceu foi isso, o assassino está impune, e gente nunca descobriu quem foi realmente, mas eu tenho certeza que foi aquele fazendeiro que fez isso, ele foi intimidado, e ainda pode ter rolado propina para delegado da época, eu

não sei bem dizer isso, mas meu pai associava muito uma coisa com a outra. Rolou várias investigações, teve várias testemunhas, e tinha um homem lá de perto de casa que bebia sempre, e bêbado, uma vez, ele falou que o fazendeiro tinha pagado pra matar meu irmão, só que as vezes o povo entendia que foi por conta da cachaça que ele fazia isso, mas por que ele tinha que fazer isso? Falar isso sabendo que nesse processo doloroso da gente camponesa, de uma criança, de um João? E aí meu pai e minha mãe foram obrigados a vender alguns pedacinhos de terra que tinham pra poder comprar uma casa na cidade, porque meu pai e minha mãe se preocupavam muito com a gente, e como minha mãe estava grávida de mim, ficou mais preocupada ainda, de como ela iria cuidar dos filhos dela, sabendo que os filhos dela estavam se arriscando ficando ali. Ela e meu pai então foram morar na cidade com a gente, e foi logo quando eu nasci. Ainda a gente tinha um pedacinho de terra e enquanto os filhos estudavam, meu pai e minha mãe iam pra roça, e nós nos finais de semana.

Minha mãe logo procurou o trabalho, arrumou um trabalho de gari, era um dinheiro miserável, mas era o que a gente tinha pra sobreviver também. Meu pai sempre trabalhou na roça, e logo quando eu tinha 3, 4 anos, meu pai começou a me levar pra roça, e eu era um dos filhos que ele mais gostava, levava pra roça e sempre me aconselhava, me dizia que eu tinha que assumir a minha identidade, ele dizia que não era pra ter vergonha do que eu era porque sou da roça e não posso negar isso. Então esse conflito que a gente teve com os fazendeiros, foi uma das coisas que arrancou a cultura do nosso povo, mas eu sempre fui da roça, sempre estivemos plantando, colhendo, mas sobre esta questão, a nossa família e o nosso povo sempre teve conflito. (João, 2017)

Este é um trecho da entrevista de João (2017) que remete a uma passagem trágica da vida de sua família, e que também evidencia a realidade do campo brasileiro, pois isso ainda é um fato comum. Já demos alguns exemplos na introdução da dissertação, em que colocamos os índices dos perversos assassinatos e atentados contra lideranças e ativistas do campo, além dos números de conflitos no campo. O caso do irmão de João (2017) é mais um dessa lista de massacres à população pobre do campo brasileiro.

Hoje em dia, ainda é muito comum o poder que certos latifundiários têm devido a riqueza que possuem. Temos como exemplo dentro do congresso nacional, a bancada ruralista (bancada do “boi”, da “bíblia” e da “bala”), uma bancada que incessantemente tenta barrar todos os avanços sociais defendidos pelos movimentos sociais.

Como já mencionamos antes, esse poder se produz na intenção da retirada da pequena agricultura do campo, fomentando o êxodo, assim como a remoção das populações originárias dos seus territórios, para aumentar mais ainda o território do agronegócio.

Outro exemplo dramático nos dá Marcos (2018), em que no momento da entrevista, enquanto relatava suas experiências com a Caravana Nacional de Luta Camponesa Clodomir de Moraes, ele ressaltou esse trecho para ilustrar as vivências que ele considerou marcantes. Assim, nas palavras dele:

Deixa eu pensar em mais uma experiência para ilustrar seu trabalho... ah, olha, teve uma vez no Piauí, em que a gente foi até uma comunidade chamada Primavera, no município de Santa Cruz do Piauí, nesse município tem duas fazendas de dois empresários fazendeiros, que inclusive saíram na lista suja do ministério do trabalho, porque nessas fazendas foram denunciados trabalhos análogos a escravidão. Nessa comunidade, era muito forte a saída dos homens das famílias para trabalhar nos carnaubais. A carnaúba é da família das palmeiras, dela se extrai a cera de carnaúba, cera que é muito utilizada pela indústria eletrônica, porque além de ser um lubrificante, ela resiste bastante ao calor, precisa de 80 a 90 graus para ela derreter, algo assim, né? Por isso, ela é muito usada em baterias de celulares, em aparelhos eletrônicos e, inclusive, essa cera é passada nas frutas, para não perderem a água quando são exportadas. No Piauí, o produto que mais contribui para o crescimento do PIB devido sua exportação é a carnaúba. Mas quando se olha para o primeiro trabalho, que é a retirada da matéria prima da natureza, vemos a situação degradante e precária dos trabalhadores. Eles são os que menos se beneficiam da carnaúba, eles vão para essas fazendas onde estão os carnaubais e ficam lá cerca de dois, três meses, recebem pouco em troca dos seus trabalhos, têm que produzir sua própria comida, a condição de onde eles dormem é desumana e o instrumento que eles usam é muito perigoso, é uma foice no formato de um anzol, quando eles jogam essa foice em cima da palmeira pra derrubar a carnaúba, a foice pode cair e acertar o trabalhador, há muitas histórias de pessoas que se machucaram bastante, até perderam membros, orelha, dedos, braço, enfim, é muito perigoso. Também, tem o perigo de encontrar animais peçonhentos, né? cobras, aranhas venenosas, pois no palheiro isso é muito comum. E aí, a gente assiste a juventude sem esperança nenhuma, porque o futuro deles é trabalhar nos carnaubais, ou irem para a cidade, pois não tem outra opção. E na cidade, sabemos muito bem o que acontece, em que o emprego mais provável para esses jovens pobres e do interior será o trabalho de pedreiro, uma profissão desvalorizada, em que terão que trabalhar muito para conseguir pelo menos ter uma casa, luz, água, e todas estas questões da vida moderna. Então, se tornou muito difícil de se trabalhar com esta juventude, e desafio maior tem sido fazer com que estes jovens entendam que eles devem lutar por políticas públicas, para que tenham a autonomia sobre esse território, pois estes carnaubais não foram plantados pelos fazendeiros, pois quando estes fazendeiros compraram, herdaram ou pegaram para si aquelas terras, as carnaúbas já estavam lá, então as comunidades poderiam muito bem beneficiar sozinhas a carnaúba, podendo ter uma agroindústria, uma cooperativa, algo que auxilie estes trabalhadores, mas enfim, hoje não existe essa possibilidade, nesse momento com o governo do jeito que está, em que no ano de 2017 o Brasil não teve nenhuma família reassentada pela reforma agrária, então é complicado. (Marcos, 2018)

Ao trabalhar com relatos de vida de militantes, através dos questionamentos das razões que fizeram com que estas pessoas se interessassem e se vinculassem ao MPA, observamos em seus relatos ao mesmo tempo, exemplos de como o Estado brasileiro negligencia os pobres do campo, não fornecendo assistência e também de como a justiça brasileira foi corrompida pelo interesse e a manutenção da propriedade privada.

E como afirmou Marcos (2018), na condição que estamos neste país, com as atuais retiradas de direitos sociais como a reforma de previdência, a reforma trabalhista, além da crescente onda de atentados e assassinatos contra lideranças de movimentos sociais, isso complica ainda mais a vida destes trabalhadores explorados.

Ainda sobre os ataques as populações rurais, Maria (2018)³² comenta sobre a atual conjuntura da situação política brasileira e como o MPA tem atuado em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais:

Infelizmente, o MPA como todos os movimentos sociais, temiam e sabiam do golpe, porém se acomodaram, estavam todos os movimentos de esquerda acomodados, e aconteceu o golpe contra o governo da presidenta Dilma, que para muitos foi pego como um susto, de surpresa, mas era uma coisa que já estava prevista desde que Dilma assumiu seu segundo mandato. Porém, o posicionamento do MPA agora, é sentar, conversar, qualificar, estimular, para que as massas possam se unir, principalmente o campo, porque as informações não chegam cem por cento lá né, e nossa luta agora é informar as pessoas da nossa atual conjuntura, informar é o nosso atual cenário político, como é que está sendo a verdade de fato, para que estas pessoas possam despertar e ir para as ruas, ocupar espaços públicos, plenárias de câmaras municipais, realmente participar do mundo político do município, do seu estado e do país. Uma das principais ferramentas para a difusão das informações que estamos tendo é a Rádio Camponesa de Ouricuri, que espalha sua frequência para todo o sertão, onde a gente passa informações duas vezes por semana. Estamos fazendo postagens nas mídias e redes sociais, em folders nas ruas, na zona rural estamos realizando oficinas de agitação e propaganda, e conversando mesmo com o homem e a mulher rural para que elas saibam das notícias cem por cento. O MPA de Pernambuco tem usado principalmente a Rádio Camponesa como ferramenta de repercussão das lutas, porque a família sertaneja sempre está conectada a um rádio, né? Mas também tivemos outras ações, como a ocupações de previdências sociais, ocupação de câmaras municipais, escrachos públicos, e atos nas ruas. Temos visto o resultado disso porque estamos tendo uma maior visibilidade, mas infelizmente esses retrocessos não foram revertidos.

³² Este relato faz parte da segunda fase da entrevista com Maria. Esta entrevista foi realizada a partir de áudios da rede social "WhatsApp", no dia 25 de julho de 2018.

Estamos ao mesmo tempo tendo uma visão maior do que representa esse golpe e a retirada dos nossos direitos, as pessoas também estão tendo uma visão maior da nossa luta, e isso é tem uma grande importância para o Movimento, porque nessas ocupações tivemos um saldo muito positivo, pois as pessoas realmente foram para as ruas, isso é muito importante e compensatório para nós. (Maria, 2018)

A partir destes exemplos, podemos constatar como o MPA se posiciona em defesa dos(as) trabalhadores(as) do campo, assim como, o que Maria (2018) nos relata como um dos problemas dos movimentos de esquerda, estes que já sabiam do golpe e não tomaram nenhuma iniciativa.

Neste relato, queremos destacar também como as agências sociais do Movimento estão atuando, formando militantes, e como esta massa de camponeses(as) buscam atuar no cenário político atual com ocupações de espaços públicos, assim como a difusão das informações por uma mídia própria do MPA.

Marcos (2018) também faz alguns apontamentos sobre a situação política brasileira, colocando sua indignação contra a prisão do ex-presidente Lula, afirmando que sua prisão seria uma farsa, uma manipulação dos poderes que dominam o Brasil. Segundo ele:

Referente aos fatos políticos recentes, nós do MPA não encontramos outra saída senão o lema “Lula livre”, a prisão do ex-presidente é uma farsa, ele é um preso político e nós acreditamos na defesa dele para garantir democracia do país, temos claro que ele está sendo acusado e preso injustamente, e temos prova disso. Eu acredito que os próximos dias serão cruciais para entendermos o futuro da nação, inclusive se terá eleições ou não. (Marcos, 2018)

Joana (2018)³³ como Maria (2018), também compartilha da opinião que a retirada da ex-presidenta Dilma foi um golpe, assim como, conta como se deram as ações do MPA na sua região no sentido de fortalecer os trabalhadores do campo:

O MPA, a partir dos últimos fatos políticos no país, tem se posicionado no sentido de seguir resistindo a esse golpe contra a presidenta Dilma, esse golpe foi a pior falta de vergonha e falta de respeito para com a classe trabalhadora, e nós enquanto Movimento nos posicionamos contra essa retirada de direitos, pois é o povo trabalhador que deve decidir o futuro do país, né? E esse golpe, ele foi uma tentativa bem-feita de calar nossa voz, mas não funcionou, porque ainda seguimos aqui, firmes e resistindo. Então temos esse posicionamento, somos

³³ Este relato faz parte da segunda fase da entrevista com Joana. Esta entrevista foi realizada a partir de áudios da rede social “WhatsApp”, no dia 25 de julho de 2018.

contra esse governo golpista e ele não representa a classe trabalhadora desse país.

Na minha região, temos atuado através de várias atividades, vários momentos de mobilizações, sentamos em reuniões para o planejamento das nossas ações contra esse golpe, né? Mobilizações com algumas parcerias de sindicatos, associações e demais movimentos sociais. Trabalhamos também com mutirões no sentido de conscientizar o povo da grande falácia que está acontecendo no nosso país, trabalhamos com as escolas de formação para informar e formar os militantes da juventude, promovemos também encontros estaduais para debater melhor essa temática, tão relevante para o entendimento desse golpe no país, com momentos de análise de conjuntura, para que de fato o povo entenda o contexto social que a estamos inseridos e para irmos sabendo o desafio que nos espera daqui pra frente. São essas as ações principais que estamos fazendo, ações no sentido de fortalecer a classe trabalhadora para continuarmos resistindo, né? Que é esse nosso principal objetivo, que o povo do campo resista diante das dificuldades que teremos futuramente. (Joana, 2018)

Ao analisarmos esse padrão de informações que se dá nestes relatos, em que aparece a defesa da democracia e opiniões contra a prisão de Lula e a retirada da presidenta Dilma (ambos do Partido dos Trabalhadores – PT), constatamos que isso seria algumas das ações principais do MPA neste momento. Em que há também, além dos exemplos de luta que colocamos acima, várias ações do Movimento afim de comunicar, fortalecer, qualificar, trazer políticas públicas, estimular a classe trabalhadora e o povo brasileiro para que sigam resistindo e lutem por seus direitos.

Para facilitar a exposição e as análises dos trechos de relatos de militantes que descrevem essas ações de resistência difundidas pelo MPA, traremos alguns relatos e em seguida incluiremos nossa análise:

Uma das questões atuais que o MPA tem colocado bastante, falando estrategicamente sobre a questão política, é que nós não podemos nos isolar enquanto movimento social, devemos estar integrados a outros movimentos, tanto movimentos camponeses, movimentos urbanos e, inclusive, movimentos internacionais. Nós hoje, compomos a Frente Brasil Popular com outros movimentos sociais e com partidos políticos do Brasil, a nível internacional, nós estamos na CLOC (Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo) da América Latina e na Via Campesina que é um organismo internacional. Como a nossa demanda principal hoje é o Plano Camponês, nossas parcerias, nossas alianças se dão a partir das aberturas que nos são dadas, quando algum político, quando algum outro movimento, quando alguma organização, uma instituição afirma a defesa do Plano Camponês, nós estamos com essa pessoa, com essa organização ou instituição, depende muito também, do nível e do interesse da defesa do Plano Camponês, mas a ideia geralmente é essa. (...) Temos em todo o Brasil acontecendo neste momento, o Mutirão da Esperança

Camponesa, que é um projeto do MPA para retomar o trabalho coletivo e a coletividade, projeto em que o MPA se volta às bases, para reafirmar o nosso projeto de país, reafirmar o nosso projeto político, econômico e social que é o Plano Camponês, e também para garantir que as pessoas participem dos debates sobre políticas públicas e para atingir estas políticas públicas, para afirmarmos um Estado democrático de direitos, né? Outra estratégia de defesa nossa, seria a questão da campanha nacional da semente, em que a semente é um patrimônio dos camponeses e camponesas do mundo, e não um produto comercial. Assim, o MPA organiza para que cada família camponesa adote pelo menos uma semente crioula, assim, as famílias voltam-se a produção e a armazenagem de grãos crioulos, de origens camponesas, sementes que não sejam híbridas, em que não careça o uso de veneno na sua produção, e nem sejam geneticamente modificadas, pois não queremos os camponeses nas mãos de empresas multinacionais que controlem o comércio de sementes. Essas são duas bandeiras principais que a gente defende e tem levado para a luta. (Marcos, 2018)

O MPA em si tem várias frentes de luta, as bandeiras de luta são bem diversas, tem a soberania alimentar que é justamente produzir o alimento de forma saudável, agroecológica, porque não é orgânico, até mesmo porque orgânico tem alguns venenos são permitidos por lei, pois o agronegócio pode qualquer desgraça. Então além de uma alimentação saudável, que é parte da soberania alimentar, da autonomia de produzir o que se comercializa e o que é para o consumo, pois se o camponês tiver que comprar sua comida seria um pouco contraditório, né? O MPA levanta também as bandeiras do feminismo, da igualdade de gênero, da LGBT, então é um combo, um conjunto de bandeiras que já vêm sendo levantadas por outros movimentos sociais. Dentro deste conjunto de lutas, o MPA se organiza em coletivos, o coletivo de cultura, o coletivo de gênero e alguns outros coletivos que auxiliam diretamente nas lutas que estão sendo travadas atualmente. Pois acho que o MPA busca justamente essa igualdade com todo mundo, essa coisa que as vezes é tida como uma utopia, mas que de certa forma é. (Antônio, 2017)

O MPA atua geralmente na zona rural, né? Com o homem do campo, com a mulher do campo, a criança do campo, mas falando pessoalmente, como militante do MPA Pernambuco, como militante do MPA Brasil, eu estou levando a nossa luta para a universidade também, porque temos na universidade vários filhos e filhas de camponeses que simplesmente se desligaram do campo, por isso na minha região, estamos tendo como prioridade os jovens universitários que saíram do campo. Recentemente decidimos a abertura de uma mesa redonda com dois cursos de agrárias da universidade, que são os cursos de Engenharia de Pesca e Agronomia, e nessa mesa redonda iremos debater a reforma agrária popular, pois queremos mesmo engajar esses jovens nessa discussão, como também da atual conjuntura do cenário político e das perspectivas desses cursos na zona rural. Acho ainda, que não devemos nos restringir somente ao campo, devemos ampliar nossas visões, temos que levar o debate do campo para a cidade e a da cidade para o campo, não tentar urbanizar o campo, mas, tentar a partir dos nossos estudos, a partir da nossa vivência na universidade, a partir dos nossos cursos, a partir da nossa militância,

tentar construir uma melhor qualidade de vida para o povo rural. (Maria, 2018)

O público alvo das reivindicações do MPA são pequenos e pequenas agricultoras, jovens camponeses, o povo do campo que é ligado a suas origens, ligado as suas raízes tradicionais, um povo que vive e produz no campo, né? Eu vejo isso como uma simbologia de resistência, de um povo que tem uma sede de garra, que quer ver a transformação da sociedade e do nosso campo, ver o nosso campo desenvolvido e todo o povo camponês impoderado, com o fortalecimento da sua autonomia e com a garantia dos seus direitos.

As principais lutas que o MPA vem pautando a nível regional são: a luta pela água encanada, a conquista da terra, das moradias camponesas, de tratores para as associações comunitárias, e a criação de diversos projetos, como o projeto da semente crioula, projetos para a apicultura como a casa de mel, projetos de cisternas para consumo e produção, a inserção de jovens nas universidades, que é um número que vem se ampliando, né? Cada vez mais a juventude do campo tem conquistado esses espaços, graças a deus eu sou uma dessas jovens a me inserir na universidade, graças a indicação do Movimento. (Joana, 2018)

Uma das coisas que o MPA também trouxe pra nós é a questão do êxodo rural, porque vários conhecidos e familiares nossos foram para cidades grandes, e a partir do momento que o MPA começou chegar na região, ele trouxe esta discussão, do resgate do nosso saber, e que a gente tem possibilidades de avançar, então uma das coisas que o MPA nos auxilia é a nossa retomada no campo, trazendo de volta a juventude para as comunidades, os sonhos que a juventude tinha esquecido, um sonho que a gente pode buscar realizar cada vez mais, o sonho do novo amanhã, e que a juventude não pode deixar essa chama da luta se apagar, que cada vez mais essa chama tem que ser reacendida e vai ser reacendida através do resgate de nossa cultura e trazendo nossos povos de volta pra a comunidade. Pois esta luta é nossa e temos que avançar, porque quem está acabando com nosso povo é muito maior do que a gente imagina. Então, estamos resistindo e temos que derrubar esse capital, temos que avançar, e acreditamos que o MPA é um movimento capaz, é um movimento que tem a clareza do novo, e que com isso o MPA vem trazendo o novo pra mim e pra muitos companheiros. E na lembrança dos companheiros e companheiras que tomaram nessa luta, os vários companheiros que foram assassinados, esse irmão meu, né? Muitos dizem que eu sou a reencarnação desse irmão meu, e eu acho que sou mesmo, e eu vim pra pedir justiça, pedir a paz e a liberdade do nosso povo. (João, 2017)

São muitos relatos e informações importantes que nos ajudarão sobremaneira e tecer nossa análise sobre o tema proposto. Primeiramente dentre eles, destacamos a questão colocada por Marcos (2018) sobre o trabalho que o MPA tem construído com os outros movimentos sociais, partidos políticos, organizações urbanas, frentes de luta, etc. Neste sentido, o compartilhamento de saberes e lutas dessas organizações, seria uma forma de fortalecer a luta dos movimentos sociais como o MPA,

assim como, demonstrar que este movimento em si não está afastado da sociedade brasileira.

Outro exemplo dado por Marcos (2018), em que menciona o projeto popular do MPA com o Mutirão da Esperança Camponesa, que tem a função de trabalhar diretamente com as populações rurais, conscientizando sobre as questões políticas do Movimento e resgatando a coletividade, que é uma forma de defesa importante para essas populações.

Outras formas de luta que o MPA tem trabalhado, descritas também por Antônio (2017), se dão na defesa da agroecologia e do conhecimento popular, em defesa das soberanias (hídrica, genética, alimentar, energética, territorial e cultural) para que permaneçam nas mãos das populações do campo e das comunidades culturais. Pois estes são elementos fundamentais para a manutenção da pequena agricultura e das populações rurais.

Completando esta ideia, Joana (2018) afirma que estas populações rurais necessitam de território, de água encanada, de moradias, maquinários para as comunidades, da manutenção das sementes, das construções de cisternas para armazenamento da água, de projetos de apicultura que está dando muito certo no sertão da Bahia e em outras regiões.

Sobre as ações concretas do MPA nas comunidades e como estes(as) militantes as observam, está nos programas³⁴ de inserção da juventude do campo nas universidades, que Maria (2018) e Joana (2018) relataram nas entrevistas. Podemos observar esta informação, pois tanto Maria, Joana e Antônio estão inseridos(as) em universidades devido a indicações do Movimento e através do PRONERA. Marcos é outro exemplo, ele cursou jornalismo na UFSM, mas seu ingresso se deu através do REUNI.

Sobre a crítica que Maria (2018) faz em relação a estudantes que são, de certa forma cooptados pela lógica capitalista, esquecendo de suas origens e se desligando do campo, temos como contraponto³⁵ os exemplos destes(as) militantes que citamos acima, que assim como o caso de Maria, passaram a frequentar um “novo” ambiente de troca de conhecimentos, e estes(as) não esqueceram suas raízes, nem suas origens.

De certa forma, pensando em uma lógica mais ampla, através de programas como o REUNI e o PRONERA, em que fomentaram a inserção de jovens pobres,

³⁴ Como exemplo o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária).

³⁵ Não queremos aqui confrontar o argumento de Maria, tampouco criticar as ações do MPA em seu município, simplesmente estamos colocando um adendo.

de diversas comunidades culturais, indígenas, quilombolas, jovens de periferia nas universidades públicas deste país, acreditamos que estes jovens dificilmente esqueceram suas realidades e suas origens.

Outra questão levantada por Antônio (2017), mas não menos importante que as demais até agora debatidas, se refere às discussões promovidas pelo MPA como a igualdade de gênero e as questões LGBTQ+, que dentro de um movimento social de massa que busca a igualdade de direitos sociais, estes debates têm que ser claramente tratados. Portanto, acreditamos que para a manutenção de um movimento social, este deve evoluir junto ao pensamento da sua comunidade, pois um movimento como o MPA deve ser o reflexo da pequena agricultura brasileira e não uma imposição para estas comunidades.

Consideramos a emergência dos debates de gênero e LGBTQ+, pois isto é uma questão fundamental para que o Movimento cumpra seu papel social e ético, trazendo a amplitude deste debate em todos os seus espaços, pois devemos combater o predomínio do patriarcado na política, nas comunidades e principalmente nas organizações sociais, explicitando dessa maneira a violência sofrida no campo e na cidade.

Para amarrar todas estas ações e propostas do MPA, temos um “tema chave” que complementa toda essa discussão, nos referimos ao êxodo rural, este que é um dos principais problemas do campo e das organizações do campo, e que, sem dúvida, as ações de movimentos como MPA buscam incessantemente o contrário, a permanência das populações nos seus territórios.

Este fato pode ser confirmado nos argumentos expostos anteriormente, em que a união de forças com outras organizações, as defesas das soberanias do território, das sementes, a implantação de projetos de coleta e armazenamento de água, de formação superior para a juventude do campo, da amplitude do debate da igualdade de gênero, de raça, étnica, e o confronto contra o patriarcado tem a função de ajudar a construir uma sociedade mais justa, igualitária, livre e com maiores condições de se viver bem no campo.

Existe um plano de ações construído pelo MPA, que é colocado por Marcos (2018), quando comenta sobre o “Plano Camponês”, que seria um projeto político amplo de atuação do Movimento para a pequena agricultura brasileira, um plano que extrapolaria o campesinato, sendo uma contribuição do MPA como parte de um projeto popular para o Brasil.

Segundo uma nota da Direção Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores, publicada na obra “Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos” (2013), afirma-se que:

Ao longo dos seus anos de existência e a partir do conjunto de estudos acerca do campesinato, das realidades concretas vividas, das especificidades camponesas e das perspectivas futuras, o Movimento dos Pequenos Agricultores tem a convicção de que a crítica é importante, assim como é imprescindível ter um projeto político claro para o campo, tal como nos propomos pela construção do Plano Camponês, cujo objetivo central é a garantia da produção e reprodução social camponesa. Este projeto político extrapola o campesinato, porque também se orienta pelas necessárias reflexões em torno da produção de alimentos saudáveis para o conjunto do povo brasileiro. Por conseguinte, o Plano Camponês está, com base na aplicação prática, vinculado ao conceito político de Soberania Alimentar. Nesse sentido, trata-se de um projeto político para o campo, que é parte de um projeto popular para o Brasil. (NEVES; MEDEIROS, 2013, p. 07)

Para melhor visualizarmos esse plano, traremos uma tabela da visão sistêmica desse plano, que foi construída pelo Movimento e vem sendo difundida e trabalhando com as populações do campo.

Tabela 2 – Visão sistêmica do Plano Camponês:

Plano Camponês	Produção	Sistemas Camp. de produção	sementes, oleaginosas, leite, agroflorestas, alimentos, adução verde e orgânica, etc.
		Agro industrias	leite, mel, mandioca, café, óleos, erva mate, derivados da cana, embutidos e defumados
		Desenhos Organizativos	grupo de base, associações, condomínios, cooperativas, grupos de consumidores
	Educação Formação	Escola	locais, contextualizadas, desenvolvimento local
		universidade informal	nossa realidade, acesso aos camponeses reuniões, debates, práticas, dias de campo, etc.
	Vida de Qualidade	moradia	casa, pomar, horta, sombra, jardim, auto estima, paiol, local de trabalho, ...
		esporte	futebol, vôlei, bochas, etc.
		cultura	teatro, musica, capoeira, mutirão, partilha, alimentos, conhecimentos novos,...
	Comunidade Camponesa	lazer saúde popular	festas, bailes, torneios, encontros, alimentação saudável, ervas, saneamento, formação nutricional, etc.
		Elos Unific.	alguma estrutura comunitária
		Fator de Resistência	escola na comunidade troca de dias de trabalho, mutirões comida é local, vinculada a cultura, modo de vida
		Alimentar	produzir de tudo um pouco
		Energética	sem veneno, buscando o equilíbrio ambiental Produção, controle e auto consumo de energia Mudança na matriz energética Biomassa, ventos, sol, biogás, etc.
	Soberania	Genética	Recuperar nossas sementes, raças e mudas
			Buscar técnicas de recuperação, armazenagem e melhoramento
		Hídrica	Divulgar as experiências já existentes
			Recuperar nossas nascentes
	Contradições	Territorial	Implementar técnicas de coleta e armazen. de água
			Desenvolver pequenos sistemas de irrigação
		Agronegócio	Recuperar as matas ciliar
Material e Imaterial			espaço de vida espaço produção espaço disputa
	Multinacionais		
	Latifundiários		
	Estado Brasileiro		

Fonte: (SILVA, 2009 apud SILVA, 2014 p. 61)

Em outro trecho da entrevista com Marcos (2018), ele nos dá mais informação sobre este plano para o campesinato, onde ele afirma que:

No Plano Camponês, definimos claramente a aliança entre campo e cidade, para a soberania alimentar dos povos, tanto os povos da cidade quanto aos povos do campo. Nós entendemos que a aliança com a cidade é muito importante, pois além de que nas cidades, na maioria das vezes, está a concentração do poder, tanto econômico quanto político, é muito importante também, devido a estarmos articulados com movimentos urbanos, para termos o contato com essa dinâmica social, suas reivindicações e suas lutas, para assim nos fortalecermos. (Marcos, 2018)

Tendo em vista esse Plano, e suas contribuições para o campesinato brasileiro, devemos retornar a um tema que já tratamos superficialmente, nos referimos ao debate do gênero e do papel fundamental das mulheres na produção e reprodução da vida no campo. Pois percebemos que neste Plano Camponês desenvolvido pelo MPA falta este debate, assim como o debate sobre o racismo, algo que é uma questão fundamental para discutir a formação do campesinato brasileiro.

Sobre isso, temos uma citação³⁶ reflexiva da Direção Nacional do MPA, que trata justamente da necessidade da libertação do campesinato das práticas, dos costumes e das tradições machistas e patriarcais. Segundo a Direção:

Na construção do Plano Camponês vimos refletindo sobre as diferentes formas de resistências e conquistas que estamos alcançando; vimos analisando os modos de participação nas lutas sociais e do dia a dia, processos nos quais a participação política e prática das mulheres tem sido de fundamental importância. Não há dúvida sobre a imprescindibilidade da atuação feminina para a reprodução social camponesa; mas há a necessidade de retirá-la da invisibilidade social. Dar visibilidade à condição de protagonista assumida pelas mulheres camponesas de todo o Brasil é assumir publicamente a necessidade de libertação do campesinato das práticas, dos costumes e das tradições machistas que, em sendo hegemônicas na sociedade, acabam por oprimir as mulheres e, pela cumplicidade das relações de poder aí em jogo, de certa forma também os homens. (NEVES; MEDEIROS, 2013, p. 07)

Para fechar esse raciocínio, afirmamos que o MPA vem atingindo e evoluindo estas discussões e construções coletivas a partir deste contato direto com outras organizações rurais e urbanas, assim como com as populações rurais e suas contradições e construções de conhecimento.

Para demonstrar a evolução das discussões de gênero dentro do MPA, temos como exemplo um relato de Irene Reis da Silva, recolhido no ano de 2016. Irene

³⁶ Esta citação também foi retirada da nota de esclarecimento publicada na obra "Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos" (2013),

esteve na formação do MPA no seu início, hoje ela é aposentada, mas ainda trabalha na agroindústria de pães de sua família. Quando foi questionada sobre o começo do MPA ela respondeu que:

Quando começou a história do MPA, foi uma história muito bonita, só que era uma história de muitos homens, o MPA no seu início era uma história, digamos assim, de homens, o movimento dos “pequenos agricultores”, e eu várias vezes, com muitas outras camponesas, falamos então que tinha que botar “Movimento dos pequenos Agricultores e Agricultoras”, né? Porque nós mulheres nesse início éramos muito poucas as que participavam, se podia contar quantas tinham, as mulheres ficavam em casa trabalhando, tirando o leite das vacas enquanto os homens iam participar, aí começamos a ver e sentir que estava se tornando um movimento machista, só que hoje já não vejo mais isso, vejo com outros olhos, vejo muito a participação das mulheres hoje, a participação de meninas jovens, então eu acho que isso mudou mesmo de uns 10 anos pra cá, começou a abrir assim os horizontes também para participação das mulheres. Eu acho que o que reduzia o número de mulheres nas reuniões e atos, era mesmo a necessidade de ter alguém pra ficar em casa, aí “então fica você mulher”, né? E acho que era assim, agora não vejo mais isso, vejo agora que muitos homens que as vezes não vão, e vai as mulheres participar, que é meu caso, meu esposo sempre participou, agora de uns 15, 20 anos pra cá ele disse: “a chega! Não quero mais! Não vou mais participar!”, mas nem por isso eu deixei de participar. (VAZ, 2016, p. 69-70)

Com esta citação queremos demonstrar como o MPA busca ampliar horizontes das suas discussões, e por ser um movimento social, o MPA é dinâmico, seu trabalho com as comunidades segue ampliando assim como suas discussões, porém há muito trabalho a ser feito ainda em relação ao combate do patriarcado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos este trabalho, e ao olharmos amplamente para todo o processo de feitura da dissertação, vemos como a questão da identidade se configura em um campo muito amplo de discussões. Suas formas e definições teóricas quando são contrapostas às comunidades culturais, tendem geralmente a nos surpreender com questões que não esperávamos.

Isso pode ser fruto do que as indicações teóricas nos avisaram, sendo a identidade uma construção coletiva, dinâmica, em que os sujeitos sociais optam, negociam frente a todas as questões de poder, sendo um jogo de escolhas e estratégias, sendo também resistência.

Acreditamos que, ao que queríamos provocar nesta dissertação, de certa forma atingimos nosso objetivo. Cremos que há muitas discussões que poderíamos propor para esta dissertação, porém, há algumas questões éticas que não podemos ultrapassar em relação a segurança de informações do MPA e dos(as) militantes.

Desta forma, dispomos assim o texto desta dissertação, em que no primeiro capítulo introdutório, iniciamos o debate com as afirmações conceituais sobre o campesinato, para melhor visualizarmos nosso objeto de pesquisa, abordando também aos vários processos que diferenciam esta forma de campesinato na América Latina.

Assim como, a descrição a minha trajetória, que deu a este trabalho um posicionamento em relação ao desenvolvimento da pesquisa e na percepção dos discursos dos(as) militantes do Movimento.

No segundo capítulo, descrevemos os processos históricos que deram vida ao Movimento dos Pequenos Agricultores. Este capítulo foi confeccionado para contextualizar este movimento social na nossa discussão, dando enfoque aos processos vividos e suas lutas sociais.

No terceiro capítulo, trouxemos a metodologia da História Oral e suas potencialidades na pesquisa e na construção de conhecimento, em que a partir desta, construímos em conjunto com as(os) militantes, os discursos que analisamos neste trabalho.

No quarto capítulo, amarramos nossas ideias referente as construções teóricas sobre movimentos sociais, identidade camponesa, memória coletiva, estas que se correlacionam na construção da identidade de um movimento de massa, assim como o movimento social que pesquisamos.

O quinto capítulo nos auxiliou na percepção e nas análises dos discursos dos(as) militantes, devido ao nosso aprofundamento sobre a questão da Semiótica, a ciência geral dos signos. Pois a partir destas análises pudemos perceber como os discursos são produzidos e devem ser percebidos a partir de seus contextos.

A partir do sexto capítulo, analisamos os discursos dos(as) militantes em que buscamos perceber as afirmações identitárias, as quais buscamos descrever seus aspectos coletivos e dinâmicos, assim como, reforçamos os processos históricos (escravidão, exploração colonial e capitalista da América Latina) que auxiliaram na formação deste campesinato que apresentamos e que se refletiu nos discursos.

Apesar de não darmos um resultado homogêneo para a identidade, algo que achamos não ser possível, chegamos ao final deste trabalho satisfeitos com o decorrer dele. Pois dentro do que queríamos, em afirmar como a discussão da identidade é atual, e como o papel da identidade é fundamental dentro das comunidades culturais, dentro das reivindicações coletivas, dentro da confrontação com a construção de um Estado Nacional homogêneo, somente por isto este trabalho já foi compensatório.

Mas no que se refere a produção de conhecimento que estávamos propostos a produzir, acreditamos que a História Oral pode contribuir muito para a produção de conhecimento, e divulgar/explicitar a voz de personagens como os(as) militantes do MPA, que vivenciaram várias opressões no campo.

Observamos também que, a partir da História Oral, estes relatos de vida ganham espaço no mundo acadêmico. Sabemos que isto simplesmente não é suficiente para que as correntes do colonialismo se quebrem, mas já é um passo.

Como uma consideração final, esta não vem no intuito de responder todas as inquietações que o texto provocou, ela estará produzindo a cada leitura uma nova interpretação, uma problemática, assim como, em seu futuro, certas afirmações feitas serão refutadas. E achamos totalmente válido isso.

Acreditamos ter levantado todas as críticas e as análises que propomos para este debate, mas, sabemos que futuramente irão surgir muitas outras, e esperamos que isso aconteça. Como também esperamos por parte dos leitores deste trabalho, que contribuam criticamente para uma melhor percepção do que a História Oral é capaz.

Como mencionamos nos capítulos anteriores, estas análises partem de uma pretensão da construção de um caminho metodológico da História Oral, que servira inicialmente para a construção da nossa dissertação, e que esperamos que este texto contribua para a pesquisa e a análise desta metodologia.

As experiências de vida destas pessoas, como os relatos que foram produzidos sobre suas vidas, não foram inteiramente expressados por estas linhas que antecederam as considerações finais. Mas esperamos que estes relatos sejam suficientes para alertar e dar exemplos das violências que os(as) camponeses(as), os(as) pobres, os povos indígenas, quilombolas e todas as sociedades subalternizadas sofrem.

Sabemos que o mundo rural é um espaço dinâmico, com muitas diferenças étnicas, e que invariavelmente estes povos acabam sendo oprimidos pelo capitalismo no campo, representado pelos latifundiários, fazendeiros, empresas do campo. Como também as violências raciais, étnicas, culturais, desta estrutura patriarcal e preconceituosa do colonialismo que ainda permanece. Assim como a violência aplicada por alguns que se dizem “intelectuais”, e que acabam usando do conhecimento produzido por estes invisibilizados para se elevarem academicamente, ou mesmo no mundo do trabalho.

Da mesma forma, estes que utilizam de teorias que “explicam tudo”, e acabam por botar todos os subalternos em uma mesma categoria analítica, homogeneizando, estes pesquisadores ainda continuam contribuindo com o etnocídio, excluindo os saberes que são produzidos pelos subalternos.

Enfim, este trabalho parte de uma indignação, que se tenta demonstrar a partir das nossas análises e que vem respondendo, ou ao menos tentando responder as questões identitárias, das comunidades camponesas do Movimento dos Pequenos Agricultores.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. 12ª Edição. São Paulo, HUCITEC, 2006.

BARTHES, Roland. Elementos de semiologia. Tradução de Izidoro Blikstein. 16. Ed. São Paulo. Cultrix, 2006.

BOGO, Ademar. Identidade e luta de classes. São Paulo; Expressão Popular, 2008.

BOM MEIHY, José C. S. Manual de História Oral. 4a ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Loyola, 2002.

CADONÁ, Célio Valdemar. Movimento dos Pequenos Agricultores: MPA o novo nasce das estradas. Dissertação (Curso de Mestrado em Educação nas Ciências) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). 2004.

CARNEIRO, Fernando Ferreira (Org.) Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde / Organização de Fernando Ferreira Carneiro, Lia Giraldo da Silva Augusto, Raquel Maria Rigotto, Karen Friedrich e André Campos Búrigo. - Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARRILLO, Alfonso Torres. Re Haciendo Memorias e Identidades: La reconstrucción colectiva de la historia con organizaciones populares. Encuentro Internacional de Historia Oral "Oralidad y Archivos de la Memoria" Organización: Colectivo Historia Oral y Asociación Pedagógica "APPTOS". Bogotá, Colombia, Mayo 5, 6 y 7 de 2005.

CARVALHO, Horácio Martins de. O Campesinato o Século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Via Campesina do Brasil, Curitiba/Brasília, novembro de 2004.

CPT. Conflitos no Campo – Brasil 2016 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade - Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2016. 232 páginas.

CPT. Conflitos no Campo – Brasil 2017 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade - Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2017. 280 páginas.

DA ROS, César Augusto. As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002). 2006. 477f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro, 2006. 477 f.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Tradução de Renato da Silveira. Salvador, EDUFBA, 2008.

GALEANO, Eduardo H. As veias abertas da América Latina. Tradução de Sergio Faraco - Coleção L&PM Pocket v. 900 - 400 páginas – Porto Alegre, RS – 2015

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, set./dez. 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n54/03.pdf>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2019.

GÖRGEN, Frei Sérgio. A resistência dos pequenos gigantes: a luta e a organização dos pequenos agricultores. Petrópolis: Vozes, 1998.

HALBWACHS, Maurice. A Memória coletiva. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.

HURTADO, Lorenzo Muelas. “La fuerza de la gente. Juntando recuerdos sobre la terrajería en Guambía, Colombia.” Bogotá, Colombia. Instituto Colombiano de Antropología e Historia – ICANH, febrero 2005.

LISBOA, Armando de Melo. De América a Abya Yala: Semiótica da descolonização. v. 23. n. 53/2. p. 501-531. R. Educ. Públ. Cuiabá. maio/ago. 2014.

MATTOS, Hebe. História e Movimentos Sociais. In. Novos Domínios da História – organizadores Ciro Flamarion, Cardoso Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro. Elsevier, 2012.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. 6.ed. Tradução de Cláudia F. Falluh Baldulino Ferreira. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília DF: NEAD, 2010.

MIGNOLO, Walter D. “El potencial epistemológico de la historia oral: algunas contribuciones de Silvia Rivera Cusicanqui” en: Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002.

_____. Desobediência Epistêmica: a Opção Descolonial e o Significado De Identidade em Política. Traduzido por: Ângela Lopes Norte. Duke University, Universidad Andina Simón Bolívar. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In. Novos Domínios da História – organizadores Ciro Flamarion, Cardoso Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro. Elsevier, 2012.

NEVES, Delma Pessanha. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos / Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros (Organizadoras). Niterói: Alternativa, 2013.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política. 289f. Tese (Doutorado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000.

RAMPINELLI, W. J. . A Revolução Mexicana: seu alcance regional, precursores, a luta de classes e a relação com os povos indígenas. Revista Espaço Acadêmico (UEM), v. 126, p. 90-107, 2011.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. 1a ed. Buenos Aires, Tinta Limón, 2010.

_____. El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia en: Voces Recobradas, Revista de Historia Oral - año 8 - nº 21. Buenos Aires. Instituto Histórico de la Ciudad de Buenos Aires, Juño 2006.

_____. Experiencias de montaje creativo: de la historia oral a la imagen en movimiento ¿Quién escribe la historia oral? Artículo publicado originalmente en "Violencias (re) encubiertas en Bolivia" (2010) donde se reúnen escritos de la autora elaborados entre 1990 y 1999. 2012.

_____. Sociología de la imagen: Miradas ch'ixi desde la historia andina: ensayos. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Tinta Limón, 2015.

SANTOS, Boaventura de S. "Epistemologías del Sur" in. Utopía y Praxis Latinoamericana / Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social / CESA – FCES – Universidad del Zulia. Maracaibo-Venezuela, Julio-Septiembre, 2011. Pp. 17 – 39.

SCHILLING, Flávia. Memória da resistência ou a resistência como construção da memória. In: PADRÓS, Enrique Serra et al. (Orgs.). Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. 2. ed. Porto Alegre: Corag, 2010.

SILVA, Valter Israel. Classe camponesa: modo de ser, de viver e de produzir. Porto Alegre: Instituto Cultural Padre Josimo, 2014.

TARROW, Sidney. El poder en movimiento: Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política. Madrid, Alianza, 1997.

VAZ, Jeferson Martins. Movimento dos Pequenos Agricultores do Brasil: A construção da Identidade Camponesa (1996-2013). 89p. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em História - América Latina) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu, 2016.

VICH, Víctor. ZAVALA, Virginia. Oralidad y poder: herramientas metodológicas. Bogotá, Colombia. Grupo Editorial Norma, 2004.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, conocimientos y decolonialidad. In. Signo y Pensamiento. P.46. Volumen XXIV. R. Perspectivas y Convergencias, Ecuador, enero - junio 2005.

Site do MPA de Espírito Santo. Disponível em: <<https://mpabrasiles.wordpress.com/nossa-historia/>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2019.

Primera Declaración De La Selva Lacandona. Comandancia General del EZLN. Año de 1993, México. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1993.htm>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2019.

Documentário no Youtube: “Giacomet Marodin - Uma História de Violência e Devastação”
Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=c2ZUf-NJOIU>> Acesso em: 10 de fevereiro 2019.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA). Site nacional do movimento.
Disponível em: <<http://www.mpabrasil.org.br/>> Acesso em: Acesso em: 10 de fevereiro 2019.

ANEXOS:

ANEXO 1: ENTREVISTA COM ANTÔNIO

Dia 3 de abril de 2017, na escola de formação de dirigentes do Movimento dos Pequenos Agricultores, em Salvador - BA.

Me chamo Antônio, moro no município de Alagoa Nova da Paraíba, onde atualmente estou realizando uma graduação em História. Sou do interior paraibano, em uma comunidade em que aconteceu um processo de reforma territorial, uma divisão das terras de um grande engenho de cana de açúcar. Minha família sempre morou em terras de engenho, eles trabalhavam para os donos de um engenho obviamente. Em 1987 aconteceu uma espécie de reforma, em que o sindicato local reivindicou o direito de terra aos trabalhadores e, conforme a quantidade de anos trabalhados foram divididas as terras para cada trabalhador. Meu pai e minha mãe que trabalhavam ali há mais de 30 anos e acabaram adquirindo esse pedaço de terra onde nós vivemos, onde eu nasci e moro até hoje.

Não tenho certeza absoluta do porquê se deu essa partilha, mas acho que é fruto das lutas das Ligas Camponesas que começaram no final dos anos 1950, lá no eixo Paraíba e Pernambuco. Porém, em Alagoa Nova, isso veio acontecer já na segunda metade da década de 1980, entendesse?! Nessa época, foi um advogado que foi em busca do sindicato, pois ele estava fazendo um trabalho lá nessa área, não sei se ele tinha conhecimento das Ligas Camponesas e tal, sei que ele lutou, reivindicou e aconteceu justamente isso.

Depois que aconteceu essa reforma, eu nem era nascido ainda, pois isso aconteceu em 1987 e eu nasci em 1995, assim já fazia um tempo que tinha acontecido. Quando eu fui crescendo, foi quando eu tive muito contato com associações, já que ali, depois foram implantadas algumas associações de moradores e que a ideia era justamente incentivar a produção em suas propriedades, porque quando eles dividiram as terras, os trabalhadores ainda continuaram trabalhando para o engenho. Antes eles não poderiam produzir na terra que era do engenho, caso quisessem produzir, tinham que arrendar ou pagar foro, o foro é tipo um aluguel. Porque se você quisesse produzir algo na terra do senhor de engenho e você morasse lá, primeiramente teria que trabalhar para ele, e se você quisesse plantar algo pra você nessas terras, você teria que pagar um foro. Também tinha as meias, que seriam tipo assim, você faz um roçado e metade de tudo que você lucrar vai ser do dono de engenho. Assim, quando estes trabalhadores adquiriram a terra,

eles ainda continuaram trabalhando no engenho, mesmo já tendo suas terras. Por isso, foram criadas associações, acho que foi em 1987 mesmo, e nesses grupos aconteciam mutirões, pois se tinha uma boa quantidade de gente para isso, assim eles trabalhavam na terra de cada um. Porém, com o tempo, o que me provocou a repensar em me envolver com essas associações, foi a questão do êxodo na minha região, isso me desesperava, porque lá nesses 30 anos, acho que não resta mais de um terço da galera que tinha antes. Tinha um pessoal que adquiriu sua terra naquela época e vendeu, sei lá, foi pra cidade, nos últimos 20 anos em que tenho observado, tendo em vista também que este êxodo não aconteceu só na minha comunidade, mas em várias, a cidade nesses 20 anos cresceu muito devido a essa migração, algo assustador, e junto a isso veio um monte de problemas sociais. Eu mesmo moleque, sei lá com 13, 14 anos, eu era envolvido com a igreja, lá tive a oportunidade de ver muito isso, com os catequistas visitava as comunidades e os bairros e eu comecei a perceber aquilo, em que toda a galera que estava na periferia da cidade, nos cantos mais brutos mesmo, era a galera que veio do sítio, e eu ficava me perguntando o que aconteceu para essa galera estar saindo de lá. Então, minha cisma era justamente isso, eu ficava pensando que se o sítio todo for pra cidade então quem é que vai produzir os alimentos? Ainda muito leigo na época, não é a mesma cabeça que tenho hoje, mas isso me provocava, aí me envolvi com uma associação em que tive algumas divergências. Hoje, acredito que esse êxodo seja também culpa da corrupção de algumas associações, porque algumas destas funcionavam da seguinte forma, algumas pessoas que adquiriram terra e fizeram sua associação com seus vizinhos, faziam com que os outros membros desta associação auxiliassem mais algumas pessoas que outras, logo se o presidente da associação era de tal família, os membros trabalhavam em função desta família. Aconteceu muito isso, pois nesta associação que me envolvi, aquela comunidade trabalhava em forma de espiral em torno da família do presidente e o que você vê hoje depois de 30 anos, pessoas que eram iguais, que trabalhavam no engenho, em que era todo mundo igual, e por que 30 anos depois uma família ascendeu completamente e algumas pessoas estão ainda miseráveis? Lá eu vi isso 'nu e cru' mesmo, assim na íntegra, lá dentro o presidente era filho do fundador, mas antes dele ser presidente, foi a irmã dele, antes da irmã dele foi a mãe, que sucedeu o pai. Nos mutirões aconteceram muitas coisas também, tive divergências lá e acabei indo para outras associações, em que a ideia justamente de manter o homem do campo no campo e despertar a juventude para permanecer lá. Eu falo como jovem do campo também, pois somos educados a quando fazer 18 anos sair para cidade ou para o sudeste do Brasil, hoje ainda rola muito isso no Nordeste, de que trabalhar no

sítio não tem condição, somos educados a não ter interesse. Eu ficava muito preocupado com estas questões, por isso eu fui para outras associações que trabalham de uma forma bem diferente, hoje estou em duas na verdade, uma de produtores rurais e outra só de jovens do campo. A associação de produtores rurais como a maioria das associações, está muito envelhecida, ou seja, você não vê jovens, por isso tem uma só para jovens, hoje essa associação de jovens virou uma base do MPA.

O meu contato com o MPA surgiu a partir dessa associação, ainda faz pouco tempo que estou nela, mas foi dessa associação de jovens que tive meu primeiro contato. Hoje, estamos fazendo um trabalho com técnicas de desenvolvimento no campo para tentar manter essa galera no campo e junto as técnicas de desenvolvimento, que acabam sendo atraentes para esse pessoal, trabalhamos com oficinas de música, para unir o útil ao agradável e despertar o interesse desses jovens pelo campo. Eu acho que em 6 meses que estamos realizando esse trabalho, já estamos tendo um resultado muito bom, porque com os jovens que você conversava há 6 meses atrás não tinham o mínimo interesse de permanecer no sítio, agora tem muitos que já têm, valorizam esse contato, entendem esse cuidado em estar mantendo os jovens no campo e isso tem sido muito gratificante. Estamos ainda com a oficina de violão, mas iremos fazer a oficina de teatro assim que voltarmos pra lá, iremos visitar as escolas, as associações rurais, para discutir sobre o êxodo rural mesmo, a única pena é que ainda é muita coisa para poucas pessoas, porque muitas dessas pessoas da minha região acabaram perdendo a fé nas associações, justamente por causa do motivo que eu te falei antes, de centralizar o poder, pois isso é muito perigoso, mas na medida que os resultados estão vindo a gente está conquistando novas pessoas.

Para mim, o MPA como o próprio nome já diz, né? Movimento dos Pequenos Agricultores, é o trabalho destes pequenos agricultores nas questões como a agroecologia, pois com o resgate desse conhecimento, o MPA busca a permanência da família camponesa no campo, cultivando o campo, vivendo do campo e de forma saudável e com todos os seus direitos garantidos. A questão dos direitos que são roubados dos pequenos é uma das coisas que incomoda demais, pois somos a galera que alimenta todo mundo e a que menos é valorizada, digamos assim. E até um tempo atrás alguns amigos meus se sentiam envergonhados por dizer que eram do campo, eu penso assim: sou eu quem planto, quem produz alimento para a cidade e aí eu quem sou menos valorizado, porquê? A vida dessas pessoas depende de mim, dos trabalhadores do campo, e isso acontece com muita gente.

Faz pouco tempo que o MPA chegou na minha comunidade, mas já vem tendo bons resultados. Antes a galera dizia que não tinha chance de viver no campo, então o jeito que tinha era se filiando em associações, só que aí a associação não dava a assistência que se precisava, alguns sindicatos não sei nem para que servem, então acabou alimentando a falta de fé e aumentando o êxodo. Só que agora vindo esse Movimento, vindo as escolas de brigadistas, as escolas sobre essa questão de memórias de luta, a valorização do camponês, isso é essencial pra nós, como também com a questão das políticas públicas. Meu município é pequeno com cerca de 20 mil habitantes e sua organização política está meio que a do século XIX ainda, pois o vereador que está hoje, há 40 anos atrás, era o avô dele quem era o vereador, mas a consciência política do povo já está mudando, ainda somos educados a não gostar de política, mas a política engloba tudo, a questão social, a saúde, de uma pessoa estar se preocupando com a outra, por exemplo eu poderia produzir alimento com veneno só pela questão de dinheiro, mas o MPA busca conscientizar isso, que o camponês tem que fazer chegar o alimento saudável no consumidor e não só pelo dinheiro, pois nos preocupamos também com o consumidor.

Por enquanto, o MPA tem executado esse trabalho que eu falei pra você dos jovens, do desenvolvimento do campo, que já é um passo gigante e acho que em um período bem curto de tempo vai começar os mutirões da esperança camponesa, que o próprio nome mutirões da esperança tem essa função de incentivo pra galera que perdeu a fé, né? Junto com os trabalhos de base nas escolas e em associações, para fortalecer isso, e o trabalho é esse.

Como ainda sou leigo com a história do MPA e seus projetos, estou estudando mais sobre isso, mas o que posso dizer é que ao longo desses 20 anos de existência, a influência direta do MPA e dos movimentos sociais que se fazem na rua mesmo, com trabalho de base, com protestos, até com alianças políticas partidárias digamos assim, não diretamente, mas com pessoas que já têm esse histórico de luta social, então sempre de alguma forma acaba interferindo muito nas políticas públicas. Hoje, infelizmente, estamos perdendo essa visibilidade com o governo e devemos lutar para colocarmos lá uma bancada que veja os movimentos sociais.

O MPA em si tem várias frentes de luta, as bandeiras de luta são bem diversas, tem a soberania alimentar que é justamente produzir o alimento de forma saudável, agroecológica, porque não é orgânico, até mesmo porque orgânico tem alguns venenos são permitidos por lei, pois o agronegócio pode qualquer desgraça. Então além de uma alimentação saudável, que é parte da soberania alimentar, da autonomia de produzir

o que se comercializa e o que é para o consumo, pois se o camponês tiver que comprar sua comida seria um pouco contraditório, né? O MPA levanta também as bandeiras do feminismo, da igualdade de gênero, da LGBT, então é um combo, um conjunto de bandeiras que já vêm sendo levantadas por outros movimentos sociais. Dentro deste conjunto de lutas, o MPA se organiza em coletivos, o coletivo de cultura, o coletivo de gênero e alguns outros coletivos que auxiliam diretamente nas lutas que estão sendo travadas atualmente. Pois acho que o MPA busca justamente essa igualdade com todo mundo, essa coisa que as vezes é tida como uma utopia, mas que de certa forma é.

ANEXO 2: ENTREVISTA COM MARCOS

Dia 27 de maio de 2018, Salvador, Bahia.

Meu nome é Marcos, sou de uma cidade do noroeste gaúcho, chamada Panambi, ela tem por característica principal a colonização de alemães. É uma cidade que tem boa parte da sua economia baseada no agronegócio, e outra parte bem significativa em empresas do polo metal mecânico.

Na rua da cidade em que nasci, era bem engraçado, porque no meu bairro tinha uma empresa de um lado da rua e do outro lado era uma lavoura e um potreiro, uma cidadezinha do interior mesmo. Nessa cidade meus pais moravam desde que eu nasci, só que eles eram do campo, cresceram e se criaram no campo e, no êxodo rural dos anos 80, eles foram pra cidade. Eu estudei em uma escola do interior, na linha Brasil chamada Herlon Fauliber, e fiquei até a 4ª série lá. Depois, nos mudamos dessa rua e fomos para um bairro com mais moradores, mais vizinhos. Eu lembro que neste bairro tinha muitos terrenos baldios e meu pai, como não tinha abandonado os laços com a terra, pedia licença para os donos dessas terras e plantava mandioca, milho, abóbora, melancia, feijão, essas coisas.

O primeiro contato que tive com os movimentos sociais, foi quando entrei na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), do campus Frederico Wesfalen, para cursar jornalismo. Meu ingresso à essa universidade foi através do REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), então eu já venho de uma geração de jovens que tiveram acesso à universidade pública né? Eu faço parte desse bum de jovens que foram para as universidades públicas no Brasil. Logo quando eu entrei na universidade, comecei a fazer parte do DCE, que é o Diretório Central dos Estudantes, esse diretório tinha um viés mais de esquerda, vinculado aos movimentos sociais.

No ano de 2016, quando ocupamos o prédio da TV da cidade, para não passar no Congresso a PEC-55, que é a PEC do congelamento dos gastos públicos por 20 anos, nessa ocasião o MPA foi um grande parceiro nosso, cedeu a alimentação, uma alimentação maravilhosa, melhor inclusive que a do apartamento em que eu morava. O MPA ajudou inclusive nos debates mais políticos, para nós entendermos o que significava esse golpe no Brasil, né? Pois a gente já tinha uma construção disso, mas não tinha a didática necessária para passar para os outros estudantes, assim, a partir do MPA, que conseguimos repercutir essa construção. Na verdade, eu tive outros contatos com o MPA, pois fui com este Movimento para o III Acampamento da Juventude do Levante Popular da

Juventude, em Belo Horizonte, porém o vínculo político com o Movimento aumentou mesmo na ocupação da universidade.

Depois disso, o MPA me convidou para algumas formações, eu fui e acabei gostando. A direção estadual do MPA me convidou para a Escola da Memória que aconteceu no ano passado (2017), aqui em Salvador, e eu vim participar. Aqui fiquei sabendo sobre a Caravana, aí solicitei ao meu dirigente estadual uma resposta sobre minha possível participação na Caravana, ele me falou que tudo bem, assim entrei na Caravana.

Hoje acredito que os movimentos populares como um todo, são muito importantes porque vêm de demandas concretas da sociedade, e os camponeses sempre foram desassistidos das políticas públicas para o campo, né? Nesse sentido, eu acho que o Movimento dos Pequenos Agricultores vem afirmar a classe camponesa e isso é seu papel principal e mais importante, pois, uma vez que a classe se reconhece enquanto classe, ela entende a importância da luta organizada, e o Movimento dos Pequenos Agricultores tem um método organizativo muito interessante, que vale a pena se prestar atenção, inclusive isso convém para outros movimentos sociais. Por isso, eu acho que o Movimento dos Pequenos Agricultores é conhecido no Brasil todo por ser um movimento com um método organizativo que dá muito certo.

Primeiramente, enquanto Movimento, temos que saber quais são nossos inimigos, contra o que lutamos. Assim, para nós camponeses, o nosso inimigo principal é o capitalismo, ele se veste de agronegócio, né? Usa veneno na sua produção, possui monoculturas gigantescas, exporta produtos brutos como a soja, o milho sem beneficiamento e toda essa questão, assim, acho que nosso principal inimigo é esse, e, uma vez definido o inimigo, a gente levanta nossas bandeiras de luta. Em que a nossa principal construção política, econômica e social é o Plano Camponês, que é um plano para o campesinato brasileiro que abarca desde a produção de alimentos, a comercialização, até a qualidade de vida para os camponeses e camponesas.

O MPA hoje, até onde eu tenho entendimento, está em 19 estados do Brasil, organizado de maneira distinta em cada um desses estados, né? Começamos lá no Rio Grande do Sul em 1996, com a grande seca, que destruiu a produção dos pequenos agricultores, fragilizando muito esta região, assim como o Brasil todo, pois logo após seu nascimento ele se alastrou por várias regiões do país.

No Plano Camponês, definimos claramente a aliança entre campo e cidade, para a soberania alimentar dos povos, tanto os povos da cidade quanto aos povos do campo. Nós entendemos que a aliança com a cidade é muito importante, pois além de que

nas cidades, na maioria das vezes, está a concentração do poder, tanto econômico quanto político, é muito importante também, devido a estarmos articulados com movimentos urbanos, para termos o contato com essa dinâmica social, suas reivindicações e suas lutas, para assim nos fortalecermos.

Acredito que a identidade do homem e da mulher do campo é uma construção bastante profunda, né? Porque na maioria das pessoas que moram nos centros urbanos e eram do interior, ainda permanece essa identidade. Para mim, a principal característica dos camponeses e das camponesas, é viver no campo, produzir sua riqueza, seus alimentos e bens de consumo, a partir do trabalho na terra, e que têm na comercialização dos alimentos, uma produção de renda para complementar sua subsistência.

Uma das questões atuais que o MPA tem colocado bastante, falando estrategicamente sobre a questão política, é que nós não podemos nos isolar enquanto movimento social, devemos estar integrados a outros movimentos, tanto movimentos camponeses, movimentos urbanos e, inclusive, movimentos internacionais. Nós hoje, compomos a Frente Brasil Popular com outros movimentos sociais e com partidos políticos do Brasil, a nível internacional, nós estamos na CLOC (Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo) da América Latina e na Via Campesina que é um organismo internacional. Como a nossa demanda principal hoje é o Plano Camponês, nossas parcerias, nossas alianças se dão a partir das aberturas que nos são dadas, quando algum político, quando algum outro movimento, quando alguma organização, uma instituição afirma a defesa do Plano Camponês, nós estamos com essa pessoa, com essa organização ou instituição, depende muito também, do nível e do interesse da defesa do Plano Camponês, mas a ideia geralmente é essa.

Referente aos fatos políticos recentes, nós do MPA não encontramos outra saída senão o lema “Lula livre”, a prisão do ex-presidente é uma farsa, ele é um preso político e nós acreditamos na defesa dele para garantir democracia do país, temos claro que ele está sendo acusado e preso injustamente, e temos prova disso. Eu acredito que os próximos dias serão cruciais para entendermos o futuro da nação, inclusive se terá eleições ou não. Por isso também, a questão de não se isolar, né? Porque realmente a conjuntura não é das mais agradáveis, e a solução que encontramos nesse momento para o Brasil é afirmar a candidatura do Lula à presidência.

Temos em todo o Brasil acontecendo neste momento, o Mutirão da Esperança Camponesa, que é um projeto do MPA para retomar o trabalho coletivo e a

coletividade, projeto em que o MPA se volta às bases, para reafirmar o nosso projeto de país, reafirmar o nosso projeto político, econômico e social que é o Plano Camponês, e também para garantir que as pessoas participem dos debates sobre políticas públicas e para atingir estas políticas públicas, para afirmarmos um Estado democrático de direitos, né? Outra estratégia de defesa nossa, seria a questão da campanha nacional da semente, em que a semente é um patrimônio dos camponeses e camponesas do mundo, e não um produto comercial. Assim, o MPA organiza para que cada família camponesa adote pelo menos uma semente crioula, assim, as famílias voltam-se a produção e a armazenagem de grãos crioulos, de origens camponesas, sementes que não sejam híbridas, em que não careça o uso de veneno na sua produção, e nem sejam geneticamente modificadas, pois não queremos os camponeses nas mãos de empresas multinacionais que controlem o comércio de sementes. Essas são duas bandeiras principais que a gente defende e tem levado para a luta.

A Caravana Nacional de Luta Camponesa Clodomir de Moraes, tem dois objetivos muito específicos, o primeiro seria animar a juventude que a gente encontra nas comunidades camponesas, nas cidades, centros urbanos, por todos os lugares onde a gente vai, e o outro objetivo é formar a militância que faz parte da Caravana, que somos eu e mais cinco companheiros e companheiras. Então a ideia é exatamente essa, e nós usamos do teatro, da mística, da poesia, da música, das intervenções, da identidade visual do próprio Movimento, e também da troca de experiências com o povo, assim temos usado esses recursos para passar essa mensagem de unidade e disciplina, que eu acho que são muito importantes para a esquerda nesse momento, unidade e disciplina.

Minha participação na Caravana tem sido uma onda, acho que está sendo muito importante pra minha formação, não sei se eu consigo realmente definir o que tem sido essa experiência enquanto eu atravesso por ela, mas acho que daqui a alguns anos eu vou olhar pra trás e dizer como realmente valeu muito a pena, porque mais do que conhecer as bases do MPA, eu tenho me reconhecido em muitos desses lugares em que temos passado, e isso é muito importante para afirmar a minha identidade enquanto classe trabalhadora, porque sou oriundo de uma família que é da classe trabalhadora desse país.

Dentro desse processo da Caravana, algo que me marcou bastante, política e ideologicamente falando, foi que eu percebi que a escravidão nesse país ainda não acabou, o que acontece é que há um tapamento, uma simulação de que nós estamos vivendo em uma democracia e que os trabalhadores do Brasil atingiram seus direitos, temos a reforma trabalhista que está aí para reafirmar isso que estou falando. Nós vivemos ainda

em uma escravidão ferrenha, e vamos precisar de muito trabalho de base para que as pessoas entendam que a escravidão precisa acabar e que a elite precisa desaparecer para termos realmente uma igualdade social no Brasil.

Deixa eu pensar em mais uma experiência para ilustrar seu trabalho... ah, olha, teve uma vez no Piauí, em que a gente foi até uma comunidade chamada Primavera, no município de Santa Cruz do Piauí, nesse município tem duas fazendas de dois empresários fazendeiros, que inclusive saíram na lista suja do ministério do trabalho, porque nessas fazendas foram denunciados trabalhos análogos a escravidão. Nessa comunidade era muito forte a saída dos homens das famílias para trabalhar nos carnaubais. A carnaúba é da família das palmeiras, dela se extrai a cera de carnaúba, cera que é muito utilizada pela indústria eletrônica, porque além de ser um lubrificante, ela resiste bastante ao calor, precisa de 80 a 90 graus para ela derreter, algo assim, né? Por isso ela é muito usada em baterias de celulares, em aparelhos eletrônicos e, inclusive, essa cera é passada nas frutas, para não perderem a água quando são exportadas. No Piauí, o produto que mais contribui para o crescimento do PIB devido sua exportação é a carnaúba. Mas quando se olha para o primeiro trabalho, que é a retirada da matéria prima da natureza, vemos a situação degradante e precária dos trabalhadores. Eles são os que menos se beneficiam da carnaúba, eles vão para essas fazendas onde estão os carnaubais e ficam lá cerca de dois, três meses, recebem pouco em troca dos seus trabalhos, têm que produzir sua própria comida, a condição de onde eles dormem é desumana e o instrumento que eles usam é muito perigoso, é uma foice no formato de um anzol, quando eles jogam essa foice em cima da palmeira pra derrubar a carnaúba, a foice pode cair e acertar o trabalhador, há muitas histórias de pessoas que se machucaram bastante, até perderam membros, orelha, dedos, braço, enfim, é muito perigoso. Também, tem o perigo de encontrar animais peçonhentos, né? Cobras, aranhas venenosas, pois no palheiro isso é muito comum. E aí, a gente assiste a juventude sem esperança nenhuma, porque o futuro deles é trabalhar nos carnaubais, ou irem para a cidade, pois não tem outra opção. E na cidade, sabemos muito bem o que acontece, em que o emprego mais provável para esses jovens pobres e do interior será o trabalho de pedreiro, uma profissão desvalorizada, em que terão que trabalhar muito para conseguir pelo menos ter uma casa, luz, água, e todas estas questões da vida moderna. Então, se tornou muito difícil de se trabalhar com esta juventude, e desafio maior tem sido fazer com que estes jovens entendam que eles devem lutar por políticas públicas, para que tenham a autonomia sobre esse território, pois estes carnaubais não foram plantados pelos fazendeiros, pois quando estes fazendeiros compraram, herdaram ou pegaram para si

aquelas terras, as carnaúbas já estavam lá, então as comunidades poderiam muito bem beneficiar sozinhas a carnaúba, podendo ter uma agroindústria, uma cooperativa, algo que auxilie estes trabalhadores, mas enfim, hoje não existe essa possibilidade, nesse momento com o governo do jeito que está, em que no ano de 2017 o Brasil não teve nenhuma família reassentada pela reforma agrária, então é complicado.

ANEXO 3: ENTREVISTA COM JOANA

Dia 7 de abril de 2017, na escola de formação de dirigentes do MPA em Salvador - BA. Complementada no dia 25 de julho de 2018.

Meu nome é Joana, sou de uma comunidade chamada Tigre, do município de Caém, que fica lá no centro norte da Bahia. É um município pequeno, uma comunidade pequena, mas em termos de organização, de organicidade, não dá muito trabalho, porque é um povo que consegue se articular, consegue conciliar a rotina diária, sabe separar o que é de demanda individual de coletividade, por isso nessa questão da organização a gente não tem muita dificuldade e isso graças a inserção do Movimento, a partir do MPA foi que a gente conseguiu garantir essa organicidade, assim não temos muita dificuldade para se reunir enquanto comunidade.

Sou de um território que ainda não foi demarcado, mas a história da minha família é a seguinte, somos descendentes de quilombolas e de indígenas, as vezes nossos traços e características físicas se misturam um pouco, assim, minha família é uma família de negros indígenas. Temos uma cultura tradicional que, não sei se você conhece o Caruru, já ouviu falar? É samba, né? Uma cultura em que, dentro de um festejo, fazem oferendas para uma certa imagem, uma divindade. Minha família é católica e bastante conservadora, ainda aprisionada nessa questão do cristianismo, por isso ainda não consegui levar o debate do MPA e dessa liberdade cultural para dentro de casa. Ainda são pessoas muito alienadas, e creio que vai depender de muita caminhada para se libertar dessa doutrina que carregam tradicionalmente. Minha família não tem muito vínculo com o Movimento, mas me apoiam sempre, me incentivam por mais que me bata aquela tristeza, ainda bem que tenho esse apoio, por mais que não participem das atividades, por dificuldades de saúde, mas me incentivam.

Lá onde a gente mora, eu e minha família, somos praticamente comodatários, quando você mora na terra que não é sua, pois moramos na terra da minha avó. O MPA chegou na comunidade por volta de 2004, graças a um padre que levou o debate do movimento e desafiou a comunidade a participar de uma primeira reunião que houve. Nessa ocasião foram meu irmão e uma prima minha os primeiros a participarem deste debate, foram, gostaram e trouxeram propostas. A primeira proposta foi a luta pela água encanada, porque a nossa comunidade lá sobrevive dos barreiros, de tanques e tal, essa questão do armazenamento da natureza mesmo. Foi nessa reunião que trouxeram informações que era para nossa primeira mobilização, para reivindicar o fim da falta da

água, com esse debate a comunidade se animou, o padre tinha uma facilidade boa de lidar com a comunidade, de mobilizar, incentivar bem as pessoas, sensibilizar para ir em busca dos seus direitos. Sobre o movimento, o padre nos disse que a gente tinha que se organizar, que era importante, que um movimento como esse era uma porta se abrindo para nós, que era para nos inserir, que daí poderia melhorar a nossa situação. Nessa primeira vez foram os dois, na segunda vez foram mais quatro. Daí em diante, a comunidade foi se rendendo, tanto que de 2004 para cá, a comunidade toda está dentro do movimento, toda e totalmente.

Eu tenho praticamente 6 anos de atuação dentro do movimento, atuo mais na base como articuladora das famílias. No momento, estou agora também, como coordenadora a nível estadual, meio que dando uma iniciada porque não tenho muita experiência neste caminho, mas enfim, busco me desafiar. Minha primeira participação em atividades do Movimento, foi em um encontro estadual que aconteceu no Senhor do Bonfim, não me recordo agora a data exatamente, mas foi em 2011. Nesse encontro, eu fui, participei, fui incentivada, não queria muito ir, mas graças ao incentivo da minha família, o apoio, né? Eu fui. Chegando lá eu me identifiquei, sabe assim aquele arrepio que dá na pele quando você se sente dentro de algo, em que você sonha com o futuro melhor e você fica inspirada. Então, aquele encontro para mim serviu como um alimento que eu precisava para poder despertar o que eu tenho dentro de mim, o que chamamos de talentos culturais, aquilo que está guardado e que a partir de um momento que você confronta com sua realidade, que você consegue se sentir segura, você se liberta, você expressa, o movimento me deu essa oportunidade. Nesse primeiro encontro eu fui, gostei, fui no segundo, daí em diante sempre estive junto, de 6 anos para cá estou sempre participando.

Hoje, eu atuo na coordenação municipal, que é na articulação das comunidades para levantar as demandas, nessa questão da organicidade mesmo, de levantar reivindicações, mapear número de gente, quantidade, perfis, essas coisas. Também estou na coordenação regional que já é um pouquinho mais ampla, na mobilização a nível de região, pois hoje graças a esse meu perfil de mobilizadora e articuladora, uma facilidade que conquistei a partir dessa interação com as pessoas, eu diria um poder de convencimento saldável, orgânico assim, não na pressão, nem manipulada, mas sim aquela forma sossegada de conversar que talvez seja atrativa e as pessoas se sentem seguras e acompanham, também estou na coordenação estadual, como já falei, meio que na experiência pra ver se vou passar no teste ou não.

Hoje, eu vejo que o Movimento foi uma das melhores coisas que me aconteceu na vida, porque graças a ele hoje estou bem, estou inserida na universidade,

faço esse curso de Serviço Social da Terra, pelo PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), que é uma parceria da universidade com os movimentos sociais, por isso pra mim é enriquecedor, pois imagine uma camponesa sem condição nenhuma para se manter na universidade conseguir esse vínculo lá, então em poucas palavras resumiria o movimento como uma porta que se abriu na minha vida, para me despertar e despertar outros jovens a se inserirem e também buscarem essa reivindicação por direitos, não parar no tempo, mesmo porque a luta é árdua, é graúda, mas a gente se somando com os demais se fortalece, fica grande, que a ideia é essa, pequenos em movimento mas gigantes de produção.

O Movimento tem essa facilidade de me mover interiormente, você se sente sensibilizada, pronta para fazer a revolução amanhã, cada encontro que a gente participa é uma inspiração a mais. Eu criei com o Movimento uma paixão que só está me servindo como fortalecimento, né? Mas assim, o meu apego principal com ele, para além de tudo isso que nós conversamos é o seguinte, ele é diverso e suas lutas são diversificadas, não está somente nessa questão do campesinato, ele dialoga com diversas outras partes que nós precisamos estar sempre melhorando, como no caso essa questão do resgate cultural, que é um desafio muito grande nas comunidades. O Movimento levou esse debate para a nossa comunidade e já conseguimos fazer com que algumas famílias preservem nossa cultura, que nossa cultura é natural dos nossos antepassados e que a gente precisa reviver isso, fortalecer, até porque se não os futuros jovens que irão surgir não saberão que nossa cultura existiu algum dia.

O Movimento nos auxilia na luta de resistência dos camponeses no campo, ele vem afirmar que somos do campo e precisamos permanecer no campo, temos que nos fortalecer neste espaço, enfim, viver, crescer e se desenvolver no campo. Outras lutas concretas que o MPA tem levado para nosso povo são a luta pela água, que é uma conquista concreta, hoje temos a cisterna de consumo e a cisterna de produção também, que está numa área coletiva lá, temos também as moradias camponesas, que a maioria da comunidade foi beneficiada, se eu não me engano acho que foram umas 9 famílias que conseguiram essas moradias camponesas, assim como a minha inserção como camponesa na universidade se deu graças ao movimento, e outros jovens também que para além de mim têm mais alguns de meus primos, outros conhecidos que já estão na universidade graças à indicação do Movimento.

Sobre o que o movimento tem a trazer para minha comunidade e para o nosso país, há muito tempo já tinha refletido sobre isso, pois o MPA não é um Movimento

fixo, ele não está ali, ele está presente em diversos espaços, diferentes fazeres, diferentes saberes, enfim diferentes formações e assim eu visualizo ele como um Movimento que está na perspectiva de fazer igualar as diversas realidades, ou seja, de colocar a nível igual todos os seres, trabalhadores, operários, camponeses, por isso vejo ele muito nessa perspectiva de fazer diferente, no sentido de que todo mundo tenha os mesmos direitos, lute pelos mesmos objetivos, que queiram chegar a uma meta que contemple todos, não apenas um, ele tem esse cuidado em pensar não em um só, mas no coletivo, para além de mim e o outro, como é que vai ficar? Então, tem esse desenrolar que para nós é muito enriquecedor, fortalece a luta, aumenta o incentivo da gente em querer estar sempre participando e só temos a agradecer, pois é uma oportunidade e tanto.

Bom, acho que seria isso, e se em algum lugar que existe uma injustiça, que você é capaz de se indignar contra aquilo, com certeza você estará sendo um revolucionário. Isso é uma das coisas que ficou dentro de mim, que quando eu vim pra esse movimento já ficou na minha mente, se a partir do momento que eu vejo uma dada realidade que pra mim não está certa, aquilo me dá uma indignação muito grande, uma vontade de fazer diferente, de querer mudar. Depois do MPA, você carrega essa essência dentro de si, para além da aparência sossegada, meiga, mas tenho uma essência dentro mim que me desperta a querer fazer diferente, acreditar, se somar, nos fortalecer com os demais porque sozinha eu sei que não sou capaz, mas unidos com os demais, acreditamos que venceremos.

O MPA luta por políticas públicas através da resistência camponesa, pois o Movimento defende a soberania alimentar, energética, genética e hídrica, através da luta organizada dos camponeses. Os dirigentes fazem o levantamento das principais demandas que o povo do campo tem como prioridade e colocam em pauta de reivindicação. A partir disso, busca-se construir relações governamentais por meio de apoios, de liberações de projetos, emendas, de programas sociais, assim, é através do apoio de governantes para a liberação de programas sociais, que o MPA vem atender estas demandas levantadas pelo povo do campo.

O MPA a partir dos últimos fatos políticos no país, tem se posicionado no sentido de seguir resistindo a esse golpe contra a presidenta Dilma, esse golpe foi a pior falta de vergonha e falta de respeito para com a classe trabalhadora, e nós enquanto Movimento, nos posicionamos contra essa retirada de direitos, pois é o povo trabalhador que deve decidir o futuro do país, né? E esse golpe, ele foi uma tentativa bem feita de calar nossa vós, mas não funcionou, porque ainda seguimos aqui, firmes e resistindo. Então,

temos esse posicionamento, somos contra esse governo golpista e ele não representa a classe trabalhadora desse país.

Na minha região, temos atuado através de várias atividades, vários momentos de mobilizações, sentamos em reuniões para o planejamento das nossas ações contra esse golpe, né? Mobilizações com algumas parcerias de sindicatos, associações e demais movimentos sociais. Trabalhamos também com mutirões no sentido de conscientizar o povo da grande falácia que está acontecendo no nosso país, trabalhamos com as escolas de formação para informar e formar os militantes da juventude, promovemos também encontros estaduais para debater melhor essa temática, tão relevante para o entendimento desse golpe no país, com momentos de análise de conjuntura, para que de fato o povo entenda o contexto social que estamos inseridos e para irmos sabendo o desafio que nos espera daqui pra frente. São essas as ações principais que estamos fazendo, ações no sentido de fortalecer a classe trabalhadora para continuarmos resistindo, né? Que é esse nosso principal objetivo, que o povo do campo resista diante das dificuldades que teremos futuramente.

O público alvo das reivindicações do MPA são pequenos e pequenas agricultoras, jovens camponeses, o povo do campo que é ligado a suas origens, ligado as suas raízes tradicionais, um povo que vive e produz no campo, né? Eu vejo isso como uma simbologia de resistência, de um povo que tem uma sede de garra, que quer ver a transformação da sociedade e do nosso campo, ver o nosso campo desenvolvido e todo o povo camponês imponderado, com o fortalecimento da sua autonomia e com a garantia dos seus direitos.

As principais lutas que o MPA vem pautando a nível regional são: luta pela água encanada, pela conquista da terra, pelas moradias camponesas, por tratores para as associações comunitárias, pela criação de diversos projetos, como o projeto da semente crioula, projetos para a apicultura como a casa de mel, projetos de cisternas para consumo e produção, a inserção de jovens nas universidades, que é um número que vem se ampliando, né? Cada vez mais, a juventude do campo tem conquistado esses espaços, graças a deus, eu sou uma dessas jovens a me inserir na universidade, graças a indicação do Movimento.

ANEXO 5: ENTREVISTA COM MARIA

Dia 31 de março de 2017, na escola de memória do MPA. Complementada no dia 25 de julho de 2018.

Me chamo Maria, tenho 23 anos, sou de uma comunidade quilombola do sertão central de Pernambuco, mas atualmente estou morando na região do Pajeú onde faço o curso de Enfermagem.

Acredito que desde minha infância estou na luta pela terra, porque nasci em um assentamento, assim, desde que eu me lembre eu já luto por terra. O assentamento onde eu morava era do MST, porém, minha família foi uma das primeiras famílias de base do MPA em Pernambuco, e participou da construção do Movimento na região. Ativamente no MPA, eu comecei aos meus 12 anos, mas assim, acho que na verdade, atuo diretamente já faz uns 9 anos. Nós conhecemos o MPA através de seu Luiz, ele é de Pernambuco e mora na fronteira com Piauí, foi ele quem apresentou o movimento no meu município e daí foi crescendo.

Para mim o MPA é o Movimento dos Pequenos Agricultores que além de lutar por terra, luta por moradia no campo, melhores formas de trabalho no campo, para que o jovem não tenha que sair para a cidade, para que tenha meios de vida no campo. Este movimento tem plena importância na minha família e na minha comunidade, porque até hoje nos beneficiou de todas as formas, com projetos, com água, com terra, com moradia. O MPA ajudou minha família principalmente na renda, porque não tínhamos a noção do quanto plantar, de onde plantar, e o MPA nos trouxe meios para isso, trouxe um técnico, trouxe formas, novas formas de plantar e saber que iria colher no final, então nossa renda melhorou bastante.

Ao nos organizamos em um movimento como o MPA, acreditamos em tese que, com a organização a luta anda melhor, né? Pois ninguém sozinho vai construir o mundo, então a gente viu na prática isso, se organizando, no caso, no início do MPA. Em nossa região eram 10 famílias na nossa comunidade quilombola e conseguimos através da organização dessas famílias chegar aos órgãos públicos com mais facilidade.

O MPA afirma uma soberania tanto alimentar como hídrica, uma melhor condição de vida no campo. E os campos de luta que o MPA atua são bem amplos, em tese são mais no campo, só que não é porque é do campo que não pode ir para cidade, porque é o campo que planta, mas é a cidade quem vai consumir estes alimentos, então abrange ambas as partes porque vai beneficiar tanto o campo quanto a cidade. Temos clareza disso

quando o MPA busca a vinculação com outras organizações e grupos como a classe operária, e isso se deu em lutas concretas, em que foi se discutido em uma proposta por dirigentes do MPA, depois da proposta teve o I Congresso Nacional do MPA em 2015, em São Bernardo do Campo-SP, onde a gente amarrou as pontas, de que a classe operária tem muita força neste país e se ela se organizar e exigir ao governo que querem um alimento orgânico e de qualidade o governo terá que procurar meios de dar esses alimentos de qualidade e, nesse caso quem cultiva estes alimentos saudáveis são os camponeses, então de certa forma é uma extensão deles até nós, então beneficiaria eles e a nós também.

Sobre a questão da defesa do território acredito que entraríamos na questão agrária, que não foi iniciada com o MPA, começou com as Ligas Camponesas, das Ligas surge o MST, e acho que defender a terra para um agricultor é tudo, então tem que pautar em todo movimento é como o MPA, como o MST e outros vários tem que pautar a luta pela terra. E quando a gente pede terra ao governo, sabendo que poucas as vezes que conseguimos, mas a gente não quer só a terra, queremos condições para iniciar e para nos mantermos ali, então a gente quer um pacote, terra, água, formas de produção, queremos um projeto amplo, queremos autonomia para poder plantar e colher.

Eu vejo hoje que a luta do MPA é em função da libertação do campesinato brasileiro, mas também que vai de cada um isso se vai abraçar a causa ou não, o Movimento é uma ferramenta, que nos dá meios, vai de você querer permanecer lá ou não com os espaços que ele te dá.

Hoje eu sou coordenadora estadual do MPA e me considero uma camponesa, foi a roça que me criou, desde que eu me entendo por gente eu planto eu colho, então é meu amor, minha paixão. No momento estou vivendo na cidade devido meus estudos e quero me formar, mas eu quero trabalhar na zona rural, eu não pretendo sair de lá, não.

Eu acho que o MPA luta por políticas públicas e se relaciona com os governantes de forma direta, a partir do momento que o movimento perde a estabilidade, a partir do momento que o Movimento perde condições de permanência no campo, na minha opinião, isso é devido à falta de políticas públicas, né? Porque os governantes falam muito em combater o êxodo rural, mas não dão as devidas ferramentas de permanência das pessoas no campo. Por exemplo, a partir do momento que pedimos mais escolas rurais, um saneamento básico, uma coleta seletiva de lixo, que pedimos água e formas mais viáveis de armazenamento de água no campo, essas são políticas públicas, e o movimento procura cada governante de cada município, de cada estado, faz uma conversa, tem um

diálogo, coloca as exigências e as necessidades dos camponeses e camponesas, para que haja uma permanência dessas pessoas no campo.

Infelizmente, o MPA como todos os movimentos sociais, temiam e sabiam do golpe, porem se acomodaram, estavam todos os movimentos de esquerda acomodados, e aconteceu o golpe contra o governo da presidenta Dilma, que para muitos foi pego como um susto, de surpresa, mas era uma coisa que já estava prevista desde que Dilma assumiu seu segundo mandato. Porém, o posicionamento do MPA agora, é sentar, conversar, qualificar, estimular, para que as massas possam se unir, principalmente o campo, porque as informações não chegam cem por cento lá, né? E nossa luta agora é informar as pessoas da nossa atual conjuntura, informar é o nosso atual cenário político, como é que está sendo a verdade de fato, para que estas pessoas possam despertar e ir para as ruas, ocupar espaços públicos, plenárias de câmaras municipais, realmente participar do mundo político do município, do seu estado e do país.

Uma das principais ferramentas para a difusão das informações que estamos tendo é a Rádio Camponesa de Ouricuri, que espalha sua frequência para todo o sertão, onde a gente passa informações duas vezes por semana. Estamos fazemos postagens nas mídias e redes sociais, em folders nas ruas, na zona rural estamos realizando oficinas de agitação e propaganda, e conversando mesmo com o homem e a mulher rural para que saibam das notícias cem por cento.

O MPA de Pernambuco tem usado principalmente a Rádio Camponesa como ferramenta de repercussão das lutas, porque a família sertaneja sempre está conectada a um rádio, né? Mas também tivemos outras ações, como as ocupações de previdências sociais, ocupação de câmaras municipais, escrachos públicos, e atos nas ruas. Temos visto o resultado disso porque estamos tendo uma maior visibilidade, mas infelizmente esses retrocessos não foram revertidos. Estamos ao mesmo tempo tendo uma visão maior do que representa esse golpe e a retirada dos nossos direitos, as pessoas também estão tendo uma visão maior da nossa luta, e isso tem uma grande importância para o Movimento, porque nessas ocupações tivemos um saldo muito positivo, pois as pessoas realmente foram para as ruas, isso é muito importante e compensatório para nós.

O MPA atua geralmente na zona rural, né? Com o homem do campo, com a mulher do campo, a criança do campo, mas falando pessoalmente, como militante do MPA Pernambuco, como militante do MPA Brasil, eu estou levando a nossa luta para a universidade também, porque temos na universidade vários filhos e filhas de camponeses que simplesmente se desligaram do campo, por isso na minha região, estamos tendo como

prioridade os jovens universitários que saíram do campo. Recentemente decidimos a abertura de uma mesa redonda com dois cursos de agrárias da universidade, que são os cursos de Engenharia de Pesca e Agronomia, e nessa mesa redonda iremos debater a reforma agrária popular, pois queremos mesmo engajar esses jovens nessa discussão, como também da atual conjuntura do cenário político e das perspectivas desses cursos na zona rural. Acho ainda, que não devemos nos restringir somente ao campo, devemos ampliar nossas visões, temos que levar o debate do campo para a cidade e a da cidade para o campo, não tentar urbanizar o campo, mas, tentar a partir dos nossos estudos, a partir da nossa vivência na universidade, a partir dos nossos cursos, a partir da nossa militância, tentar construir uma melhor qualidade de vida para o povo rural.

ANEXO 7: ENTREVISTA COM JOÃO

Dia 5 de abril de 2017, na escola de formação de dirigentes e brigadistas do MPA, em Salvador - BA.

Me chamo João, sou da comunidade de Sapé, do município Antônio Gonçalves, situada na região norte da Bahia. É uma comunidade na qual no processo histórico foi negada nossa cultura. Somos descendentes dos Cariri Payayá, nação dos povos indígenas que habitavam aquela região, e antigamente o nome da cidade Antônio Gonçalves era Itinga da Serra, que significa pela língua dos Cariri Payayá “água branca que desce da serra”. E ali o que aconteceu foi que no processo de emancipação política, foi retirado o nome da cidade, e também foram retirados vários direitos do povo e nosso enquanto camponeses. Eu vim dessa comunidade de Sapé, que é conhecida hoje como Barragem do Aipim, porque também foi construída uma barragem no governo de Paulo Solto, onde vários povos morreram resistindo nesse lugar, pois o povo não queria aquela barragem, um padre de lá morreu porque não queria a inundação daquela área, esse era um povo que lutava pelos lugares onde o rio corria, e a barragem não iria beneficiar a todos, e principalmente o povo da comunidade, já que não tinham água encanada.

Meu pai e minha mãe sempre foram camponeses, minha família sempre foi da roça, a gente tinha nosso pedacinho de terra, mas só que em alguns momentos da vida, nesse tempo de seca do sertão, não é tudo que sempre dá e nem tudo sempre a gente tinha para poder alimentar o nosso povo. Antes de eu nascer meu pai e minha mãe sempre tiveram algumas dificuldades. Meu pai além de trabalhar na roça mais minha mãe, ele trabalhou pra alguns fazendeiros, como a gente diz, “dia de macaco”, por que era um dia aqui e outro acola, pra suprir as necessidades da família. Era uma das coisas que meu pai sempre fazia, aí uma vez meu pai fez uma empreita para um fazendeiro, e depois quando meu pai foi cobrar o dinheiro ao fazendeiro, ele inventou uma desculpa e disse que não iria dar o dinheiro todo ao meu pai, porque meu pai não tinha feito o trabalho todo, mas na verdade, meu pai tinha feito, né? Essa história, os fazendeiros inventam pra querer pisar mesmo na gente, porque nós sempre fomos oprimidos no decorrer da nossa história. E aí, uns poucos dias depois, meu pai, minha mãe, meus irmãos e minhas irmãs estavam trabalhando na roça, e a nossa casa, como se sabe, antigamente a uns 20, 25 anos atrás, a gente tinha casa e a casa não tinha fechadura, era amarrada com cordas essas coisas e tal, casa de taipa. E uma das coisas que aconteceu foi que ficou um irmão meu de 4 anos dormindo numa cama de vara, a casa era um pouco distante, meu pai mais minha mãe

escutaram um tiro, meus irmãos também escutaram, meu pai viu que foi na direção da casa – eu ainda não era nascido, mas minha mãe estava grávida de mim. É quando meu pai mais minha mãe chegou na casa, viram que meu irmão de 4 anos estava morto, foi assassinado. E aí em meu pai e minha mãe começou a cair a ficha do porquê aconteceu aquilo, começaram a procurar a justiça, mas procuraram, investigaram, mandaram intimação pra esse fazendeiro, mandaram intimação pra fulano, pra outros, mas o que aconteceu foi que, como a gente já sabe, né? Sempre a justiça está do lado dos que se dizem imponderados por conta da questão financeira. Meu pai e minha mãe não tiveram condição de pagar advogado e essas coisas na época, então o que aconteceu foi isso, o assassino está impune, e gente nunca descobriu quem foi realmente, mas eu tenho certeza que foi aquele fazendeiro que fez isso, ele foi intimado, e ainda pode ter rolado propina para delegado da época, eu não sei bem dizer isso, mas meu pai associava muito uma coisa com a outra. Rolou várias investigações, teve várias testemunhas, e tinha um homem lá de perto de casa que bebia sempre, e bêbado, uma vez, ele falou que o fazendeiro tinha pagado pra matar meu irmão, só que as vezes o povo entendia que foi por conta da cachaça que ele fazia isso, mas por que ele tinha que fazer isso? Falar isso sabendo que nesse processo doloroso da gente camponesa, de uma criança, de um João? E aí meu pai e minha mãe foram obrigados a vender alguns pedacinhos de terra que tinham pra poder comprar uma casa na cidade, porque meu pai e minha mãe se preocupavam muito com a gente, e como minha mãe estava grávida de mim ficou mais preocupada ainda, de como ela iria cuidar dos filhos dela, sabendo que os filhos dela estavam se arriscando ficando ali. Ela e meu pai então foram morar na cidade com a gente, e foi logo quando eu nasci. Ainda a gente tinha um pedacinho de terra e enquanto os filhos estudavam, meu pai e minha mãe iam pra roça, e nós íamos também nos finais de semana.

Minha mãe logo procurou o trabalho, arrumou um trabalho de gari, era um dinheiro miserável, mas era o que a gente tinha pra sobreviver. Meu pai sempre trabalhou na roça, e logo quando eu tinha 3, 4 anos, meu pai começou a me levar pra roça, e eu era um dos filhos que ele mais gostava, levava pra roça e sempre me aconselhava, me dizia que eu tinha que assumir a minha identidade, ele dizia que não era pra ter vergonha do que eu era porque sou da roça e não posso negar isso. Então esse conflito que a gente teve com os fazendeiros, foi uma das coisas que arrancou a cultura do nosso povo, mas eu sempre fui da roça, sempre estivemos plantando, colhendo, mas sobre esta questão, a nossa família e o nosso povo sempre teve conflito.

Eu entrei no MPA através do meu histórico, pois eu sempre fui ativo, a procurar muito sobre mim, sobre meu processo histórico, sobre quem sou de verdade. Desde os 7 anos que eu faço música. A música é uma das coisas que eu sempre gostei. Minha avó sempre foi de terreiro, meu irmão batia tambor de couro, e dentro do terreiro eu via muitas coisas que podia avançar junto à procura das minhas raízes, dos meus ancestrais, um destes incentivos foi de minha avó. Meu pai morreu quando eu tinha 11 anos de idade, isso foi em 2005. Minha mãe ficou com 9 filhos pra criar, e aí como é que uma mulher pobre, camponesa, com as condições de vida muito precárias, conseguiria sobreviver? Além disso, alguns familiares do meu pai, que tinham alguns pedaços de terra, venderam as terras do meu pai e não falaram nada pra gente. A gente foi saber logo depois, mas sem condições financeiras de pagar advogado não adiantou nada.

Eu fui crescendo, sempre dedicado aos estudos, participando de concursos musicais na escola, e também logo ganhei um curso de música que foi no Festival Anual da Canção Estudantil (FACE). Isso me incentivou mais ainda com as minhas músicas. Logo depois eu comecei a fazer teatro, de 2009 a 2010. Eu via que o teatro foi uma das portas que me fez enxergar várias saídas. Do teatro, conheci a companheira Izabel do MPA, ela é lá de onde eu moro. Também tinha um grupo de jovens lá na comunidade que eram da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), que está relacionada a igreja e a sociedade, só que dentro desse grupo eu via que a igreja não enxergava e que algumas igrejas não enxergam o meio popular, e eu via que ainda estava faltando algo dentro de mim, e eu enquanto camponês tinha que buscar mais e mais sobre minha história. Então dentro do PJMP eu cantava na igreja, ia para as marchas, romarias, aí uma vez nós fomos convidados a ir pra uma marcha aqui em Salvador, do “Fórum Baiano de Agricultura Familiar”, e ali a primeira marcha que eu fui, eu vi várias bandeiras de luta, de vários povos, mas quando eu vi uma bandeira com nome MPA, Movimento dos Pequenos Agricultores, um povo negro cantando “Negro Nagô”, a partir daquele momento eu chorei e olhei pra aquela bandeira, e eu disse é isso que está faltando dentro de mim, esse Movimento é o que me representa e é o que o meu pai sempre me falava, de me reconhecer, de nunca me esquecer de quem eu era, então foi a partir dali que me interessei pelo MPA.

Depois que eu voltei pro meu município, Izabel que participava desse Movimento começou a me chamar: “olha tem atividade em tal lugar”, e aí uma vez fomos para o Acampamento Terra Nossa do MPA, nós fomos com várias dificuldades, sem transporte e uma longa distância. A gente participou dessa escola regional, muitos voltaram para as suas casas e dizendo que acharam bom, mas outros diziam que não iriam voltar

mais pra lá, e eu fui o único, chorei e disse, eu vou voltar, e eu vou ir, eu vou pra esse movimento e é pra ficar e pra não retornar nunca mais. A partir deste momento eu conheci o MPA, que eu comecei a me engajar mesmo, vi que era o Movimento que me representava e que é o Movimento que hoje temos na comunidade. Eu vi que o MPA era o projeto de vida pra gente lá do campo, e que nós como classe camponesa, classe pobre, nós temos que se indignar mesmo com todas as formas de injustiça e pelo papel histórico que a gente tem a cumprir. Então, foi a partir daí que eu comecei a me engajar nesse Movimento de luta, e o movimento foi criando formas pra que eu me engajasse cada vez mais, então o meu contato com o MPA vem daí. Dali pra cá eu vim mesmo com todas as forças, trabalhando nas comunidades, trazendo o Movimento para as comunidades, então meu histórico fez com que eu fizesse isso.

Tenho alguns parentes meus que são assentados pelo Movimento dos Acampados, Assentados e Quilombolas da Bahia (CETA), que é um movimento de quilombolas e assentados, trabalhadores rurais aqui no estado da Bahia, mas eles não estão muito apegados ao MPA. Algumas pessoas da minha família em si não participam do MPA, por conta de questões familiares mesmo, dos trabalhos, mas eu estou tentando trazer muitas pessoas da minha família pra dentro dessa organização. Minha família é associada a sindicatos, associação, então daí também tenho um pouco desse acúmulo, dessa experiência enquanto sindicato, associações. Desde cedo trabalhei na roça, não nego que sou pobre, negro, camponês, e meu pai foi uma pessoa que me estimulou muito sempre, minha mãe também. Quando a gente não tinha energia e a única água que tinha era do riacho, que não era encanada, mas água de qualidade mesmo. Como a gente não tinha energia usávamos os candeeiros, e as vezes eu ficava sozinho mais meu pai na roça, e ele me chamava pra cama que ele dormia, começava me falar: “meu filho é isso mesmo, nós enquanto camponeses, nós enquanto povo da roça não podemos negar a nossa história e onde você for, nunca negue quem você é”, então isso também fez com que eu entrasse e engajasse nessa luta.

O MPA é um movimento camponês, que devido ao seu processo histórico, nasceu no Rio Grande do Sul, mas depois que veio pra Bahia, é uma organização que busca o melhor pra dentro das comunidades, basta as comunidades enxergarem, pois o MPA é um movimento que busca melhorar a vida da classe camponesa e dos camponeses. Do momento que eu entrei no MPA eu não me vejo mais fora. Enquanto movimento camponês, é um movimento que resgata o histórico de lutas e nossa identidade, por isso o MPA pra mim é minha vida é a minha identidade. Sabe, é inexplicável a gente dizer isso,

mas o MPA é um movimento que nos dá forças para nos assumirmos enquanto camponeses, nós que sempre fomos massacrados pelo nosso histórico. O MPA é um movimento de massa, que está dentro da comunidade, para que as comunidades se ergam e não baixem a cabeça. Esse Movimento vem muito nesse sentido da identidade, de assumir de verdade quem somos e o que queremos, e nós como camponeses, enquanto comunidade, o que queremos é terra, trabalho e justiça. Terra por que? Porque as nossas terras foram roubadas; trabalho por que? Porque a gente trabalha na roça, mas é um trabalho desvalorizado, queremos que nosso trabalho garanta nossa dignidade e a nossa sobrevivência, as vezes tem projetos que atendem às demandas da cidade, mas dentro das comunidades não tem; e justiça, porque queremos justiça pelo nosso povo, pelo sangue derramado nas nossas comunidades, e pelo sangue derramado das nossas famílias, nossos camponeses.

A primeira coisa que o MPA traz como elemento e possibilidade na minha família e pra nossa comunidade é o resgate de nossa identidade, pois a partir desse resgate de nossa identidade é que nós começamos a buscar mesmo as formas de como implantar nossos projetos. O MPA trouxe pra gente a forma de se organizar, porque temos associações, mas a associação as vezes fica esquecida, assim o MPA começou trazer a unidade do povo e foi a partir dessa unidade que a gente foi vendo que através das marchas, da organização, da luta e do sangue que a já foi derramado, a gente poderia conquistar coisas, como os projetos de habitação, a conscientização do não uso dos agrotóxicos, com a campanha permanente contra o uso de agrotóxico, a conscientização em plantar a partir da agroecologia, porque meu povo sempre plantou sem veneno, mas tem muitas comunidades ali ao redor que plantam com veneno, o que acaba afetando a nossa comunidade, o MPA trouxe também projetos como as casas de farinha, os campos de sementes, a água de qualidade, o conhecimento de preservar a natureza, preservar nossas nascentes. A comunidade que eu moro hoje tem mais de 102 nascentes, então como é que nós vamos preservar nossas nascentes? O MPA vem ajudando com isso. Também vem ajudando na construção do nosso projeto de vida, possibilitando a permanência dos camponeses dentro das comunidades, com projetos como as casas de mel, uma das coisas que o MPA acertou em cheio na nossa região. Então o MPA contribuiu muito para que a comunidade cresça, para que venha mesmo a se identificar com o campesinato, porque muitas comunidades se identificam, mas na prática é outra coisa.

Uma das coisas que o MPA também trouxe pra nós é a questão do êxodo rural, porque vários conhecidos e familiares nossos foram para cidades grandes, e a partir

do momento que o MPA começou a chegar na região, ele trouxe esta discussão, do resgate do nosso saber, e que a gente tem possibilidades de avançar, então uma das coisas que o MPA nos auxilia é a nossa retomada no campo, trazendo de volta a juventude para as comunidades, os sonhos que a juventude tinha esquecido, um sonho que a gente pode buscar realizar cada vez mais, o sonho do novo amanhã, e que a juventude não pode deixar essa chama da luta se apagar, que cada vez mais essa chama tem que ser reacendida e vai ser reacendida através do resgate de nossa cultura e trazendo nossos povos de volta para a comunidade. Pois esta luta é nossa e temos que avançar, porque quem está acabando com nosso povo é muito maior do que a gente imagina. Então, estamos resistindo e temos que derrubar esse capital, temos que avançar, e acreditamos que o MPA é um movimento capaz, é um movimento que tem a clareza do novo, e que com isso o MPA vem trazendo o novo pra mim e pra muitos companheiros. E na lembrança dos companheiros e companheiras que tombaram nessa luta, os vários companheiros que foram assassinados, esse irmão meu, né? Muitos dizem que eu sou a reencarnação desse irmão meu, e eu acho que sou mesmo, e eu vim pra pedir justiça, pedir a paz e a liberdade do nosso povo!